

Maria Beatriz de Matos Ala Pinto da França

# 1000 Anos de História: Da Igreja de São Cristóvão ao Cineteatro Sousa Bastos. Proposta de Requalificação como Fórum Cultural - Centro Interpretativo do Românico de Coimbra

Trabalho de Projeto de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, orientado pela Professora Doutora Luísa Trindade e pelo Professor Doutor Paulo Nossa, apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## Faculdade de Letras

# 1000 Anos de História: Da Igreja de São Cristóvão ao Cineteatro Sousa Bastos. Proposta de Requalificação como Fórum Cultural – Centro Interpretativo do Românico de Coimbra

### Ficha Técnica:

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Trabalho de Projeto</b>
<b>Título</b>	<b>1000 Anos de História: Da Igreja de São Cristóvão ao Cineteatro Sousa Bastos. Proposta de Requalificação como Fórum Cultural – Centro Interpretativo do Românico de Coimbra</b>
<b>Autor/a Orientador/a</b>	<b>Maria Beatriz de Matos Ala Pinto da França Professora Doutora Luísa Trindade e Professor Doutor Paulo Nossa</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Maria de Lurdes Craveiro Vogais: 1. Doutora Joana Brites 2. Doutora Luísa Trindade</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em História da Arte, Património e Turismo Cultural</b>
<b>Área científica</b>	<b>História da Arte</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>História da Arte</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>28-10-2015</b>
<b>Classificação</b>	<b>15 Valores</b>



## *Índice*

Agradecimentos.....	5
Introdução.....	7
1. Capítulo I: Enquadramento Histórico-Geográfico.....	10
1.1. Caracterização do Centro Histórico.....	11
1.1.1. A Evolução Urbana desde o Período Clássico ao Século XIX.....	11
1.1.2. Entre o Século XX e o Século XXI.....	25
1.1.3. Da Preocupação Patrimonial, Cultural e Turística à Candidatura de Coimbra a Património Mundial da Unesco.....	33
1.1.4. Retrato de uma Coimbra Atual.....	40
1.2. A Presença do Românico em Coimbra.....	46
2. Capítulo II: O Objeto de Estudo.....	54
2.1. São Cristóvão.....	55
2.2. O Teatro D. Luís I.....	62
2.3. O Cineteatro Sousa Bastos.....	70
2.4. A Ruína Total.....	73
3. Capítulo III: Um Novo Rumo.....	76
3.1. As Várias Propostas de Requalificação do Cineteatro no Decorrer dos Anos...77	77

3.2. Balanço Crítico.....	83
3.3. Estatuto da Propriedade Privada.....	86
3.4. Critérios de Escolha.....	88
3.5. Uma Nova Proposta: Fórum Cultural Sousa Bastos – Centro Interpretativo do Românico de Coimbra.....	89
3.6. Programa, Espólio e Atividades.....	96
Conclusão.....	101
4. Fontes e Bibliografia.....	104
4.1. Fontes Impressas e Manuscritas.....	105
4.2. Bibliografia.....	109
4.3. Webgrafia.....	111
5. Anexos.....	116
5.1. Iconografia.....	117
5.2. Legislação.....	149

### *Agradecimentos*

Aos meus orientadores do Mestrado de História da Arte, Património e Turismo Cultural, na pessoa da Senhora Professora Doutora Luísa Trindade e do Senhor Professor Doutor Paulo Nossa, por todo o apoio, disponibilidade e ajuda fornecida ao nível da realização deste trabalho, para que tivesse êxito e o seu objetivo pudesse ser definitivamente cumprido.

Ao meu primo, o Engenheiro Civil António Amaro da Luz, pela ajuda prestada na elaboração das plantas do Sousa Bastos, a apresentar com o novo projeto.

À minha antiga professora D.<sup>a</sup> Maria Amélia dos Santos Oliveira e seu cunhado Álvaro dos Santos Oliveira, que se prontificaram a facultar-me o material de que dispunham sobre a cidade de Coimbra referente ao século XX e também do Teatro Sousa Bastos, por forma a poder ultimar a informação recolhida.

À minha amiga Liliana Machado por todo o apoio e por me ter facultado alguns jornais com referências ao Cineteatro Sousa Bastos.

Ao Arquivo Histórico da Casa da Cultura, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Paula França, que colocou à minha disposição toda a documentação impressa disponível referente à Igreja de São Cristóvão/Teatro D. Luís I.

Ao Arquivo da Universidade de Coimbra, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Bandeira pela ajuda no fornecimento de sugestões para encontrar informação arquivística sobre o Sousa Bastos, no tempo em que executava as funções de casa de espetáculos, enquanto cinema e teatro em Coimbra.

À Câmara Municipal de Coimbra, pelo esclarecimento de algumas dúvidas referentes à situação do Sousa Bastos, na Alta coimbrã e pela diligência com que me permitiram consultar os processos existentes sobre o imóvel.

À Direção Regional da Cultura do Centro, que me permitiu consultar o processo de eventual classificação sobre o Teatro Sousa Bastos, mas que nunca chegou a ser implementado.

Ao Gabinete do Centro Histórico, na pessoa do Engenheiro Sidónio Simões, Diretor do Gabinete do Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, pela disponibilidade em me conceder determinados materiais, cruciais para a realização deste projeto.

Ao Museu Nacional de Machado de Castro, nas pessoas da Dr.<sup>a</sup>. Virgínia Gomes e do Dr. Pedro Miguel Ferrão, por toda a disponibilidade em me ceder certos materiais, essenciais no complemento do meu trabalho e respetiva organização.

Aos Serviços de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra nas pessoas da Dr.<sup>a</sup>. Carla Ferreira e da Dr.<sup>a</sup>. Maria do Carmo Ferreira Dias, pela colaboração e disponibilidade prestada na rápida resposta ao meu pedido de consulta e respetivo envio da documentação selecionada para o meu projeto de mestrado.

## *Introdução*

O período relativo ao pós-Segunda Grande Guerra corresponde à reflexão e “construção” dos conceitos de restauro, recuperação, revitalização e requalificação urbana. Os vários “RES” hoje estão presentes no discurso e na atuação urbana. As destruições da guerra, o crescimento acelerado, o abandono dos centros, a degradação de áreas urbanas, a decadência das zonas industriais e portuárias fazem-se sentir cada vez mais, obrigando a agir rapidamente com especial incidência a partir do último quartel do século XX.

A reabilitação das cidades enquadra-se nas várias conjunturas políticas, sociais e financeiras, que os diferentes Estados levam a cabo para preservar o seu património. A revitalização urbana promove estratégias e iniciativas essenciais à gestão coletiva do ordenamento territorial, concebendo programas urbanos de carácter social, cultural e financeiro, essenciais à manutenção das infraestruturas existentes nas cidades.

A requalificação urbana é um instrumento imprescindível na manutenção do património, da identidade e da cultura de cada povo e nação, bem como da melhoria das condições socioeconómicas e no garante da qualidade de vida das populações, respondendo a novas exigências e necessidades através da promoção de “novas” funcionalidades. Tudo isto permite assegurar a recuperação de vários imóveis e a valorização dos espaços urbanos, como os centros das cidades e os seus núcleos históricos no âmbito social, financeiro, cultural, patrimonial e turístico aplicando assim, modelos de ordenação e funcionamento, não só nas cidades, mas em todo o território.

Os centros históricos, ou “centros de identidade” são constituintes essenciais das cidades, embora sejam áreas urbanas com tendência a ficarem estagnadas no tempo, já para não dizer, que é onde reside habitualmente a população mais envelhecida.

O crescimento das cidades provocou uma grande discrepância geográfica entre a zona histórica e antiga da cidade, e as urbanizações novas e modernas que vão surgindo e se implementando no entorno dos meios citadinos.

Podemos falar inclusivamente de uma dualidade, em que a cidade convive com o seu passado, representado geralmente pela decadência e degradação dos centros históricos e com o seu futuro, supostamente capaz de responder a novos desafios levados a cabo pela globalidade e pela ação dos tempos, enformado por mecanismos e políticas implementadas, próprias de uma cidade tecnológica. É difícil conseguir um equilíbrio entre ambas as partes, permitindo aliar o crescimento e a construção de novas áreas à recuperação e consolidação dos centros, mas só através dessa dialética se conseguirá uma verdadeira sustentabilidade estrutural.

O presente estudo, repartido em três capítulos, tem como finalidade apresentar uma nova proposta para o desenvolvimento de uma parte da Alta coimbrã e do Centro Histórico, que ao longo dos anos tem sofrido com o envelhecimento da população. Reforçar a requalificação urbana do Centro Histórico de Coimbra, que já vem acontecendo, ainda que a um ritmo lento, favorecerá a melhoria das condições de vida, atraindo novos residentes, em fase ativa, como também aumentará os fluxos turísticos, potenciando o conhecimento da cultura, do património e o desenvolvimento económico.

Quem visita a Alta coimbrã depara-se com uma série de ruas estreitas e antigas, ruelas e vielas, essencialmente de características medievais mas que com o tempo foram sofrendo modificações. As épocas históricas não são compartimentos estanques, são sucessões temporais de períodos e momentos que marcaram a humanidade do ponto de vista social, cultural, político, judicial e económico. O Centro Histórico de Coimbra e toda a respetiva cidade evoluíram de acordo com os tempos, desde a Antiguidade até aos nossos dias, deixando uma longa história nas ruas que percorremos.

Na sequência do que anteriormente foi exposto, o presente estudo tem assim como intuito apresentar uma proposta no âmbito da revitalização e requalificação urbana do centro histórico da cidade de Coimbra, concretamente para o Cineteatro Sousa Bastos presentemente num estado de avançada destruição.

Parcialmente destruído e totalmente descaracterizado subsiste hoje simplesmente como um imóvel abandonado, que perdeu toda a sua dignidade, em que apenas a fachada principal e a lateral permanecem erguidas, tendo todo o seu interior sucumbido à desgraça proporcionada pela erosão do tempo e pela falta de manutenção.



A historiografia é cíclica e é formada também por momentos negativos que marcam não só a memória humana, mas a própria sociedade e a época em questão. Nos tempos que correm, tornou-se urgente, para não dizer imperativo, dar valor ao património que nos rodeia, o qual olhamos todos os dias, como o Sousa Bastos, e que tem vindo a decair ao longo dos anos, tratando-se não só de uma mera edificação, mas de uma construção com passado, que provoca em quem observa, um sentimento de revolta e indignação por não se tomarem as medidas certas e necessárias para a sua preservação.

A última etapa será sem dúvida conseguir que este género de projetos seja concretizado na íntegra e tenha sucesso no futuro.

Idealmente, a proposta que agora apresentamos, eventualmente melhorada, poderia ser entregue à Câmara Municipal de Coimbra, quem sabe se espoletando um processo capaz de salvar o que resta do Sousa Bastos.

Propõe-se assim, o encontro de uma solução para este imóvel esquecido, capaz de o tornar em algo útil, vantajoso e funcional para a comunidade e sociedade coimbrã, um Fórum Cultural - Centro Interpretativo do Românico de Coimbra. Se nada for feito, efetivamente este edifício que marcou uma determinada época do passado e da história da cidade acabará totalmente condenado a um conjunto de escombros e entulho.

*CAPÍTULO I*  
*Enquadramento*  
*Histórico-*  
*Geográfico*



Legenda: Fig. 1 - Vista da cidade de Coimbra – Centro Histórico.  
Consultar: <https://marioruivo.files.wordpress.com/2013/06/046.jpg>

## 1. Capítulo I: Enquadramento Histórico-Geográfico

### *1.1. Caracterização do Centro Histórico*

No presente capítulo trataremos de abordar o desenvolvimento que o Centro Histórico da cidade de Coimbra foi sofrendo ao longo do tempo. Para melhor perceção desta transformação o capítulo foi estruturado segundo quatro subcapítulos.

Inicialmente aborda-se a evolução ocorrida desde a Antiguidade Clássica até ao século XIX; numa segunda etapa o período compreendido entre o século XX e o século XXI; em terceiro lugar a preocupação patrimonial, cultural e turística de que a candidatura de Coimbra a Património Mundial da Unesco é um marco fundamental, e em quarto o retrato de Coimbra na atualidade.

Primeiramente a definição do conceito de Centro Histórico, de uma forma geral, coincide com o polo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outros espaços urbanos sedimentados pelo tempo, conferindo a esta zona uma característica própria cuja demarcação deve implicar todo um conjunto de regras e normas propensas à sua conservação e valorização. Importa igualmente referir que o Centro Histórico, ao corresponder ao núcleo urbano mais antigo, promove a projeção memorial do nosso passado, presente e futuro<sup>1</sup>.

#### *1.1.1. A Evolução Urbana desde o Período Clássico ao Século XIX*

*“No sentido mais abrangente do termo, o território é um dos elementos mais integrados de qualquer manifestação humana. É-o ao ponto de disso raramente termos consciência, ignorando a sua relevância para a formação, desenvolvimento e vivência do ambiente natural do homem civilizado: a cidade. Por regra, provém do território a maior perturbação aos desígnios de ordem com os quais é comum o homem pretender organizar o seu espaço, mas é também em muito disso que encontram fundamento as*

---

<sup>1</sup> PEIXOTO, Paulo, *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp.212-215; DGOTDU, *Vocabulário Urbanístico*, 1994.

*especificidades identitárias de cada sítio. São casos como o de Coimbra que melhor nos recordam e fazem entender essa realidade*”<sup>2</sup>.

A história de Coimbra é milenar, remontando ao período da Antiguidade Clássica quando, denominada *Aeminium*, consistia numa importante cidade do Império Romano.

Fatores como o estar geograficamente situada na zona do centro norte litoral, ser banhada pelo curso do rio Mondego e localizar-se no topo de uma colina de declive acentuado, conferiram-lhe um importante enquadramento estratégico, militar e de entreposto comercial. Na realidade, a região formava um elo de ligação entre as regiões a norte e a sul, tendo a grande via *Olisipo-Bracara Augusta* por corredor de circulação (onde também se localizava *Conimbriga*, nesta altura, sede episcopal), uma verdadeira espinha dorsal de comunicação peninsular.

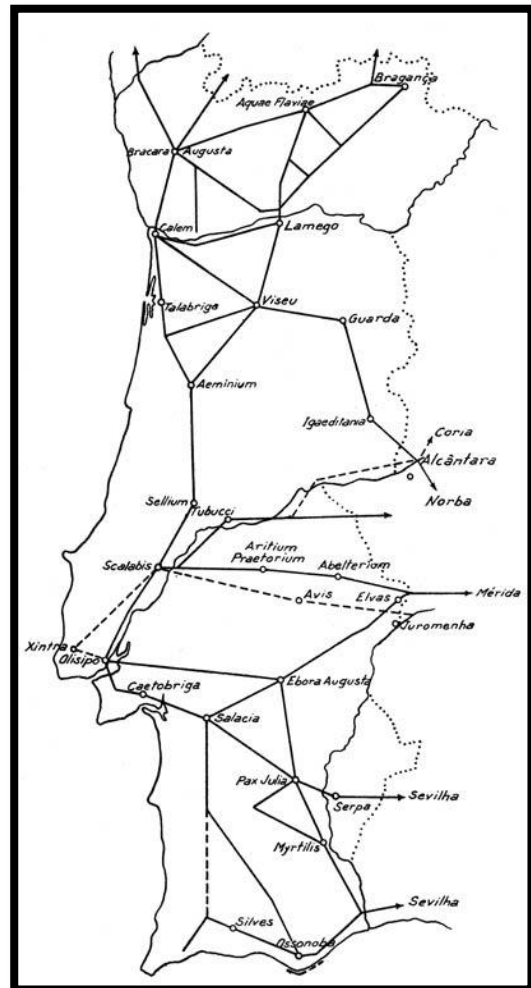


Fig. 2 - Mapa das estradas romanas e árabes<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> ROSSA, Walter, “O Espaço de Coimbra da instalação da urbanidade ao fim do antigo regime”, in *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, Divisão de Informação Geográfica e Solos, 2006, p.18.

<sup>3</sup> DOMINGUES, José Garcia, Estradas romanas e árabes, p.106, in “O Garb extremo do Ândalus e «Bortuqal» nos historiadores e geógrafos árabes”, in *Portugal e o Al-Andalus*, Lisboa, Hugin, 1997, pp.81-116. Edição original em Separata do “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa”, Julho-Dezembro, 1960.

*Aeminium* era dotada de um conjunto de importantes infraestruturas, de que sobrevivem o aqueduto que abastecia a cidade de água, reconstruído no século XVI, e o criptopórtico, base porticada em que assentava o fórum (hoje preservado no Museu Nacional Machado de Castro), ou seja, o centro da vida da *civitas*.

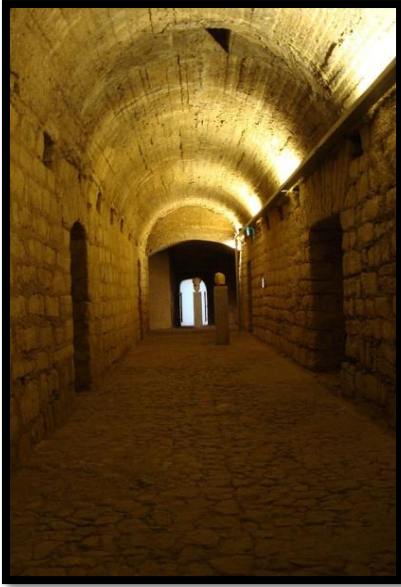


Fig. 3 - Criptopórtico romano da antiga *Aeminium*, conservado no Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra (fotografia da autora).

Com a desestruturação do Império Romano no decorrer dos séculos IV e V, a Península Ibérica, como tantas outras regiões desde a Itália, a Gália ou a Bretanha, viu-se fortemente invadida pelos povos bárbaros, nomeadamente Vândalos, Suevos, Alanos, que se apoderaram dos territórios mediterrânicos, devastando-os e pilhando-os: *“Em 410, Roma foi pela primeira vez saqueada por povos germanos, os Visigodos, chefiados por Alarico. Se materialmente os estragos não foram desmedidos, o acontecimento foi no entanto profundamente sentido pelos Romanos. Pela mesma época, outras hordas bárbaras atravessaram a Gália e a Península Ibérica”*<sup>4</sup>. Numa Ibéria invadida essencialmente por Vândalos, Alanos e Suevos, que se tinham instalado nas regiões da Espanha, Galécia e Lusitânia (posteriormente Portugal), a antiga cidade de *Aeminium* não escaparia ileso.

Contudo, pela sua posição geográfica, nunca se tornaria um núcleo urbano secundário, mantendo a sua importância política, económica e administrativa: *“O que era a Coimbra do séc. VII? Ao certo não sabemos. Que era pequena e modesta não*

---

<sup>4</sup> ESPINOSA, Fernanda, *Antologia de textos históricos medievais*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1981, p.8.

*duvidamos, mas suficientemente importante no panorama peninsular, para que quatro monarcas nela cunhassem as suas moedas: Recaredo, Liuva, Sisebuto e Chintila”<sup>5</sup>.*

Por sua vez, *Conimbriga* com os sucessivos assaltos germânicos acabaria por sair deste conflito bastante abalada, não só pela destruição a que foi sujeita, mas porque perderia o seu estatuto de sede episcopal proveniente do período romano, que transitaria para a cidade de *Aeminium*: *“Com a invasão germânica, a fâcies de Coimbra/Aeminium teve forçosamente de se modificar; o brilho da civilização romana foi-se apagando, mas, mesmo assim, a cidade ganhou importância relativamente a outros povoados que, décadas antes, a ultrapassavam em prestígio, valor económico e político. Em meados do séc. VI, o Bispo de Conimbriga muda-se para o morro mondeguiño e a nova residência do Episcopus Conimbrigensis, a Iminio visigoda, passa a chamar-se Coimbra, enquanto aquela cidade florescente, três léguas a Sul, desaparecia”<sup>6</sup>.*

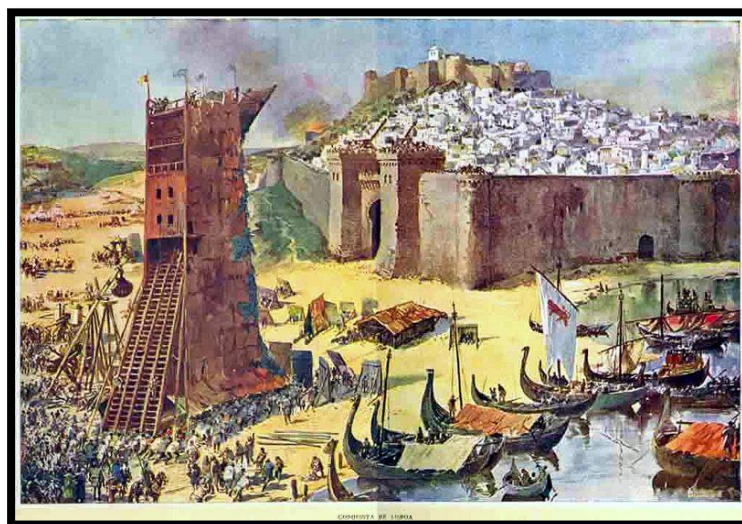


Fig. 4 - Cerco à cidade de Lisboa em 1147, durante a Reconquista Cristã (Ilustração de A. Roque Gameiro)<sup>7</sup>.

Na transição para o século VIII, a Península sofreria novamente uma forte investida, decorrente da expansão muçulmana. Os séculos seguintes, com especial incidência a partir do XI, seriam profundamente marcados pelo processo da Reconquista Cristã.

Em Coimbra, a presença do domínio islâmico durante cerca de três séculos, levaria a mudanças do ponto de vista cultural, religioso e material, algumas das quais, poucas mas de enorme relevância chegariam até aos nossos dias: é o caso do alcácer, erguido

<sup>5</sup> DIAS, Pedro, *Coimbra Arte e História*, Coimbra, Livraria Minerva, 1988, p.9.

<sup>6</sup> IDEM, *ibidem*, p.9.

<sup>7</sup> Consultar: <http://historiageografiadeportugal.blogspot.pt/p/visitas-de-estudo.html>

em torno do ano 1000, escassas décadas antes da reconquista definitiva da cidade de Coimbra e onde, no século XVI, viria a instalar-se a Universidade, edifício que ainda marca de forma indelével a paisagem urbana.

*“Com as invasões muçulmanas de 711, a cidade seguiu o destino de todas as que se situavam a Sul das montanhas das Astúrias e, durante mais de três séculos, foi islâmica, não obstante breves momentos de domínio de tropas cristãs, como aconteceu em 878”<sup>8</sup>.*

Entre avanços e recuos, a cidade de Coimbra ocupou uma importante posição de centro mediador, uma vez que a zona sul estava ocupada pelos sarracenos, enquanto a região norte se mantinha defendida pelos cristãos. Ficou conhecida no decorrer dos séculos XI e XII por ser um importante centro moçárabe onde as culturas cristã e islâmica se cruzavam e conviviam. A comunidade cristã, todavia, em breve seria engrossada por gentes vindas de Além-Pireneus, respondendo ao pedido de auxílio enviado por Afonso VI de Castela. Foram muitos os cavaleiros francos que, desejando combater os inimigos da Cristandade, aceitaram o desafio. Tal foi o caso de D. Raimundo e de D. Henrique, cujo papel foi crucial na Reconquista Cristã do território peninsular.

De acordo com a progressão da Reconquista Ibérica (entre os séculos X a XV, com a tomada de Granada, pelos Reis Católicos, Fernando e Isabel), Coimbra só seria decisivamente reconquistada no ano de 1064, pela ação das tropas comandadas por Fernando Magno, rei de Leão e Castela. À frente da cidade e de um vasto território ficaria o alvazil D. Sesnando, homem da confiança do monarca que o ajudara no longo cerco de seis meses e que se tornaria o primeiro conde da cidade. A cidade viveria nesta altura um dos seus momentos mais altos.

Este mesmo território viria a ser entregue por Afonso VI de Castela ao conde D. Henrique de Borgonha, como recompensa pelos serviços militares prestados, e simultaneamente o casava com a sua filha ilegítima D. Teresa.

Suceder-lhes-ia o seu filho D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, através do Tratado de Zamora em 1143 e da *Bula Manifestis Probatum* em 1179, em que o Papa

---

<sup>8</sup> DIAS, Pedro, *ibidem*, p.9.

Alexandre III, finalmente reconhecia a autonomia do Reino. Com D. Afonso Henriques a cidade de Coimbra tornar-se-ia a “cabeça” do reino.

Nesta época, ao longo dos séculos XII e XIII a cidade encontrava-se estruturada em dois polos: o intramuros e o extramuros. A zona designada pelos muçulmanos como Almedina, ou seja *a cidade*, (atual Alta), rodeada por uma forte muralha, continha a alcáçova e o castelo, este último erguido, ao que tudo indica, no tempo de D. Sesnando e nos séculos seguintes muito transformado, com destaque para a ação de D. Afonso Henriques que ordena a edificação da torre de menagem.

Os três elementos, muralha, alcáçova e castelo, estrategicamente localizados em função da topografia, faziam desta parte da cidade o núcleo defensivo crucial numa época em que a guerra e as incursões inimigas eram frequentes. Aí residia particularmente a nobreza e o clero destacando-se neste último âmbito o conjunto de igrejas paroquiais, a Sé e o Paço do Bispo. No interior da cerca muralhada existiam diversas vias de comunicação, das quais se destacam a que da Porta da Almedina estabelecia a ligação com a Porta do Sol passando pelo adro da Catedral; uma outra ligava a Porta de Belcouce ao adro da Sé e à alcáçova.

Em comparação com a zona extramuros, o Arrabalde (atual Baixa), englobava preferencialmente os mesteres e as oficinas, tendo no aro próximo os terrenos agrícolas nos quais a maioria da população camponesa trabalhava. Os que estavam ligados às oficinas e aos mesteres dedicavam-se ao comércio e ao artesanato (ourives, alfaiates, sapateiros, entre outros). Estes ofícios acabariam por caracterizar toponimicamente as ruas e as vielas estreitas e apertadas, próprias de um núcleo urbano medieval, muitas das quais ainda sobreviventes.

No arrabalde desenvolvem-se sobretudo as zonas em torno dos vários templos, com destaque para as Igrejas de Santa Justa, São Tiago, São Bartolomeu, e a construção do primeiro e mais importante núcleo religioso, de cultura e de saber da época medieval, o Mosteiro de Santa Cruz. Erguidos no decorrer dos séculos XII e XIII seguiam uma gramática românica, de cariz internacional, proporcionada pela influência dos mestres que, oriundos de países estrangeiros, chegavam a Portugal. No século XIV, o Mosteiro de Santa Clara refundado pela rainha D. Isabel de Aragão, padroeira de Coimbra, abria



ao culto (1331), sendo responsável pelo desenvolvimento do burgo de Santa Clara, e por aquilo que ele se transformaria ao longo dos séculos. Embora fora do “núcleo duro” do centro histórico conimbricense não pode deixar de se equacionar nesse mesmo enquadramento.

Coimbra foi ainda dotada de uma judiaria até finais do século XIV, localizada na encosta, correspondente grosso modo à atual Rua do Corpo de Deus e depois junto da saída norte, próxima do mosteiro de Santa Cruz: *“No final da primeira dinastia, a cidade estava já claramente dividida em almedina e arrabalde, cada zona com características muito distintas e bem definidas. Na nova zona além-muralha – a Baixa actual – fervilhava o povo miúdo, os comerciantes e os artesãos, sobretudo em torno da Praça, balizada por duas igrejas paroquiais: a de S. Tiago e a de S. Bartolomeu. Nos becos e vias que dela saíam, arruavam-se alguns mesteres, mantendo-se ainda hoje em muitos casos a toponímia medieval. Na Alta, dentro dos muros, vivia o alto clero, os cónegos da Sé e outros beneficiados eclesiásticos, a nobreza local e os seus servidores e, evidentemente, algum povo”*<sup>9</sup>.



Fig. 5 - *Illustris civitatis Conimbriae in Lusitania ad flumen Illundam effigies* (Braunio, George, *Civitates Orbis Terrarum*, 1572-1618)<sup>10</sup>.

Com os inícios da Época Moderna, a cidade registaria alterações profundas essencialmente decorrentes da instalação definitiva dos Estudos Gerais no ano de 1537, por ação do rei D. João III. Depois de um longo período, balizado entre 1308 (reinado de D. Dinis) a 1377, e caracterizado por uma constante transição entre Coimbra e

<sup>9</sup> IDEM, *ibidem*, p.10.

<sup>10</sup> Consultar: <http://www.uc.pt/bguc/Documentos2011/745>

Lisboa, Coimbra é escolhida pelo seu ambiente propício à arte do ensino e do saber, situação que não se verificava em Lisboa, por estar diretamente ligada ao mar, constituindo um palco de passagem de várias gentes e mercadorias, proporcionando um ambiente de grande azáfama e distração, prejudicial, de facto, para quem necessitava de concentração para estudar. Para receber os estudantes emergia a Rua da Sofia, uma das mais relevantes da cidade, onde se concentravam os inúmeros colégios que, ligados à Universidade, se dedicavam, para além dos aspetos religiosos, à instrução, ao ensino, à sabedoria, à prática científica. São exemplos ilustrativos os Colégios de São Tomás, do Carmo, da Graça ou de São Pedro, criados por forma a alojar os estudantes que, oriundos de outras regiões do país, se deslocavam à cidade para iniciarem ou concluírem os seus estudos e formação académica.

É também neste período, que muitos dos edifícios importantes da cidade recebem profundas campanhas de obras, bastando como exemplo, referir as obras na Catedral (o tabuleiro ou *podium* que passa a enquadrá-la, a Porta Especiosa e Porta de Santa Clara, para além do alargamento e arranjo do próprio adro), a profunda remodelação do Mosteiro de Santa Cruz, com a construção de uma nova igreja e claustro e a reformulação dos túmulos dos dois primeiros monarcas), o Paço do Bispo (hoje Museu Nacional de Machado de Castro) e o Paço do Rei, amplamente transformado por D. Manuel. Outras obras de relevo, como a ponte sobre o rio ou a edificação do Hospital Real foram igualmente levadas a cabo nestas primeiras décadas de Quinhentos.



Fig. 6 - Cidade de Coimbra em 1669 (Pormenor do desenho de Pier Maria Baldi)<sup>11</sup>.

Nos finais da Época Moderna, Coimbra ainda passaria por algumas mutações, sobretudo no século XVIII, por ação de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, que implementou um plano de profunda reestruturação da Universidade, deitando por

---

<sup>11</sup> ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra: A Montagem do Cenário Urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p.6.

terra o castelo medieval, por forma a construir o Observatório Astronómico, remodelando antigos edifícios como o então vazio complexo jesuítico que, dividido entre a Sé e a Universidade, viria a integrar o Museu de História Natural e o Laboratório Químico, ou edificando de raiz o Jardim Botânico, tal como o conhecemos hoje.

Também a Sé Velha foi alvo de remodelações, perdendo a dignidade catedralícia, ao mesmo tempo que o seu claustro era entregue à Imprensa da Universidade, também ela profundamente remodelada.

Já no século XIX a sociedade atravessava um novo rumo, tendo em conta que com a extinção das ordens religiosas, a maioria dos bens clericais existentes tornar-se-iam propriedade estatal. Por sua vez, de acordo com o progresso tecnológico que se operava na Europa e na capital do país, Coimbra também não ficaria estagnada no tempo, tendo sido igualmente introduzida a Linha de Caminho-de-Ferro no ano de 1888.

Fig. 7 - Cidade de Coimbra no ano de 1855<sup>12</sup>.



Fig. 8 - Fachada norte da Universidade, com destaque para o troço poente da Rua Larga e a Alameda de Camões, por volta do ano de 1911<sup>13</sup>.

Com o término da monarquia incitado pelo atentado no ano de 1908 contra a família real, levando à prematura morte tanto do rei D. Carlos como do seu filho primogénito, o príncipe D. Luís Filipe, desencadeou-se um período conturbado na sociedade portuguesa a nível político e governativo.

<sup>12</sup> Consultar: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Coimbra1855.jpg>

<sup>13</sup> *A Velha Alta... Desaparecida*, Álbum Comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra, Coimbra, Livraria Almedina, 1984, p.53.

A implantação de um novo regime político em Portugal era já inevitável. No dia 5 de Outubro de 1910 implantava-se a República, embora os anos conturbados não chegassem ao fim. O golpe militar de 28 de Maio de 1926, conduziria a nação a uma nova fase política - a ditadura do Estado Novo.

A sua influência política teria repercussões na cultura, sociedade, economia, justiça e educação, aspetos particularmente evidentes na cidade de Coimbra com a reconstrução global da cidade universitária. De uma forma geral, a reforma educativa do Estado Novo concentra-se em três momentos fundamentais: durante os anos 30; nos anos 50-60 e nos anos 60 a 74<sup>14</sup>.

A reforma educativa nos anos 30:

Neste período a educação ficou marcada por reformas essencialmente curriculares e por uma simplificação dos programas, tal como a aplicação de programas que se compreendiam essencialmente à aprendizagem escolar; proibição da coeducação; redução do ensino primário; extinção do ensino complementar e respetivas escolas superiores; criação de postos de ensino nas zonas rurais; remodelação no Ministério da Instrução Pública que passa a intitular-se Ministério da Educação Nacional (1936); criação da Mocidade Portuguesa e das Obras das Mães pela Educação Nacional; separação entre o ensino liceal e o ensino técnico e a implementação no ensino superior, por exemplo da Universidade Técnica de Lisboa.

A reforma educativa nos anos 50-60:

Esta época ficou marcada pela consolidação do conceito de Escola Nacionalista, com o lançamento do Plano de Educação Popular em 1952, no combate ao analfabetismo, que até então tinha sido negligenciado, não consistindo de facto, numa prioridade para o regime; de 1952-1954 realiza-se a Campanha Nacional de Educação de Adultos; em 1956 o ensino primário passa a ter escolaridade obrigatória, no total de quatro anos,

---

<sup>14</sup> Para o desenvolvimento desta temática foi essencial a consulta da *Breve Evolução Histórica do Sistema Educativo*, in Sistema Educativo Nacional de Portugal, Ministério da Educação de Portugal, pp.16-26. Consultar: <http://www.oei.es/quipu/portugal/historia.pdf>; e das obras MATTOSO, José (dir./coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, in *História de Portugal*, vol.7, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp.278-299; CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp.613-808; e MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária Salazarista 1926-1939*, Lisboa, Presença, 1984, pp.33-224; pp.307-340.

exclusivamente para o sexo masculino, pois só em 1960 é que esta medida seria aplicada para o sexo feminino.

A reforma educativa nos anos 60-74:

No decorrer destas décadas regista-se uma nova mudança, que se refletiria numa maior abertura social e política. Em 1966 a Mocidade Portuguesa é reformada; a escolaridade obrigatória passa a totalizar seis anos e para ambos os sexos; em 1964 é instituído o Centro de Estudos de Pedagogia Audiovisual; em 1967 é criado o ensino preparatório, com uma junção dos dois primeiros anos referentes ao ensino liceal e técnico; em 1971 o Ministro da Educação (Veiga Simão) expõe o Projeto do Sistema Escolar e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior, que é aprovada no ano de 1973, mas com o golpe militar ocorrido a 25 de Abril de 1974 que deitaria o Estado Novo por terra, esta reforma acabaria por não ser completamente aplicada.

Fig. 9 - Coimbra no século XX – vista aérea da Alta com demarcação a vermelho da zona demolida<sup>15</sup>.



Importa-nos especialmente a reforma universitária implementada pelo Estado Novo, em Coimbra, pelas consequências que teve na Alta da cidade.

A reconstrução da Cidade Universitária seria um processo complexo, em virtude de em Coimbra, ao contrário de Lisboa, estar edificada no coração do velho burgo, no topo da

---

<sup>15</sup> *A Velha Alta... Desaparecida, ibidem, p.2.*

colina onde a Universidade fora instalada em pleno século XVI e onde ainda hoje se mantém.

A reforma da Universidade iniciou-se pela extinção, em 1934 da Imprensa da Universidade de Coimbra, então dirigida pelo professor Joaquim de Carvalho.

Em 1935 foram demitidos alguns professores não só em Coimbra, como um pouco por todo o país. Em Setembro de 1939 é efetuado um convite ministerial a um conjunto de Professores para que dessem o seu parecer sobre o lugar mais indicado à edificação da que seria a nova Cidade Universitária de Coimbra. Foram pensados para tal três lugares: o planalto de Montes Claros, a zona da vertente para o rio, na margem esquerda, situada ente o Convento de Santa Clara-a-Nova e a Escola de Regentes Agrícolas e, por fim, a manutenção na Alta Coimbrã<sup>16</sup>.

Na década de 40 grande parte da Alta coimbrã foi completamente arrasada, incluindo um grande número de ruas seculares e edifícios históricos, para aí se construírem não só novas artérias, mas também novas edificações, surgindo portanto, as atuais instalações do Arquivo da Universidade de Coimbra e Biblioteca Geral, a Faculdade de Letras, Medicina e Ciências, com os respetivos departamentos de Física, Química e Matemática.

Em 1941 os espaços ocupados com o monumento a Camões e o Colégio dos Lóios seriam preenchidos pela Faculdade de Letras e Ciências. O programa seria modificado infinitas vezes até à sua definitiva conclusão: onde se encontrava a nova Faculdade de Medicina ficaria a Faculdade de Ciências; a de Matemática daria lugar à de Medicina; no edifício de São Bento instalar-se-ia a Associação Académica de Coimbra e o Colégio da Trindade e complexos da Imprensa da Universidade destinar-se-iam à edificação das residências académicas.

Como os espaços pensados não eram suficientes, verificou-se a necessidade de se demolirem os antigos Colégios escolares, edificados entre os séculos XVI e XVII. A 7 de Janeiro de 1942, mediante Despacho promulgado pela Presidência do Conselho e do

---

<sup>16</sup> *A Velha Alta... Desaparecida, ibidem*, pp.VII-VIII.

Ministro das Obras Públicas (Duarte Pacheco 1938-1943), elaborou-se um novo plano de integração das infraestruturas da Faculdade de Ciências, Letras, Medicina e respetivas Clínicas, Hospitais, Maternidade e Serviços adjacentes. No ano de 1943 retomaram-se as demolições respetivamente na Rua da Trindade, Rua das Parreiras, Rua das Cozinhas, Rua Cosme e Rua do Norte.

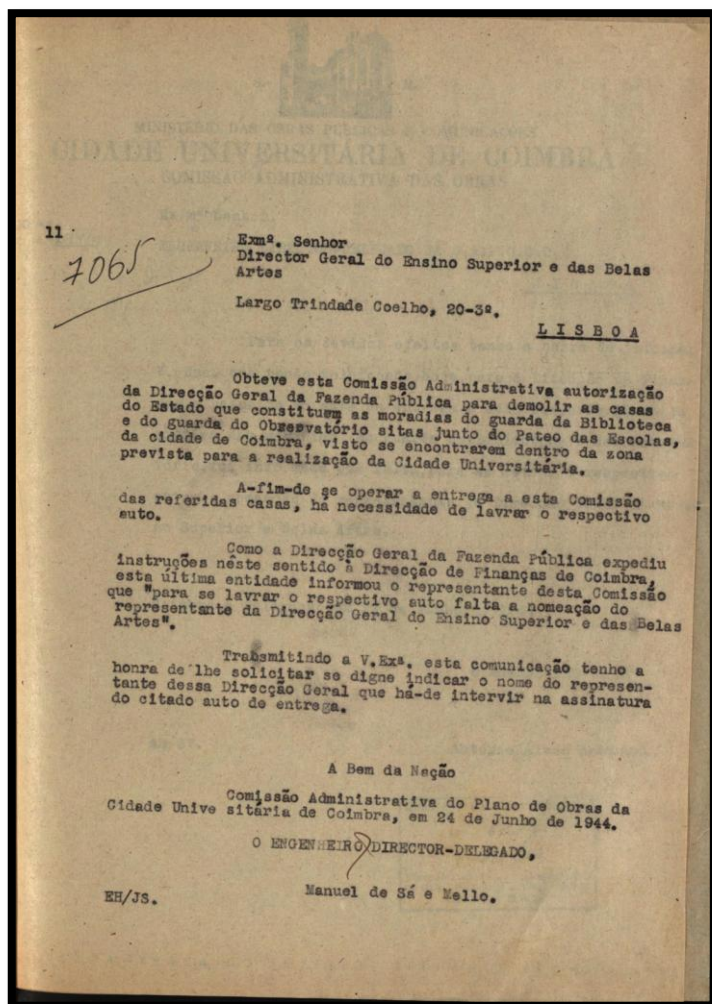


Fig. 10 - Documento imitado pela Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, em 24 de Junho de 1944<sup>17</sup>.

Em 1945 seguir-se-iam a Rua Larga, de São João, São Jerónimo, Cotovelo e Largo da Feira. Uma das grandes demolições realizadas e que mais impacto teria, ocorreu em 1947 na Ladeira do Castelo, com o desaparecimento das Escadas do Liceu, dando origem às famosas Escadas Monumentais.

Em 1948, as obras seriam suspensas devido à resistência dos habitantes das Ruas da Trindade e do Arco da Trindade. Porém, já tinham sucumbido ao arrasamento a Rua de

<sup>17</sup> C.A.P.O.C.U.C./Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra – Inventário da Série Processos/Demolições – 1943-1948.

São João, do Rego de Água, dos Lóios e da Rua Larga, na qual desapareceria em Setembro de 1949, o edifício correspondente à antiga Associação Académica de Coimbra: “*Edifícios monumentais como o Colégio de São João Evangelista, a Igreja de São Bento, desmontada em 1932, o Colégio de São Boaventura, que fora restaurado anos antes, e onde António Augusto Gonçalves dava as suas aulas de Desenho, e no qual posteriormente se alojou o Instituto de Antropologia, eram abatidos a golpes de picareta. Na cave deste Colégio existiu nos meados do século passado a prisão académica, e lá estivera alojado Antero por causa das suas prédicas socializantes*”<sup>18</sup>.

Apesar de se enquadrar numa distinta lógica estética foram igualmente inaugurados, embora já na década de 60 e fora do espaço da Alta, os edifícios correspondentes à Associação Académica e ao Teatro Gil Vicente.



Fig. 11 - Faculdade de Letras que, a 29 de Maio de 1956, passou a Biblioteca Geral da Universidade<sup>19</sup>.

A nova cidade universitária tinha sido planeada por um dos arquitetos mais reputados deste período, Cottinelli Telmo, que esteve ao serviço do regime e do próprio Salazar, apoiado por Cristino da Silva, que o substituí após a sua morte<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> *A Velha Alta... Desaparecida, ibidem*, p.IX.

<sup>19</sup> *A Velha Alta... Desaparecida, ibidem*, p.47.

Faculdade de Letras, projetada pelo Arquiteto Silva Pinto, antigo Diretor da Escola Industrial Brotero, que foi erigida sobre os alicerces do antigo Colégio de São Paulo.

No frontão triangular da fachada estavam representados os símbolos das Letras, a esfinge, o mocho e a legenda: *Liberalivm Artivm Facultas*.

<sup>20</sup> ROSMANINHO, Nuno, “O Estado Novo e a Arte: A Cidade Universitária de Coimbra”, in *A História Tal Qual se Faz*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p.259.



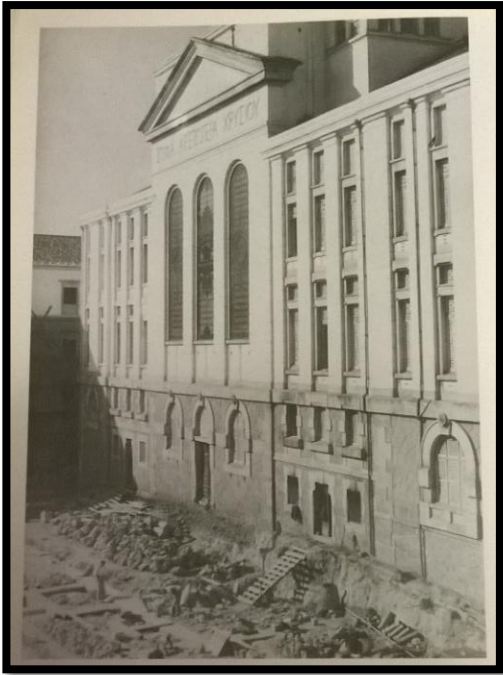


Fig. 12 - Fachada posterior do edifício da antiga Faculdade de Letras<sup>21</sup>.

A cidade universitária que começava a ser construída pautava-se pela representação máxima do poder, típica de Estados totalitários e ditatoriais, como os casos espanhol, italiano e alemão.

A nova universidade demonstrava assim, uma forte componente ideológica, a ideia de monumentalidade e grandiosidade, associada a um marcado carácter patriótico tradicionalista, exaltando em paralelo os feitos gloriosos do Império português no mundo e a Antiguidade Clássica, discurso que ficaria bem patente nos dois frescos que decoram o átrio da Faculdade de Letras, da autoria de Portela Júnior e Joaquim Rebocho. Em termos estéticos, o conjunto pautava-se igualmente pela presença regular do modernismo, naturalismo e pela simetria das linhas<sup>22</sup>.

#### *1.1.2. Entre o Século XX e o Século XXI*

Coimbra, cidade de componentes medievais, concentra em si um vasto conjunto de património arquitetónico e cultural, que demonstra a evolução histórica que o Centro Histórico foi sofrendo com o passar dos séculos, deixando uma longa história por debaixo da calçada que pisamos.

<sup>21</sup> *A Velha Alta... Desaparecida, ibidem*, p.140.

Fachada posterior do edifício da antiga Faculdade de Letras que é possível verificar depois da demolição do conjunto de habitações sitas na Rua das Parreiras, para a edificação do novo Arquivo, com destaque para a legenda do tímpano em grego.

<sup>22</sup> ROSMANINHO, Nuno, *ibidem*, p.261.

Tanto a Alta como a Baixa integram a zona mais antiga da cidade, anteriormente formada pelas freguesias de São Bartolomeu, Santa Cruz, Almedina e Sé Nova, enquadradas desde 2013 pela União das Freguesias de Coimbra. Aliado ao aspeto cultural e arquitetónico, a Alta mostra-nos vestígios de tempos remotos que ainda hoje persistem e resistem, culminando em ruas tortuosas, escadarias ou ruas íngremes, um autêntico percurso escada acima, ladeira abaixo.

Nesta inscreve-se o centro universitário, que juntamente com alguns colégios ainda ligados ao ensino, como o Colégio das Artes ou o Colégio de São Jerónimo, e as Repúblicas Estudantis, (classificadas como imóveis de Valor Concelhio, face à sua relevância arquitetónica), representam assim um importante núcleo turístico, patrimonial, histórico e representativo do meio académico existente<sup>23</sup>.

O centro histórico conimbricense ainda hoje se divide entre a Alta, essencialmente Universitária, marcadamente cultural, histórica, patrimonial e turística, mas igualmente preenchida por um parque habitacional fortemente degradado e onde predomina a população idosa, e a Baixa que, em contrapartida, alberga um parque residencial associado à atividade comercial e aos serviços<sup>24</sup>, ainda que igualmente degradado e envelhecido.

Pese embora esta relação estreita (física e histórica) entre Alta e Baixa, o burgo de Santa Clara deve também integrar-se nesta zona mais antiga da cidade, tratando-se de um prolongamento da Baixa que se estendeu para a margem esquerda do rio<sup>25</sup>. Até 1855, a freguesia do burgo de Santa Clara pertencia a São Bartolomeu, sita na margem direita, tendo-se posteriormente tornado uma freguesia autónoma, envolvendo espaços públicos de qualidade, mecanismos de lazer e património como o Portugal dos Pequenitos, o Convento de São Francisco ou a Quinta das Lágrimas, tratando-se desta forma, de uma complementaridade entre duas margens divididas pelo Mondego.

---

<sup>23</sup> SANTOS, Lusitano dos, *Alta de Coimbra - Que Futuro Para o Passado?*, in Actas do 2º Encontro sobre a Alta de Coimbra, realizado em 22 e 23 de Outubro de 1994, Coimbra, GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1995, p.147.

<sup>24</sup> FORTUNA, Carlos; GOMES, Carina; FERREIRA, Claudino; ABREU, Paula; PEIXOTO, Paulo, *A Cidade e o Turismo: Dinâmicas e Desafios do Turismo Urbano em Coimbra*, Coimbra, Almedina, 2012, p.51.

<sup>25</sup> Ver Anexos, Fig. 38 à Fig. 43, pp.118-120.

Ao longo das várias épocas, a necessidade de responder a problemas de expansão e organização do núcleo citadino acentuou-se, pois o que era considerado arredores foi com o tempo integrando totalmente a cidade, caso da Rua do Brasil, arrabalde ainda na década de 30 do século XX. Ao mesmo tempo assistia-se ao nascimento de novos bairros residenciais, como o Norton de Matos ou o de Monte Formoso.

Hoje a cidade compõe-se de várias zonas habitacionais distintas que se estendem muito para além da Alta e da Baixa<sup>26</sup>: *“A centralidade que a expressão “centro histórico” adquiriu nos discursos políticos, técnicos e jornalísticos, bem como o grau de reconhecimento e de consensualidade que parece ter obtido junto do público em geral, parece ser directamente proporcional ao grau de transformação e de urbanização das cidades portuguesas”*<sup>27</sup>.

As áreas urbanas que foram surgindo, mais modernas, contrastam com as áreas mais antigas envelhecidas e deterioradas, sobretudo no Centro Histórico. Neste âmbito a nova Lei do Arrendamento Urbano deverá funcionar como uma medida legislativa essencial que se espera que seja capaz de potenciar a preservação dos imóveis enquanto património local, reintroduzindo uma nova dinâmica e assim evitando o abandono e até derrocada<sup>28</sup>.

Regra geral, a população residente nos centros históricos das cidades pertence a uma faixa etária envelhecida, como é visível em Coimbra, sobretudo na zona mais antiga. Em contraponto, existe um núcleo citadino relativamente jovem, devido à deslocação de população estudantil originária de várias regiões do país que vem frequentar a Universidade/Ensino Superior, tratando-se assim, de uma população jovem sazonal: *“Ao contrário do município tendencialmente jovem, o centro da cidade apresenta-se, de forma geral, como uma zona envelhecida”*<sup>29</sup>.

A existência de residências devolutas é outra das questões que afeta particularmente o Centro Histórico por várias razões, com destaque para as dificuldades socio económicas

---

<sup>26</sup> Ver Anexos, Fig. 37, p.117.

<sup>27</sup> PEIXOTO, Paulo, *ibidem*, p.212.

<sup>28</sup> Consultar: *Decreto-Lei nº160/2006, de 8 de Agosto*, in Código Civil, Coimbra, Almedina, 2012, pp.527-529.

<sup>29</sup> FORTUNA, Carlos; et. al., *ibidem*, p.39.

dos proprietários/arrendatários, mas também por uma má gestão pública e privada dos imóveis.

*“As consequências perversas desta situação encontram-se bem à vista de todos, como sejam: a lesão da dignidade humana, o abusivo exercício pelos inquilinos de direitos contratuais, a descaracterização de vastas áreas da malha urbana com particular incidência nos centros históricos, o estrangulamento do mercado de arrendamento, a aquisição especulativa de edifícios degradados na expectativa da sua ruína. Neste contexto, surge a nova lei que rege o arrendamento urbano, Novo Regime de Arrendamento Urbano<sup>30</sup>, com dois grandes objectivos: a criação de um verdadeiro mercado de arrendamento e a dinamização da reabilitação urbana”<sup>31</sup>.*

A maioria das habitações localizadas na Alta coimbrã são imóveis antigos, alguns destes arrendados, outras residências próprias, outros habitados e outros ainda abandonados.

*“O abandono é a pior das mudanças, porque o grande motor da ruína da Cidade e da Arquitectura reside na perca [sic] de uso. É o drama de grande parte dos nossos centros históricos (Byrne apud Rodrigues da Silva, 2007)”<sup>32</sup>.*

Esta problemática não é recente, uma vez que a causa para o completo desinteresse pelo estado a que muitas vezes chega o nosso património arquitetónico deve-se em grande parte ao congelamento das rendas, ou porque a renda cobrada aos inquilinos é demasiado baixa para poder fazer face às despesas essenciais na manutenção de um imóvel, levando os proprietários muitas vezes a desistirem da conservação dos seus bens por causa dos gastos que estes provocam<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> Consultar: *Lei nº 6/2006 - Novo Regime do Arrendamento Urbano. DR de 27/02/2006.*

<sup>31</sup> TUNA, Catarina; TEIXEIRA, J., *O Novo Regime de Arrendamento Urbano e o seu Impacto na Reabilitação Urbana. Caso de Estudo.*, Coimbra, Congresso Construção – 3º Congresso Nacional, Universidade de Coimbra, 2007, p.2.

<sup>32</sup> BISCAIA, José Afonso, *A Reabilitação dos Centros Históricos*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2008, p.6.

<sup>33</sup> Consultar: *Decreto-Lei nº159/2006, de 8 de Agosto*, in Código Civil, Coimbra, Almedina, 2012, p.531.

Acresce a relevância do número: “*É de referir que cerca de 10% dos edifícios se encontram devolutos, outro sinal evidente da perda de vitalidade desta zona da cidade*”<sup>34</sup>.

Muitos destes problemas devem-se, por um lado, ao despovoamento das áreas mais antigas em detrimento das zonas mais modernas, dotadas de equipamentos que possam facilitar o bem-estar e saúde populacional e a sua acessibilidade, como a zona da Solum; o declínio do centro histórico quiçá acelerado pelo surgimento de hipermercados em espaços quase coalescentes ao centro histórico; a precariedade dos imóveis e arruamentos; e por outro, às dificuldades de gestão urbanística não raras vezes terminando em conflitos entre interesses públicos e privados ou na escassez de infraestruturas de apoio sociocultural.

A partir da década de 40 do século XX iniciava-se a implementação de programas e planos de requalificação urbana tendentes a responder às necessidades mais prementes.

São disso exemplo os planos «De Gröer» de 1940; «Almeida Garrett» de 1955; «Costa Lobo» de 1970-1974 e «Diretor Municipal» de 1992, este último ainda em vigor.

Vale a pena ver um pouco melhor cada um deles:

Plano De Gröer: Este plano foi aprovado pelo Ministro das Obras Públicas (Augusto Cancela de Abreu de 1944-1947) em Setembro de 1945, com a designação de «Anteprojeto de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra» e tinha como propósito expandir a cidade ao mesmo tempo que conservava tanto as suas raízes históricas como as suas componentes naturais. A cidade ficaria repartida em várias zonas, quer a nível industrial, comercial, residencial, universitária, turística, arqueológica, quer a nível dos espaços livres, públicos e também rurais: “*Para arranjo da parte existente da cidade De Gröer considerou os seguintes bairros: a antiga cidade baixa, a antiga cidade alta, o bairro da Avenida Sá da Bandeira, o bairro periférico da Conchada-Montarroio, o bairro periférico de Montes Claros, o bairro periférico da Cruz de Celas, o bairro periférico de Celas, o bairro periférico de Santa António dos Olivais, o subúrbio do Calhabé e o subúrbio de Santa Clara*”<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> FORTUNA, Carlos; et. al., *ibidem*, p.42.

<sup>35</sup> SANTOS, Lusitano dos, *ibidem*, p.128.

Plano Almeida Garrett: Intitulado «Plano Regulador da Cidade de Coimbra» tinha como finalidade a defesa da área correspondente às margens do rio Mondego, das cheias que este provocava (nomeadamente durante a estação invernososa), e proporcionar uma melhor qualidade das ligações entre a zona da Alta e da Baixa coimbrã. Este plano previa ainda a criação de áreas portuárias, ferroviárias, desportivas, bem como urbanas locais: “Almeida Garrett considerou, tal como De Gröer, e para além das outras zonas, a “Zona comercial central”, a “Zona universitária (U), excluída do plano” e a “Zona arqueológica e turística (A)””<sup>36</sup>.

Plano Costa Lobo: Tinha um objetivo muito específico: contribuir para o bem comum da cidade, especialmente o seu bom funcionamento, em que o progresso previsto para a cidade comungaria de forma ordeira com a paisagem e o ambiente existente sem a afetar ou danificar. Previa igualmente, a repartição da cidade em zonas tanto habitacionais e industriais, como de equipamento, verdes e mistas<sup>37</sup>: “Na década de 70 foram celebrados, como se viu, os Planos Costa Lobo, concelhio e da cidade (...). ”Nota – Programa de renovação, património cultural, sua inventariação e defesa; conservação de casas modestas; organização de espaços multivalentes – cultura, ensino, turismo, alojamento para estudantes e para turistas, salas para reuniões cívicas e científicas; reconstituições e desafogamentos; associação de moradores e simpatizantes; estacionamento periférico e organização de transportes”(...)”<sup>38</sup>.

Na década de 80 do século XX criou-se igualmente o Gabinete de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Coimbra (1981) e a Comissão Municipal de Salvaguarda do Património Arquitetónico e Paisagístico (1982).

Apesar do importante papel destes planos ao nível não só da remodelação urbana a desenvolver, mas também na conservação do Centro Histórico da cidade, a verdade é que, segundo Pedro Dias, não houve qualquer tipo de organização entre as novas zonas em ascensão com as áreas urbanas já existentes, as mais antigas da cidade<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> IDEM, *ibidem*, p.129.

<sup>37</sup> FORTUNA, Carlos; et. al., *ibidem*, p.31.

<sup>38</sup> SANTOS, Lusitano dos, *ibidem*, pp.131-132.

<sup>39</sup> DIAS, Pedro, “Duas breves reflexões sobre a política de salvaguarda do património”, in CEFA (org.), *I curso de gestão do património cultural – Comunicações*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992, pp.95-106.

Relativamente aos objetivos que cada um dos planos urbanos anteriormente citados pretendiam desenvolver para a cidade, importa explicar que a maioria das finalidades propostas pelo plano De Gröer não chegou a ser cumprida, pelo que foi substituído pelo plano Almeida Garrett. Quanto ao plano Costa Lobo este manifestou-se num progresso que a cidade obteve no âmbito industrial. A cidade de Coimbra sofreu várias mutações ao longo do tempo, as mais significativas aconteceram durante o século XX, em detrimento destes planos, como o desenvolvimento da zona de Celas que passaria posteriormente a integrar a freguesia de Santo António dos Olivais; com a construção dos edifícios universitários projetados durante o Estado Novo, muitas habitações foram demolidas, pelo que levou à necessidade da construção da área do Calhabé; a construção do Estádio Universitário durante os anos 40; nos anos 60 surgiam os bairros da Solum que têm vindo a estender-se pelas zonas do Cidral, onde se localiza o Bairro de São Miguel e o Tovim; além do aparecimento de vários jardins públicos, bem como uma maior acessibilidade de transportes urbanos: *“Neste contexto de crescimento contínuo, as áreas recentes transformaram-se em novas centralidades urbanas, contrastando com as zonas mais antigas da cidade, a Alta e a Baixa, que começaram a merecer cada vez mais atenção por parte da autarquia local, sobretudo pelo nível da sua degradação física. Desde a década de 1990, têm vindo a ser fomentados programas e medidas de recuperação e defesa das áreas históricas da cidade<sup>40</sup> que, segundo os próprios responsáveis autárquicos, têm em vista a renovação urbana dessas zonas, mas também a preservação das suas formas tradicionais de economia (Fernandes et al., 1997)”<sup>41</sup>.*

Já na década de 90 destacamos a importância do Projeto Almedina, Gabinete de Recuperação das Zonas Históricas (1990) que, tal como os anteriormente referidos, teve por principal objetivo o restauro, conservação, preservação, reabilitação e requalificação urbana, patrimonial, histórica, cultural e arquitetónica da cidade.

Ainda nesta época, importa também referir o Plano Diretor Municipal: trata-se de um mecanismo atual e ainda em vigor, desde 1992, de ordenamento do território, que atua ao nível da utilização e modificação do solo, aplicado para todo o concelho, com particular incidência na zona mais antiga da cidade, por causa do seu valor histórico e

---

<sup>40</sup> Na Alta coimbrã foram criados e implementados programas/projetos como PRAUD; GTL (Gabinete Técnico Local) e URBCOM; e na Baixa foram aplicados PROCOM (1995/1999); PRU (1995) e o Processo de Renovação Urbana e Social da Baixa (2004), in FORTUNA, Carlos; et. al., *ibidem*, p.32.

<sup>41</sup> FORTUNA, Carlos; et. al., *ibidem*, pp.31-33.

ambiental, devendo por isso ser preservada e reabilitada, não obstante, é preciso ter em conta a topografia; o restauro dos imóveis existentes; a demolição de edifícios considerados irrelevantes do ponto de vista histórico e arquitetónico; a diferenciação geográfica do centro urbano, segundo a classificação de preservação de acordo com a sua relevância cultural e arqueológica, e que ainda se mantém em vigor<sup>42</sup>: ”Os estudos do Plano Director Municipal incluíram a delimitação do Centro Histórico da cidade de Coimbra (Planta Anexa) e a elaboração de regras mínimas para a sua gestão urbanística”<sup>43</sup>.

Além do Plano Diretor Municipal<sup>44</sup>, estão igualmente em vigor os Planos de Pormenor com o Parque Tecnológico de Coimbra, a Zona Desportiva de Taveiro<sup>45</sup> e o Plano Estratégico de Coimbra<sup>46</sup> organizado segundo duas fases, e que são de carácter ambiental e urbano, por forma a dar resposta aos novos desafios tecnológicos propostos pelas sociedades contemporâneas.

Em síntese, parecem não faltar mecanismos teóricos e legislativos de defesa do património.

Fig. 13 - Vista geral da cidade de Coimbra na atualidade (fotografia da autora).



<sup>42</sup> Consultar: *Diário da República*, N.º 124, 2.ª Série, Aviso N.º 7635/2014.

<sup>43</sup> SANTOS, Lusitano dos, *ibidem*, p.136.

<sup>44</sup> A primeira revisão ocorreu a 1 de Julho de 2014 (*Diário da República*, 2.ª série — N.º 124 — 1 de Julho de 2014), e em Relação ao Plano Director Municipal de 1994, as alterações ocorreram em 2010 (Aviso n.º 6562: *Diário da República*, 2.ª série — N.º 62 — 30 de Março de 2010); em 2011 (Aviso n.º 8252: *Diário da República*, 2.ª série — N.º 66 — 4 de Abril de 2011) e em 2012 (Aviso n.º 10548: *Diário da República*, 2.ª série — N.º 151 — 6 de Agosto de 2012).

<sup>45</sup> Parque Tecnológico de Coimbra (*Diário da República*, 2.ª série — N.º 33 — 15 de Fevereiro de 2012) e a sua 1ª alteração ocorreu a 10 de Setembro de 2012 (*Diário da República*, 2.ª série — N.º 231 — 29 de Novembro de 2012). Em relação à Zona Desportiva de Taveiro, a proposta é publicada a 3 de Dezembro de 2010 (*Diário da República*, 2.ª série — N.º 234 — 3 de Dezembro de 2010).

<sup>46</sup> Consultar: *Diário da República*, III Série — N.º 64 — 30 de Março de 2006, pp.6735-6736.



### 1.1.3. Da Preocupação Patrimonial, Cultural e Turística à Candidatura de Coimbra a Património Mundial da Unesco

Primeiro que tudo, importa esclarecer que a atividade turística tem-se intensificado nas últimas décadas e a cidade histórica é uma das principais atrações culturais devido ao seu valor patrimonial.

Um conjunto amplo de vários tipos de património cativa os olhares nacionais e estrangeiros. Património natural, cultural, arquitetónico e material dizendo respeito a componentes físicas, ou o imaterial correspondendo a componentes simbólicas.

*“(...) Sem nos determos na enunciação deste minucioso trabalho normativo, importa assinalar que a importância da Convenção de 1972 reside no facto de alargar formalmente a consagração patrimonial aos espaços da natureza, contribuindo para a concretização do triângulo patrimonial que culmina com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (outubro de 2003) e passa a configurar uma triangulação que integra num dos seus vértices os bens materiais culturais – móveis e imóveis -, num segundo vértice o património natural ligado à conservação da natureza e, no terceiro vértice, os bens culturais imateriais, que incluem o património intangível”<sup>47</sup>.*



Fig. 14 - Notícia do Diário de Coimbra de 23 de Junho de 2013: Coimbra enquanto Património Mundial da Unesco<sup>48</sup>.

A conservação patrimonial corresponde à manutenção da história, dos monumentos, da cultura e do passado, enfim, da memória. Se não interviermos na reabilitação urbana das nossas cidades, arriscamo-nos a perder uma parte fundamental dessa história. Ora, o tempo é um forte inimigo na conservação patrimonial, pelo

<sup>47</sup> FORTUNA, Carlos; et. al., *ibidem*, p.22.

<sup>48</sup> Consultar: <http://www.diariocoimbra.pt/noticias-edicao/2013-06-23>

que, se o ser humano não for capaz de aplicar as políticas indicadas para a sua manutenção, restauro ou reabilitação, no final as consequências serão irreversíveis.

Tal como se tem vindo a verificar ao longo dos anos, em particular, desde o ano 2000, o património conimbricense tem sido alvo de um infeliz processo de preservação como nos relata a notícia de 6 de Janeiro de 2015 em que, através de um estudo realizado pela Universidade de Coimbra, se concluiu que em vários edifícios analisados (mais de 100 edifícios de um total de 417) toda a sua história e identidade foi profundamente alterada e em alguns casos até mesmo apagada, em virtude das técnicas e materiais utilizados ao nível do seu restauro arquitetónico não serem de todo as mais apropriadas<sup>49</sup>.

As medidas mais comumente implementadas ao nível do urbanismo, limitam-se essencialmente a questões residenciais, de saneamento e serviços, questões superficiais, se tivermos em conta o quão complexa é a requalificação urbana e patrimonial.

Mas tal não é suficiente. Ao falarmos em reabilitação de cidades e de núcleos históricos, devemos ter em conta, em primeiro lugar, que estas são produto da ação humana, em segundo lugar, que possuem uma memória histórica, pelo que não podem ser analisados individualmente, mas sim de forma contextualizada, como parte integrante de um tecido urbano interatuante, como sublinhou Carlos Fortuna:

*“É necessário romper com a visão sectorial das políticas públicas que isolam, particularizam e fracturam os tecidos e os ambientes urbanos. Em vez disso, como já assinalei, parece indispensável uma concepção sistémica renovada que dê conta da globalidade da acção de preservação dos patrimónios e das culturas das cidades e dos seus velhos centros. Cada parte da cidade só tem sentido se entendida no todo que é a cidade ela própria. Esta é a um tempo una e diversa e é desta mesma dupla qualidade que resulta a sua complexidade e a sua diversidade social, política e cultural. Devemos*

---

<sup>49</sup> LUSA, “Reabilitação em edifícios apagou identidade histórica da Alta de Coimbra”, in *Jornal Público*, 06/01/2015.

Consultar: <http://www.publico.pt/local/noticia/reabilitacao-em-edificios-apagou-identidade-historica-da-alta-de-coimbra-1681305>

*acautelá-las enquanto patrimónios se não quisermos uma cidade sem memória de si e fundada na uniformidade”<sup>50</sup>.*

Por último, mas decorrendo da ideia anterior, importa ter igualmente presente que a necessidade de preservação dos monumentos e edifícios existentes se pauta hoje por um conjunto de procedimentos detalhadamente regulados pretendendo evitar, por exemplo, a deformação e a descaracterização dos imóveis, aspeto fundamental na conservação da sua morfologia e identidade.

Não obstante, as cidades e seus centros históricos, não são de todo alheios à evolução temporal e às estruturas socio financeiras existentes, pelo que, embora a preservação patrimonial vá decorrendo, ainda que muito lentamente, a necessidade de renovação do nosso património é imperativa no sentido de poder dar vida a imóveis que há muito deixaram de contribuir funcionalmente para a sociedade e sua população (caso do Teatro Sousa Bastos que constitui o objeto de estudo deste projeto), podendo assim dar respostas às exigências de uma cidade mais moderna e desenvolvida, assegurando contudo, a sua génese e desenvolvimento, e por eles a história e memória da comunidade.

Existem portanto casos de requalificações efetuadas em determinados imóveis que tiveram um impacto bastante positivo nos meios urbanos, como sucedeu por exemplo com a Quinta das Lágrimas (Santa Clara, Coimbra), ou o Paço da Ega (Ega, Condeixa), embora noutros casos a situação tenha tido um impacto negativo, caso do Paço de Maiorca (Maiorca, Figueira da Foz).

Atualmente a grande adesão que se verifica à classificação do património corresponde ou responde em grande parte ao impulso da atividade turística, decorrente do processo de mutação das sociedades, da globalização das estruturas financeiras e do aumento do consumo por parte das populações, desencadeando uma reconversão do turismo ao nível das cidades e das suas infraestruturas e setores de atividade<sup>51</sup>:

---

<sup>50</sup> FORTUNA, Carlos, *Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 2006, p.6.

<sup>51</sup> FORTUNA, Carlos; et. al., *ibidem*, p.23.

*“São patrimónios históricos edificados, mas também patrimónios socioculturais, artísticos, linguísticos e humanos que encontram expressões diversas nas cidades de hoje, embora não exclusivamente. Estes patrimónios, tanto os tangíveis como os intangíveis, enunciam modos de viver passados e actuais que, no seu conjunto, constituem a memória social e, em muitos casos e por isso mesmo, revelam e significam o próprio espírito dos lugares”<sup>52</sup>.*

Decorrente deste impacto, as cidades europeias, sem que Portugal seja uma exceção, começaram a lançar a partir dos anos 90 candidaturas de valorização e salvaguarda do seu património, quer correspondendo a um conjunto de edifícios arquitetónicos, quer somente a um edifício em particular, como é o caso da Torre de Belém em Lisboa, o Mosteiro da Batalha na Batalha ou o Convento de Cristo em Tomar. Num âmbito mais abrangente, existem as candidaturas das próprias cidades elevadas a um estatuto culturalmente superior, seja enquanto capitais europeias ou nacionais da cultura (Coimbra 2003 e Guimarães 2012), seja como cidades inscritas na lista de Património Mundial da Unesco (Évora, Guimarães, Porto).

Neste contexto, para percebermos melhor esta questão, convém mencionar que só nos termos da década de 80 havia cerca de 71 cidades avaliadas enquanto património mundial. Na década de 90 passaria para 164, atingindo em 2008, um total de 239 cidades<sup>53</sup>.

Ora, a apresentação de um projeto de classificação implica e obedece obrigatoriamente à organização de um conjunto de várias questões e assuntos — um dossiê — que será depois analisado pela Unesco. Embora a ideia de candidatura de Coimbra a Património Mundial tenha tido início em 1982, só em 1997 a Câmara Municipal conseguiria entregar na Comissão Nacional da Unesco um dossiê preliminar para a avaliação da candidatura apresentada. Com inúmeros percalços ao longo do processo, chegou a ser temporariamente suspenso em 2001.

Em 2004, o processo de candidatura ganhava novas proporções e, em 2005, a Universidade de Coimbra juntamente com a Alta e a Rua da Sofia apresentavam um

---

<sup>52</sup> FORTUNA, Carlos, *ibidem*, p.3.

<sup>53</sup> FORTUNA, Carlos; et. al., *ibidem*, pp.23-24.

guião de candidatura, cujo processo era composto por sete volumes. Concluído em 2010, seria ainda objeto de revisão em 2011.

Após um demorado período de avaliação, a 22 de Junho de 2013, o Comité do Património Mundial reunido no Camboja, entre os dias 16 a 27 do referido mês, aprovava finalmente a candidatura da cidade, respetivamente a área correspondente à «Universidade de Coimbra – Alta e Sofia», que por sinal diz respeito ao seu Centro Histórico<sup>54</sup>, inicialmente compreendendo apenas a zona da Alta coimbrã e que após ter sido novamente analisada a candidatura, resolveu-se integrar igualmente a zona da Baixa, devido ao valor que conjuntamente representam a nível histórico-cultural, político e patrimonial<sup>55</sup>.

A classificação atribuída ao Centro Histórico da cidade de Coimbra aumenta a responsabilidade e implica a necessidade de aplicação de políticas de recuperação urbana urgentes, capazes de fazer frente a uma paisagem de edifícios progressivamente degradados ou devolutos.

A classificação reconhecida pela Unesco suscita novos desafios ao nível da criação de mecanismos e apostas culturais e turísticas dinamizadoras capazes, por um lado, de cativar e fazer permanecer os turistas que acorrem à cidade, por outro, de atrair novos visitantes, ainda que no cerne da questão permaneça, em nossa opinião, a população residente e o seu bem-estar:

*“É admissível pensar que, na sequência desta candidatura, Coimbra pretenderá instituir alguns novos palcos estratégicos capazes de ampliar os fluxos turísticos que acorrem à cidade, nomeadamente através da realização de operações de animação cultural, mormente no seu centro histórico. Estas operações, como sucede noutros lugares, tanto se poderão apoiar na criação de produtos culturais desenvolvidos a partir de valores e recursos existentes, como a partir do desenvolvimento, ab ovo, de atrações culturais sem qualquer ligação estreita com a historicidade local”<sup>56</sup>.*

---

<sup>54</sup> Consultar: <http://www.coimbravivasru.pt/unesco.php>

<sup>55</sup> FORTUNA, Carlos; et. al., *ibidem*, p.27.

<sup>56</sup> IDEM, *ibidem*, p.27.

Desta marcante candidatura destacamos um vasto conjunto patrimonial que se encontra classificado pela Unesco e que, de facto, consiste num fator de valorização interna e externa da cidade em virtude de representarem o cerne da história, da arte e da cultura coimbrã<sup>57</sup>.

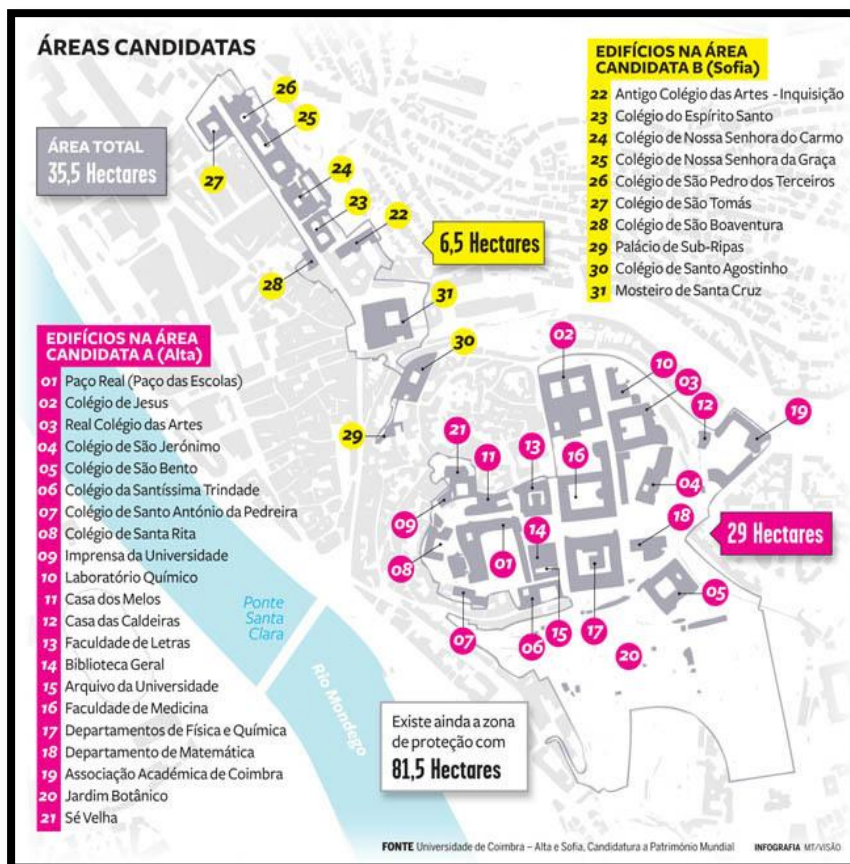


Fig. 15 - Mapa dos edifícios classificados na zona da Alta (21) e da Baixa coimbrã (10)<sup>58</sup>.

Quem visita a cidade ou quem nela reside depara-se com um diversificado património histórico que deve ser acima de tudo conhecido, preservado, valorizado e divulgado.

A necessidade de dar vida ao Centro Histórico de Coimbra leva obrigatoriamente à emergência de organismos vocacionados para o empreendedorismo cultural e urbano na dinamização da cidade mediante uma oferta de diversidade turística, de serviços, atraindo investimento estrangeiro e jovem promovendo expressões culturais, artísticas, criativas e inovadoras ligadas à publicidade, capazes de renovar o Centro Histórico da cidade, tal como a criação de espaços catalisadores de fluxos turísticos e culturais, promovendo a criação de infraestruturas ligadas a atividades ao ar livre e a um carácter

<sup>57</sup> Consultar: <http://worldheritage.uc.pt/pt/>

<sup>58</sup> Consultar: <http://visao.sapo.pt/users/134/13415/1051v7coimbra-7464.jpg>

lúdico e de entretenimento, apto a cativar população da cidade qualquer que seja a conjuntura e as exigências da própria sociedade, em virtude da forte competição existente decorrente do processo de globalização<sup>59</sup>.

### **Périplo pela cidade de Coimbra: Áreas de maior relevância<sup>60</sup>**



<sup>59</sup> FORTUNA, Carlos, *ibidem*, pp.7-9.

<sup>60</sup> Esquema périplo montado pela autora.

Assim sendo, a aplicação deste tipo de mecanismos é indispensável no aumento da visibilidade dos centros urbanos, tendo em conta também a visão cosmopolita do mundo, uma vez que a degradação imobiliária da Alta e da Baixa coimbrã é acentuada.

A aplicação deste género de projetos seria elementar para a modernização da imagem antiquada que o Centro Histórico e a própria cidade ainda possuem<sup>61</sup>.

#### 1.1.4. Retrato de uma Coimbra Atual

Como temos assistido ao longo deste trabalho, a cidade de Coimbra foi evoluindo ao longo dos séculos, pautando-se por um vasto conjunto de empreendimentos e intervenções urbanísticas que foram ocorrendo um pouco por todo o centro urbano.

Contudo, não nos podemos esquecer que algumas destas intervenções tiveram impactos negativos na sociedade e quotidiano das populações residentes. Sobretudo na materialidade histórica. Refiro-me especificamente ao projeto «Metro Mondego» para o qual parte da Baixa foi destruída sem que, todavia, este meio de transporte viesse a ser concretizado.

Vejamos um pouco o processo, pelo impacto que teve (tem) e por ser tão atual, de resto um processo ainda não totalmente encerrado.

A Metro Mondego consiste numa empresa de capitais públicos que labora desde o ano de 1996 tendo como finalidade a exploração, através de concessões disponibilizadas pelo Estado, em regime público ou de exclusividade, de um sistema de metro ligeiro de superfície que englobasse os municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

Tal sistema deveria obrigatoriamente ser ecológico, amigo do ambiente e proporcionar modernidade e conforto ao mesmo tempo que promoveria a acessibilidade e mobilidade social, o desenvolvimento financeiro, as condições de planeamento e integração territorial e o ordenamento urbanístico.

---

<sup>61</sup> FORTUNA, Carlos, *ibidem*, p.8.



O seguinte Decreto-Lei 226/2004 de 6 de Dezembro vem justificar os procedimentos desta empresa:

*“Decreto-Lei n.º 226/2004 de 6 de Dezembro*

*O Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de Janeiro, atribuiu à Metro-Mondego, S. A., em exclusivo, a concessão, em regime de serviço público, da exploração de um sistema de metro ligeiro de superfície nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.*

*Nos termos das bases da concessão, aprovadas por aquele diploma, a Metro-Mondego, S. A., está autorizada a proceder à subconcessão, total ou parcial, das actividades que constituem o objecto da sua concessão. Tendo em consideração que a Metro-Mondego, S. A., se propõe proceder ao lançamento de um concurso público para adjudicação de duas subconcessões, torna-se necessário proceder a algumas modificações ao citado Decreto-Lei n.º 10/2002, bem como das bases da concessão que aquele diploma aprovou (...).”<sup>62</sup>.*

O trajeto deste sistema realizar-se-ia mediante duas fases: a primeira assegurando a modernização da Linha da Lousã entre Coimbra – B e Serpins e a segunda relativa à construção da Linha do Hospital entre a zona da Beira-Rio e o novo Hospital Pediátrico, tal como é possível verificar nas imagens que se seguem<sup>63</sup>.

Fig. 16 - Mapa de rede urbana de Coimbra, Mirando Corvo e Lousã<sup>64</sup>.



<sup>62</sup> Consultar: *Diário da República, I Série – A, N.º 285 – 6 de Dezembro de 2004*, pp.6980-6981.

<sup>63</sup> Consultar:

<http://www.metromondego.pt/Projecto/OSMM/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/tabid/170/Default.aspx>

<sup>64</sup> Consultar: <http://www.metromondego.pt/Projecto/MapadeRede/tabid/64/Default.aspx>

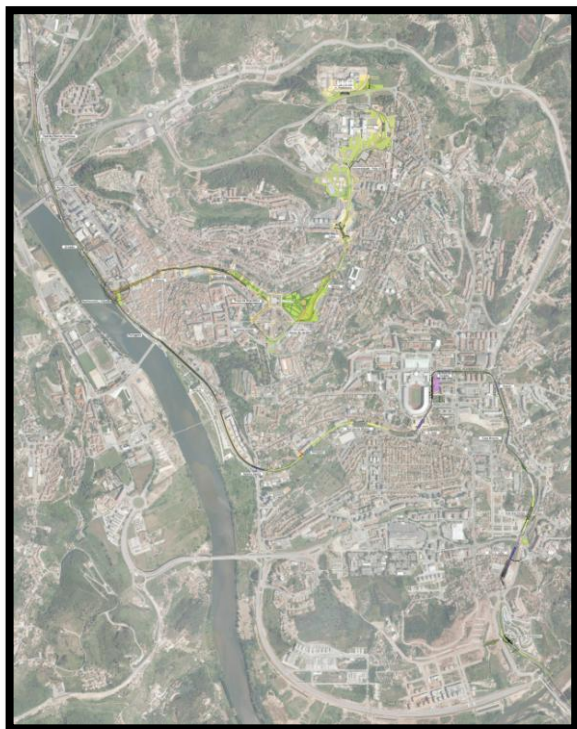


Fig. 17 - Implantação Urbana do Sistema de Mobilidade do Mondego em Coimbra<sup>65</sup>.

De facto, este projeto teria imensas vantagens para a cidade de Coimbra, mormente a nível do ordenamento territorial com a integração e reordenamento do espaço, uma vez que agregava três concelhos; em relação à eficiência, através da redução da duração temporal dos percursos, mediante uma circulação mais rápida, em virtude da criação de uma rede eficiente de transportes urbanos; no que respeita ao conforto, verificar-se-ia uma facilidade de entrada e saída de passageiros (incluído os passageiros com mobilidade limitada e crianças) e também uma maior capacidade de lugares existentes; no que toca à segurança, a tecnologia usada nos materiais proporcionaria mais segurança e maior visibilidade nos trajetos a percorrer; e por último o aspeto ecológico, uma vez que existiria uma boa comunhão entre o meio urbano e o meio ambiente, permitindo assim, uma redução não só do ruído, mas da própria poluição, facilitando a qualidade do ar que respiramos<sup>66</sup>; mas por outro, não podemos esquecer os constrangimentos que este sistema provocaria na sociedade coimbrã.

---

<sup>65</sup> Consultar:

<http://www.metromondego.pt/Projecto/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/%C3%81readeImplanta%C3%A7%C3%A3o/tabid/71/Default.aspx>

<sup>66</sup> Consultar:

<http://www.metromondego.pt/Projecto/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/Vantagens/tabid/72/Default.aspx>



Fig. 18 - Espaço Metro Mondego, localizado na Baixa coimbrã, adaptado a Loja de Artesanato (fotografia da autora).

Como foi referido, o projeto não avançou. Para além da onda de consternação e protestos suscitada, problemas reais resultam dessa interrupção como particular impacto na vida das populações como a extinção da Linha Ramal da Lousã, que se encontra desativada desde o ano de 2010. Os primeiros veículos deviam ter começado a circular a partir do ano de 2012.

Se aqui trazemos esta questão é por que um conjunto importante de edifícios da baixa foi profundamente afetado no decorrer deste processo, sendo destruídos para a construção do túnel de passagem do Metro Mondego, abertura que teria o seu início no edifício sobre o qual existe a placa de identificação da principal artéria da Baixa, «Rua da Sofia», e que está transformado num espaço dedicado ao Metro.

Neste momento a situação é incerta, pois não se sabe concretamente quando o Metro Mondego começará realmente a funcionar em Coimbra, ou se algum dia tal acontecerá pelo que, para colmatar as falhas existentes decorrentes desta situação, recorre-se à utilização das carreiras das empresas Transdev (operadora de transportes que assegura a mobilidade de várias regiões do mundo, inclusive Portugal) e Moisés, por forma a facilitar o transporte de passageiros vindos de outras regiões que não do centro da cidade de Coimbra, o caso da Lousã ou de Miranda do Corvo.

A ferida no espaço urbano permanece aberta, sem solução à vista!

Em tom conclusivo, o Sistema de Mobilidade do Metro Mondego, apesar das vantagens que poderia trazer para o desenvolvimento da cidade, provocaria igualmente uma descaracterização da paisagem urbana, em virtude da destruição de parte da zona da Baixa, com edifícios que se individualmente poderiam ter um valor arquitetónico reduzido, em conjunto formam o tecido urbano secular que dá corpo à cidade histórica e memorável:

*“Metro vai recomeçar com demolições na Baixa*

*Maia Seco espera que este mês o Governo esclareça o que fará do Metro Mondego*

*Metro com autorização para voltar a demolir na Baixa*

*Álvaro Maia Seco adianta que, “provavelmente”, Novembro marcará o reinício das demolições, concretamente de um edifício de “discutível qualidade arquitetónica” que parou o processo (...). «Ando, há vários anos, a tentar interiorizar que aquele edifício é suficientemente importante do ponto de vista patrimonial para se justificar o dinheiro, o tempo e o esforço que já custou à Metro e, indirectamente, aos contribuintes portugueses», lamentou, antes de sublinhar que «a Metro é proprietária do edifício, não foi lá encontrado nada e não podia demolir enquanto não estivesse pronto o projeto» (...).»<sup>67</sup>.*

---

<sup>67</sup> Lucas, Adriano, “Metro vai recomeçar com demolições na Baixa”, in *Diário de Coimbra*, 1 de Setembro de 2010, capa e p.2.

O edifício em questão corresponde a um imóvel sito na Avenida Fernão de Magalhães, à beira da Loja do Cidadão, onde funcionou uma oficina e que se encontra no local da prevista Linha do Hospital.

#### **Linha da Lousã**

- 1 - Obras Concluídas (expropriações e construções - Interfaces):
  - Interface da Lousã
  - Interface de Miranda do Corvo
  - Interface de Sobral de Ceira
  
- 2 - Obras Concluídas (expropriações - empreitadas):
  - 1ª empreitada - construção da Infraestrutura no troço Miranda do Corvo - Serpins
  - 2ª empreitada - construção da Infraestrutura no troço Alto de São João - Miranda do Corvo
  
- 3 - Concursos Cancelados:
  - 3ª empreitada - construção da Infraestrutura no troço de São José - Alto de São João
  - Sinalização
  - Telecomunicações
  - Energia e Subestações
  - 5ª empreitada - construção da Infraestrutura no troço Coimbra B - Portagem
  
- 4 - Concursos que não chegaram a ser lançados:
  - Material Circulante
  - Construção da Infraestrutura no troço Portagem - São José
  - Equipamento e Mobiliário Urbano
  - Bilhética
  - Parque de Materiais e Oficinas

#### **Linha do Hospital**

- 1 - Trabalhos Concluídos:
  - Integração urbana do canal e projeto de via
  - Estudo de tráfego
  - Arqueologia à cota positiva e negativa
  - Projeto de Arquitetura e especialidades das parcelas a reconstruir junto à Rua da Sofia - Integração urbana do canal e projeto de via
  - Alteração da Declaração de Impacte Ambiental - Av. Central com trânsito banalisado - parecer positivo da Secretaria de Estado do Ambiente
  - RECAPE - aprovado. As demolições e construções só podem avançar depois desta aprovação
  - Projeto e licenciamento pela CMC da demolição das parcelas 39 e 42 (armazéns junto à Av. Fernão de Magalhães)
  
- 2 - Trabalhos a Decorrer:
  - Projeto de execução da empreitada de construção das parcelas da Metro Mondego

#### **Em Funcionamento desde 4 de Janeiro de 2010**

- Serviços Rodoviários Alternativos
- Entre Coimbra - Portagem e Serpins

Esquema 1 - Ponto de situação atual do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM)<sup>68</sup>.

<sup>68</sup> Consultar:

<http://www.metromondego.pt/Projecto/PontodeSitua%C3%A7%C3%A3o/tabid/180/Default.aspx>

## *1.2. A Presença do Românico em Coimbra*

O urbanismo e a história são um núcleo operativo crucial na análise e estudo da mutação estrutural e organizacional dos meios urbanos contemporâneos. É no meio desta contemporaneidade que conseguimos vislumbrar um conjunto arquitetónico e escultórico de proporções fascinantes, representativo de uma arte secular, a arte românica de Coimbra integrada no românico nacional<sup>69</sup>. Na realidade, por entre todo o património existente em Coimbra, importa-nos destacar este núcleo de edifícios românicos, não apenas pelo seu valor mas, sobretudo, por se encontrar intrinsecamente ligado ao nosso objeto de estudo: o Teatro Sousa Bastos.

*“Mais do que um símbolo, o Românico assume-se no seu conjunto como Património Cultural, um recurso de futuro que há que conhecer, conservar e divulgar para que seja capaz de gerar agora um dinamismo socioeconómico. É necessário que o conhecimento da Arte e da História ultrapasse os muros do academismo para chegar a toda a sociedade, para colocar à disposição de todos esses valores interessantes que constituem a matéria-prima das nossas indústrias culturais”<sup>70</sup>.*

A arte românica foi a grande expressão artística que acompanhou a Reconquista Cristã no território que é hoje Portugal, marcando especialmente as regiões norte e centro. Quase exclusivamente de cariz religioso, ou pelo menos foi essa que chegou até nós, foi ela que enformou a reorganização eclesiástica dos territórios à medida que iam sendo conquistados aos muçulmanos.

A arquitetura românica em Portugal comparativamente com o resto da Europa desenrolou-se tardiamente, mais precisamente em finais do século XI, inícios do século XII, por ação do conde de Borgonha D. Henrique influenciado pelo abade Hugo de Cluny, ordem religiosa de marcada importância e atuação no território.

Ora a chegada de D. Henrique à Península Ibérica, atraído pelo pedido de auxílio de Afonso VI de Castela, no âmbito do espírito de Cruzada na propagação da fé e no

---

<sup>69</sup> ROSSA, Walter, *Diversidade urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001, pp.5-8.

<sup>70</sup> PÉREZ GONZÁLEZ, José María (dir.), *Arte Românica em Portugal* (coord. científica de Lúcia Rosas e Maria Leonor Botelho), Aguilar de Campoo, Fundación Santa María la Real, 2010, p.9.

combate aos infiéis da Cristandade, foi crucial por constituir um canal de comunicação direto com a Europa além Pirenéus, sobretudo com o reino de França, região onde a arte românica estava particularmente desenvolvida.

*“Em Portugal a arquitetura românica surge nos finais do século XI, no âmbito de um fenómeno mais vasto de europeização da cultura peninsular. A reforma monástica cluniacense, a liturgia romana e o estabelecimento das ordens religiosas de Cluny (c. 1086-96), dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (c. 1131), de Cister (c. 1144), e das Ordens Militares do Templo (c. 1128) e do Hospital (c. 112-1130) são os motores mais importantes daquele fenómeno”<sup>71</sup>.*

Ora Coimbra constitui *“um centro de notáveis exemplos da arquitetura românica. Por razões históricas cedo recebeu influências eruditas vindas de França, às quais se miscigenaram reportórios e técnicas próprias da artesanaria moçárabe – que tinha antecedentes bem enraizados na região – criando uma linguagem decorativa muito original, para a qual contribuiu a qualidade do calcário existente nas pedreiras do aro daquela cidade”<sup>72</sup>.*

São várias as igrejas que fazendo parte desse núcleo subsistem ainda, dispersas pela Alta e pela Baixa: a Sé Velha, a Igrejas de São Salvador e de São Tiago.

Mas muitas outras existiram: da Igreja de São João de Almedina, na origem românica, datando de 1129, sobrevive apenas parte do pequeno claustro pré-românico, hoje preservado no Museu Nacional Machado de Castro. Da igreja tudo desapareceu tendo em conta que, durante os séculos XVII-XVIII ela é reconstruída sob novos cânones artísticos, tal como aconteceu com a Igreja de São Bartolomeu, localizada na Praça Velha ou Praça do Comércio, também ela inicialmente românica.

Santa Cruz foi inteiramente remodelada no século XVI, São Pedro destruída, dela apenas restando alguns capitéis no Museu Nacional Machado de Castro<sup>73</sup> e São Cristóvão demolida e transformada em teatro.

---

<sup>71</sup> IDEM, *ibidem*, p.13.

<sup>72</sup> IDEM, *ibidem*, p.26.

<sup>73</sup> Ver Anexos, Fig. 44, p.121.

Embora na época medieval a corte fosse ainda essencialmente itinerante, é possível detetar em Coimbra, a partir de 1131, uma permanência marcada. Efetivamente D. Afonso Henriques aqui se estabeleceria durante longos períodos, não só para estar mais perto da fronteira com o mundo muçulmano como também para, longe do norte e da nobreza velha conseguir um poder acrescido. Assim, no processo de independência do reino que ocuparia grande parte do seu reinado, a sua “capital” seria merecedora de um programa de engrandecimento. Obras na ponte sobre o rio, o apoio incondicional à construção do Mosteiro de Santa Cruz onde sedearia a sua chancelaria e tesouro, o apoio à edificação da catedral bem como a reorganização e construção de todo o conjunto de paroquiais, seriam alguns dos passos fundamentais desse programa que de alguma forma emulava Leão, capital do reino de Castela e Leão de que se queria autonomizar. Somar-se-ia a atualização do castelo, com o erguer da torre de menagem, ou as obras na Alcáçova, doravante paço régio.

Vejamos alguns dos mais paradigmáticos templos românicos.

Datando do século XII, a Sé Velha sobrevive há cerca de oito séculos, possuindo componentes de concordância com outras igrejas da época, desde logo francesas por ser essa a origem dos arquitetos Roberto e Bernardo, responsáveis pela sua edificação. Mas outras influências são detetáveis caso da Catedral de Santiago de Compostela, concretamente ao nível das tribunas que encimam as naves laterais, próprias das igrejas de peregrinação.

O engrandecimento da capital passava por uma nova catedral numa linguagem conivente com a reforma litúrgica que a Santa Sé implementava por toda a Europa, contra culturas locais e dissidentes de que o rito moçárabe era exemplo. Assim, a Sé sofreria uma profunda remodelação, devido ao seu papel enquanto suporte do quotidiano cristão e como mecanismo de ação ao nível da solidificação do que Portugal tinha sido como Condado e agora durante a fase de reino. A reforma levada a cabo na Sé Velha deveu-se ao reforço da autoridade religiosa e à expansão territorial para sul<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup> CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *A Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, Direcção Regional de Cultura do Centro, Ministério da Cultura, 2011, pp.16-23; pp.20-21; pp.16-54; pp.74-147.



As obras de construção afonsina estariam a decorrer em pleno, em 1162, pela ação do bispo D. Miguel Salomão<sup>75</sup>, tendo o culto religioso iniciado no ano de 1184.

À mão-de-obra estrangeira, de origem francesa, juntou-se outra moçárabe, e mesmo muçulmana de que uma inscrição na fachada lateral é testemunho. Uns e outros trabalhariam sob alçada do mestre Roberto, que simultaneamente erguia a Sé de Lisboa, por sinal muito semelhante à de Coimbra, e também do mestre Bernardo, substituído pelo mestre Soeiro, aquando da sua morte, ficando este último em 1172 a dirigir as obras do estaleiro coimbrão<sup>76</sup>.

No interior da igreja podemos encontrar os túmulos de importantes figuras históricas, que marcaram a época medieval, como o de D. Vataça, aia da Rainha Santa Isabel, o de D. Sesnando Davides, alvazil de Coimbra entre 1064 e 1091 (no claustro, já gótico), o do bispo D. Tibúrcio, ou o túmulo de D. Egas Fafe, entre outros<sup>77</sup>.

É durante o século XVI, aquando do episcopado de D. Jorge de Almeida que a igreja sofre significativas obras de modernização, fosse ao nível da decoração das naves, ou com a construção da Porta Especiosa, localizada a Norte. Contudo, estas não afetariam a sua matriz românica.

A Sé Velha deteve as funções de Sé Episcopal até ao ano de 1772, época de transferência para a Igreja da Sé Nova (antigo Colégio de Jesus), passando a sede paroquial em 1816.

---

<sup>75</sup> Foi o sétimo bispo de Coimbra, de origem moçárabe. De grande cultura foi responsável pelas obras da Sé Velha de Coimbra, revestindo-a de importantes e valiosos bens, sendo classificado historicamente como um dos maiores benfeitores que a Sé possuiu, além de ter sido também outro dos fundadores do mosteiro regente de Santa Cruz por lhe ter concedido a Carta de Liberdade em 1162. Ficou conhecido pela sua ação na promoção da Sé, dotando-a de grande relevância, imponência, grandeza cultural e arquitetónica, in MARTINS, Armando Alberto, *Dois Bispos Portugueses da Segunda Metade do Século XII*, Lisboa, Revista de História de Arte (nº7), Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp.28-34.  
Consultar: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1171.pdf>

<sup>76</sup> Consultar: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70502/>

<sup>77</sup> Consultar: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70529/>



Fig. 19 - Representação da fachada da Igreja da Sé Velha, claustros e nave central (fotografias da autora).

Durante o século XII, Coimbra receberia também o Mosteiro de Santa Cruz, de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho um dos importantes centros de saber, cultura e conhecimento existente em território nacional durante o período medieval. Foi precisamente esta igreja “*que incorporaria, na sua torre-pórtico, o panteão da 1<sup>a</sup> dinastia*”<sup>78</sup>, posteriormente reerguido na capela-mor, já no século XVI, e constituindo uma das melhores obras do humanismo em Portugal.

Como foi já referido, também nesta altura o templo seria muito transformado, restando pouco do seu passado românico (como os vestígios de arcos nas paredes da nave).

Quanto à Igreja de São Salvador terá sido mandada edificar na segunda metade do século XII, sendo contemporânea da Igreja da Sé Velha, de São Cristóvão e também de São Tiago. Sofreu várias reformas, sobretudo durante o século XVIII, todavia, conserva ainda uma inscrição que informa que o portal terá sido mandado realizar em 1179, pelo mestre Estêvão Martins. Tanto no interior como ao nível da frontaria, esta igreja, como as restantes, lembra a Sé Velha, ainda que naturalmente de menores dimensões e com cobertura simplificada de madeira<sup>79</sup>.

<sup>78</sup> PÉREZ GONZÁLEZ, José María (dir.), *ibidem*, p.13.

<sup>79</sup> DIAS, Pedro, *Coimbra Arte e História*, pp.40-41.

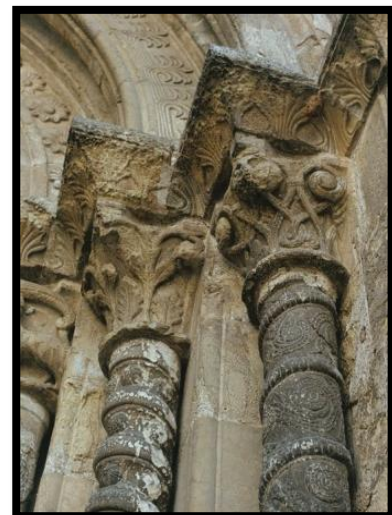
Também ao nível da escultura arquitetónica, as semelhanças são muito vincadas, características que decorrem da aprendizagem dos pedreiros e canteiros na “escola” da Sé, onde foram dirigidos pelos mestres estrangeiros.



Fig. 20 - Fachada principal da Igreja de São Salvador, com respetiva nave central, capela-mor e lateral forrada a azulejos (fotografias da autora).

Relativamente à Igreja de São Tiago, esta terá sido igualmente edificada nos finais do século XII, terminando já no reinado de D. Sancho I, seguindo o padrão românico.

Fig. 21 - Pormenor dos capitéis da Igreja de São Tiago, revestidos a elementos ligados à natureza (fotografia da autora).



Sofreu profundas alterações no século XVI, quando foi edificada uma nova igreja sobre a primitiva existente, para servir enquanto Igreja da Misericórdia de Coimbra, sobre a nave direita. No ano de 1861, devido ao alargamento da Rua Visconde da Luz, anteriormente designada Rua do Coruche, a igreja perdeu em parte o absidíolo sul e a capela principal.



Fig. 22 - Igreja de São Tiago, com a respetiva Igreja da Misericórdia de Coimbra<sup>80</sup>.

Só no século XX, fruto de um profundíssimo restauro, voltaria a apresentar alguns sinais do que correspondia ao templo original, tendo a parte relativa à Misericórdia sido removida aquando do seu restauro<sup>81</sup>.

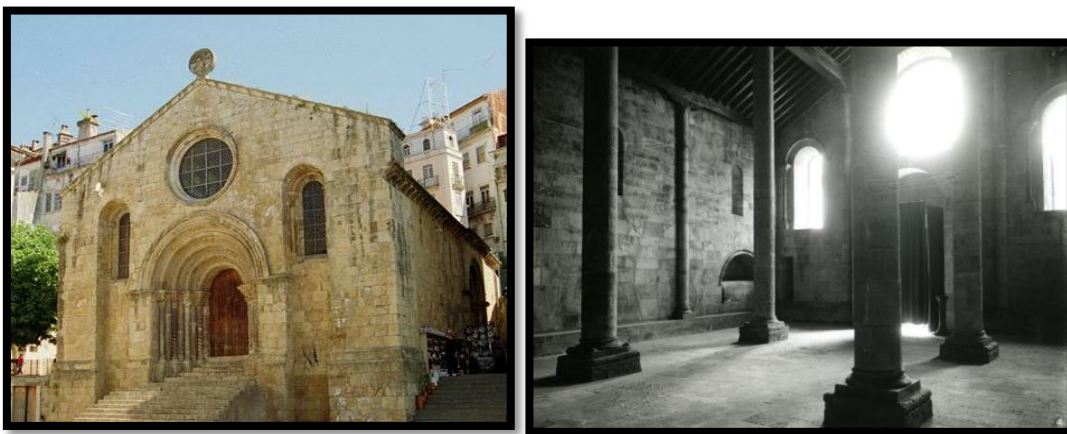


Fig. 23 - Igreja de São Tiago e seu interior tal como se apresenta atualmente (fotografias da autora).

Concluindo, em Coimbra, no decorrer do século XII, assistiu-se à construção de um conjunto de igrejas monásticas, catedralícias, colegiadas e paroquiais que, no âmbito mais vasto do processo de engrandecimento da capital do novo reino, obedeceram a um conjunto de características comuns.

<sup>80</sup> Consultar: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1626](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1626)

<sup>81</sup> DIAS, Pedro, *ibidem*, p.59.

A procura de mão-de-obra estrangeira, aspeto normal num reino de pequena dimensão e em fase de reorganização, levou a que a coroa e os bispos recorressem a arquitetos experimentados e dotados de uma linguagem mais desenvolvida.

Os mestres Roberto, Bernardo e Soeiro, que conhecemos através de documentação da época, originários de França e vindos para Portugal pelos caminhos de peregrinação, com passagem obrigatória por Santiago de Compostela, trouxeram uma arte evoluída, moderna, tecnicamente madura e consolidada, sem hesitações.

O estaleiro da Sé, sobretudo, a funcionar grosso modo entre 1140 e 1180 dotará a cidade de um conjunto de homens, mestres, pedreiros, canteiros, caboqueiros, entre outros, capazes de, após a saída dos arquitetos, continuarem a erguer as igrejas paroquiais e colegiadas detentoras de uma tipologia mais simplificada, uma vez que as coberturas passam a ser em madeira, necessárias à reorganização eclesiástica da cidade e ao seu engrandecimento, sendo a Sé Velha considerada sem dúvida o templo maior e o único integralmente abobadado.

Mais modestas, sem abóbadas no corpo e com transepto apenas enunciado, apresentam, todavia, características da catedral, que neste processo funciona como “cabeça de série”.

Disso mesmo é exemplo paradigmático a Igreja de São Cristóvão hoje desaparecida mas que desenhos do século XIX provam ser uma réplica da Sé Velha. O que justifica, sem dúvida, a sua eleição para Fórum Cultural Sousa Bastos - Centro Interpretativo do Românico de Coimbra.

***CAPÍTULO II***  
***O Objeto de***  
***Estudo***



Legenda: Fig. 24 - Fachada do Teatro Sousa Bastos.  
Fonte: Fotografia da autora.

## 2. Capítulo II: O Objeto de Estudo

O edifício Cineteatro ou Teatro Sousa Bastos localizado na zona da Alta Coimbrã, perto do Largo da Sé Velha e quase contíguo a uma das casas mais emblemáticas da cidade, conhecida por «Casa da Nau» atualmente ocupada por uma República Universitária, a «Real República Prá-Kys-Tão», mais precisamente na Rua Joaquim António de Aguiar, esconde uma história para além daquela que as pessoas possam imaginar.

Apesar da longa pesquisa efetuada, não foi possível encontrar qualquer fotografia do antigo Cineteatro Sousa Bastos em Coimbra, quando ainda representava uma casa de espetáculos. Esta documentação seria de todo imprescindível na demonstração da evolução que o imóvel sofreu com o passar dos anos e as etapas porque passou, comprovando assim, como seria o seu “rosto” durante as épocas em que esteve em funcionamento.

### *2.1. São Cristóvão*

Com a instauração do Regime Liberal, o Clero sofre um profundo abalo, uma vez que em 1834 as ordens religiosas são extintas e todos os seus bens acabam por ser nacionalizados pelo Estado, tornando-se propriedade privada ou cedido a instituições públicas.

Nesse âmbito muitos dos antigos conventos e igrejas foram adaptados a outras funções que não as de origem tais como hospitais, repartições públicas, quartéis, etc. Outros, ao deixarem de estar na posse da igreja para se tornarem propriedade estatal, foram destinados a práticas culturais, como o caso do teatro, situação que ocorreria com a Igreja de São Cristóvão na Alta coimbrã.

A Igreja de São Cristóvão por documentação da época, através do único desenho que se conseguiu preservar revela-nos que era muito similar à Sé Velha de Coimbra, nomeadamente a fachada, embora proporcionalmente de dimensões mais reduzidas<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> Ver Anexos, Fig. 47 à Fig. 49, p.125.

Há referências à sua existência a partir do século XII, precisamente na altura de construção da Sé. Considerado um dos templos mais antigos da cidade, esteve sob tutela dos Religiosos Agostinhos naturais de França, tendo D. João Peculiar, mais tarde arcebispo de Braga, sido o mentor desta igreja<sup>83</sup>.

Esta igreja-colegiada apresentava uma fachada coroada por ameias e um portal sobrepujado por um janelão de arquivoltas. Os capitéis das colunas que de cada lado enquadravam o portal eram decorados por representações fitomórficas e zoomórficas, bem como por um *Agnus Dei* envolvido pelo tetramorfo, no tímpano. O interior era dividido em três naves por seis colunas e transepto falso. Mais do que uma cripta, como é frequentemente identificada, a igreja assentaria sobre um pequeno templo anterior, talvez do século X<sup>84</sup>. A cabeceira era tripartida, constituída por uma capela-mor poligonal e absidíolos semicirculares no interior e retos no exterior<sup>85</sup>.

A igreja manteve-se de uma forma geral incólume, sem grandes alterações, tendo estas ocorrido a partir do 2º quartel do século XVIII, com o alongamento lateral a Norte no terceiro e quarto tramos, tal como a abertura de cinco novas frestas.

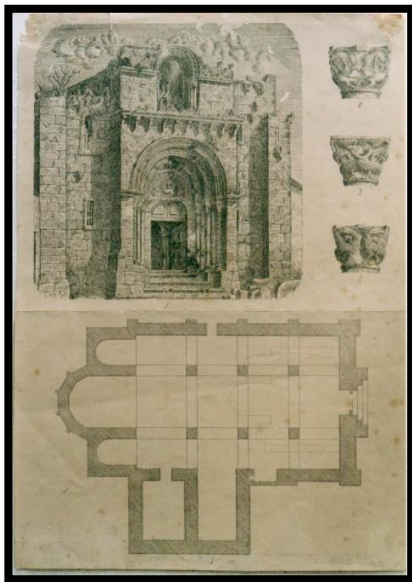


Fig. 25 - Iconografia da Igreja de São Cristóvão, seus capitéis românicos e respetiva planta<sup>86</sup>.

<sup>83</sup> MADEIRA, Sérgio; SILVA, Maria Antónia Lucas da, *Vestígios Arqueológicos na Alta de Coimbra: Redescobrir a Igreja de S. Cristóvão*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2006-2007, p.5.

<sup>84</sup> Informação de Manuel Real no Congresso Internacional *Coimbra, Cidade Aberta. Celebrar 950 Anos do Tempo De D. Sesnando*, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 23 e 24 de Outubro de 2014.

<sup>85</sup> A descrição interna de São Cristóvão diverge de autor, embora saibamos que a documentação e bibliografia sobre este templo religioso seja muito parca.

Consultar: GAMBINI, Lúcia Inês, *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999, pp.17-22.

<sup>86</sup> Imagem cedida pelo Museu Nacional Machado de Castro, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Virgínia Gomes.



A igreja detinha internamente um vasto conjunto de capelas<sup>87</sup>, espólio, sepulturas e documentação da época<sup>88</sup>:

Respeitante às capelas:

- A primeira capela referente a Nossa Senhora da Piedade está situada no altar colateral do lado da Epístola, fundada pelo Dr. Francisco Dias, lente de Prima de Cânones da Universidade e sua mulher D. Maria de Sousa; quem agora a possuía era o Dr. Manuel Serpins de Carvalho;
- A segunda capela referente a Nossa Senhora da Purificação localizava-se junto à escada do coro, a qual foi fundada pelo Dr. João do Porto Albernaz, embora não detivesse administrador certo em virtude das fazendas se encontrarem perdidas/arruinadas;
- A terceira capela era referente a São Sebastião, fundada por Gonçalo Pais e sua mulher Isabel Vaz, denominada Capela dos Perestrelos; quem agora a possuía era Jerónimo Caetano de Abreu, oriundo de Coimbra;
- A quarta capela referente a Santo António encontrava-se situada debaixo do antecoro, junto à porta principal da igreja; fabricada por devotos e antes da qual esteve uma com invocação do Espírito Santo, que detinha administrador;
- Existe mais uma capela colateral correspondente à da Senhora da Piedade, que não detém administrador.

Quanto ao espólio podemos mencionar a existência de uma relíquia de São Cristóvão encastoada em prata com pé de água em que se suporta e se costumava dar a beijar aos fiéis no dia e véspera do santo; e um relicário que dizem ter uma relíquia de Santo António que se dá a beijar todos os treze dias do dito santo.

---

<sup>87</sup> A Igreja de São Cristóvão possuía ainda um altar em honra de Nossa Senhora das Candeias, entre outros.

<sup>88</sup> Informações Paroquiais de 1721 consultadas no Arquivo da Universidade de Coimbra. A Informação Paroquial existente sobre São Cristóvão vem desde o século XVI. Os Registos de Óbito para a Igreja de São Cristóvão aparecem a partir do ano de 1614.

Os registos paroquiais consultados para este trabalho foram redigidos pelo Prior Sebastião Rodrigues de Morais.

No rol de confessados consta a freguesia de São Cristóvão com 1721 pessoas, desobrigando-se 780, dos quais alguns eram menores e outros estudantes. Há ainda dois colégios religiosos, um de Santo António da Pedreira e outro da mesma ordem, com invocação a Nossa Senhora da Conceição.

*A igreja é descrita como tendo “muitas cruzes pelas colunas e paredes, e o adro da mesma sorte com marcos com as mesmas cruzes”<sup>89</sup>.*

Quanto às sepulturas:

- A primeira diz no letreiro da campa, que ali jaz o Dr. Domingos Antunes de Abreu, lente jubilado que foi da cadeira de Véspera da Faculdade dos Sagrados Cânones desta Universidade, tendo falecido a 8 de Novembro de 1626<sup>90</sup>; tem a dita campa esculpido o brasão de armas dos Abreus; cinco coutos de asas de águia direitos em aspa (cruz); um couto em cima estendido; tem uma figura que parece ser a casa dos Regalos, pertencente às referidas armas;
- A segunda tem uma campa onde terá sido sepultado Duarte de Resende, falecido a 2 de Março de 1537 e embora tenha tido brasão de armas, este encontra-se gasto;
- A terceira possui um letreiro na campa que diz ali jazer o beneficiado desta igreja, António Rodrigues, falecido a 27 de Agosto de 1560;
- A quarta possui um letreiro que diz ali jazer Gonçalo Pais do hábito de Cristo e Cavaleiro Fidalgo da casa do Senhor Infante D. Henrique, seu manteeiro e de Isabel Vaz sua mulher, filha do licenciado João Vaz, que fizeram e dotaram esta capela, passando para ela os ossos de Baltasar Pais e de Branca Rodrigues, pai e mãe de Gonçalo Pais e de seus avós, falecido a 17 de Janeiro de 1570 e Isabel Vaz (...) <sup>91</sup>. Tem o brasão de armas de Pais, com nove lisonjas e um drago <sup>92</sup>;

---

<sup>89</sup> Transcrição da Informação Paroquial de 1721 relativa à Igreja de São Cristóvão, p.4. A informação reproduzida corresponde à original do documento, embora respeitando a grafia atual, por forma a não se perder o sentido. Ver Anexo, Fig. 46, pp.123-124.

<sup>90</sup> Falecido a 19 de Dezembro de 1626 - Livro de Mistos - M1 de São Cristóvão (1614-1652), fl.158.

<sup>91</sup> Supostamente falta texto na Informação Paroquial.

<sup>92</sup> Segundo a Heráldica, o brasão de armas de Pais é representado por um pavão e não por um drago. Consultar: Armorial Lusitano Genealogia e Heráldica, Lisboa, Editora Enciclopédia, Lda., 1961, p.415.

- A quinta possui um letreiro que diz ali jazer João do Porto Albernaz que mandou fazer este altar da Senhora da Purificação, tendo a dita campa as armas a modo de árvores<sup>93</sup> com uma viseira;
- A sexta possui uma campa com letreiro que diz ali jazer António Mendes<sup>94</sup> médico da câmara d' El-Rei e dos cárceres do Santo Ofício e seu familiar e cavaleiro professo da Ordem de Cristo, jubilado reconduzido das cadeiras de Prima e Véspera da Faculdade que frequentou;
- A sétima localizada à porta da sacristia, possui uma campa com letreiro que diz ali jazer Francisco Mendes, capelão que foi do Duque de Bragança e prior da Igreja de Alter do Chão, o qual mandou dizer por sua alma dozes aniversários cantados para sempre, ditos cada mês, para os quais deixou obrigados umas casas anexas à igreja, falecido a 30 de Setembro de 1550;
- A oitava localiza-se na capela-mor e possui uma campa com letreiro de Manuel Barros, cirurgião e de sua mulher Isabel Nunes;
- A nona possui uma campa com letreiro que diz ser de Félix Guardes<sup>95</sup> de Andrade, prior que foi desta igreja, graduado em Cânones pela Universidade de Coimbra e capelão d' El-Rei, falecido a 9 de Dezembro de 1622, tendo deixado memória perpétua na dita igreja;
- A décima campa encontra-se na capela de Nossa Senhora da Piedade e possui um letreiro que diz ser do Dr. Francisco Dias<sup>96</sup> e de sua mulher D. Maria e seus herdeiros; o letreiro não detinha mais informação, porém na parede da mesma capela existia uma pedra que dizia esta pertencer ao Dr. Francisco Dias lente de Prima jubilado nos Sagrados Cânones e de D. Maria de Sousa, sua mulher e de

---

<sup>93</sup> Segundo a Heráldica, o brasão de armas de Albernaz é representado por carapetos.

Consultar: Armorial Lusitano Genealogia e Heráldica, Lisboa, Editora Enciclopédia, Lda., 1961, pp.37-38.

<sup>94</sup> A sepultura encontrava-se entre o caixão do Santíssimo Sacramento e o de São Cristóvão. Faleceu a 22 de Setembro de 1701 – Livro de Óbitos - O1 (1651-1732), fl.68 v.

<sup>95</sup> No respetivo Assento de Óbito aparece o apelido Gardes, em averbamento, Livro de Mistos - M1 de São Cristóvão (1614-1652), fl.151 v.

<sup>96</sup> Falecido a 2 de Setembro de 1616 - Livro de Mistos - M1 de São Cristóvão (1614-1652), fl.145.

seus herdeiros com a obrigação de 91 missas na forma do contrato que tinha sido celebrado com a igreja a 15 de Maio de 1616; por cima deste letreiro encontram-se as armas esculpidas que têm por timbre um leão com grinalda sobre a cabeça, as armas reais e três conchas ou meias luas que se parecem com as do brasão dos Sousa;

- A décima primeira possui um letreiro que se encontra no altar possivelmente de Nossa Senhora da Natividade e que diz ali jazer João de Pavia<sup>97</sup>, cidadão desta cidade e de sua mulher Filipa Perestrelo (...) e não se conseguia ler mais;
- A décima segunda possui um letreiro que dizia pertencer ao Dr. António Rodrigues Sardinha<sup>98</sup> e de seus herdeiros, licenciado em Artes e doutor em os Sagrados Cânones, promotor e desembargador deste bispado, tendo falecido a 24 de Janeiro de 1617;
- A décima terceira possui um letreiro que dizia ali jazer João Gonçalves, beneficiado desta igreja (...) e não se podia ler mais por estarem gastas as letras;
- A décima quarta possui uma campa cujo letreiro não se podia ler;
- A décima quinta possui uma campa cujo letreiro não se podia ler em virtude de ser antiga;
- Encontra-se no adro da dita igreja dois túmulos de pedra com letreiros em letra gótica que não se sabem ler;
- No mesmo adro, encontra-se um letreiro em uma pedra em cima da porta que dá acesso a um armazém, de letra gótica, que não se pode ler;

---

<sup>97</sup> Sem colocar em causa a veracidade do nome, nos Assentos de Óbito aparece mais frequentemente o registo de Paiva e não de Pavia.

<sup>98</sup> Falecido a 24 de Fevereiro de 1617 - Livro de Mistos - M1 de São Cristóvão (1614-1652), fl.145 v. – fl.146. No Registo de Óbito do Dr. António Rodrigues Sardinha aparece referência ao altar de Nossa Senhora da Encarnação, que não vem indicado na Informação Paroquial.

- Está localizada ainda no mesmo adro, uma pedra na parede da torre dos sinos, que é de letra gótica que mais uma vez não se pode ler.

Como foi já referido atrás, é possível que este templo tenha sido edificado sobre ruínas anteriores às do período românico, sendo a “cripta” afinal um templo historiograficamente mais remoto, facto que aliás parece ser comprovado pelos vários conjuntos de ossadas encontrados nas escavações que foram realizadas durante a década de 90 do século XX.

Porém, desta igreja nada subsistiu, tendo em conta que no século XIX, por estar demasiado arruinada, teve de ser desmontada no ano de 1859, acabando por desaparecer.

*“A referência mais antiga à Igreja de S. Cristóvão remonta ao século XII, altura em que foi construída à semelhança da Sé Velha no seu estilo e disposição, ainda que de mais reduzidas dimensões. (...) No entanto, em meados do século XIX, a igreja encontrava-se muito arruinada e desprovida da importância que havia tido em tempos anteriores. Após várias ponderações, acabou por se avançar em 1859 com o desmonte integral da igreja, com vista à construção do Teatro D. Luís, inaugurado a 22 de Dezembro de 1861”<sup>99</sup>.*

Assim, à igreja de São Cristóvão sucedeu, a partir de 1860 o Teatro São Cristóvão, depois renomeado como D. Luís. Em 1913-1914, já na República, o teatro receberia a designação de Sousa Bastos, que chegou até aos dias de hoje, ainda que em inexorável estado de degradação<sup>100</sup>.

Desse processo de transformação da igreja em teatro salvou-se um conjunto de oito capitéis românicos que se encontram à guarda do Museu Nacional Machado de Castro. Tudo o resto se perdeu<sup>101</sup>.

Importa salientar aqui que as ruínas da igreja terão servido de base à nova construção:

---

<sup>99</sup> MADEIRA, Sérgio; SILVA, Maria Antónia Lucas da, *ibidem*, pp.5-6.

<sup>100</sup> IDEM, *ibidem*, p.6.

<sup>101</sup> Ver Anexos, Fig. 45, p.122.

*“Embora não tenhamos qualquer indicação quanto à arquitetura do edifício, a leitura da sua planta permite verificar que manteve grosso modo a implantação da igreja destruída, com alargamentos, que resultaram na eliminação da rua e conseqüente adossamento da fachada sul às construções existentes, e na redução da rua a nascente”<sup>102</sup>.*

Resumindo, com o aproveitamento dos alicerces da antiga Igreja de São Cristóvão para a edificação de um teatro, Coimbra via desaparecer um dos mais bem preservados edifícios religiosos, representante da arquitetura românica.

## **2.2. O Teatro D. Luís I**

No ano de 1861, a 18 de Dezembro, o teatro que começara inicialmente por se designar São Cristóvão, devido ao facto de ter sido construído no terreno base da referida igreja demolida para o efeito, era agora renomeado como D. Luís I, mediante decreto régio. A inauguração foi realizada a 22 de Dezembro, coincidindo com a própria aclamação de D. Luís I como rei de Portugal: *“No teatro de D. Luís, espectáculo-inaugural, em 22-XII: com a comédia O qui pro quo ou os efeitos da ausência, e o drama O dia da redenção”<sup>103</sup>.*

Com a inauguração do Teatro D. Luís, o Teatro Académico de Coimbra foi perdendo importância cultural. O teatro apresentava vários espetáculos, e em 1864 estreava-se a Companhia do Teatro D. Luís, tendo em 1866 sido apresentados cerca de 28 espetáculos.

O cenário cultural em que o teatro se inscrevia caracterizava-se por uma existência forte de grupos dramáticos amadores, formada por operários, comerciantes e até mesmo estudantes, tendo em conta a abundância de sociedades dramáticas que continuavam a emergir, o caso da Sociedade Recreativa Dramática; Sociedade Recreio Juvenil; Sociedade Dramático-Musical; Sociedade União de Artistas; Sociedade Recreativa Conimbricense, entre muitas mais, e que atuavam no campo dramático, lírico e

---

<sup>102</sup> GAMBINI, Lígia Inês, *ibidem*, p.23.

<sup>103</sup> LOUREIRO, José Pinto, *O Teatro em Coimbra Elementos para a sua História 1526-1910*, IX Centenário da Reconquista Cristã de Coimbra, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1959, Coimbra Editora Limitada, 1964, p.111.

declamação, destinado a uma assistência de cariz familiar e bairrista. Porém, havia ainda recitais e exhibições com recurso inclusive a orquestras que atraíam um público totalmente diferente, a elite social coimbrã.

Contudo, as sociedades não eram duradouras, pelo que passado alguns anos extinguíam-se, como o caso da Troupe Dramática do Teatro D. Luís, fundada em 1889 inicialmente composta por operários e que no ano de 1890 era reequipada com estudantes do curso de medicina, vindo em 1893 a encerrar.

Por sua vez, o próprio teatro dava sinais de um forte esgotamento e degradação, visto que em 1888 começavam as vistorias ao edifício, em virtude de ter sido uma construção concretizada sem o mínimo de ordem, planeamento e organização temporal necessária, sendo recomendado o início de obras de manutenção e reparação, que só se realizariam no ano de 1889.

As fracas condições de sustentabilidade arquitetónica do imóvel acabariam, mais cedo ou mais tarde, por ditar o seu desfecho, devido a sucessivas vistorias, interdições e a constantes solicitações de intervenção. Uma necessidade urgente de receber uma profunda reforma:

*“(...) Porém, as obras impostas foram sendo iludidas com pequenas reformas anunciadas em princípios de 1889, não escapando a empresa a uma intimação do Governador Civil em 1892 para que cumprisse as disposições resultantes da vistoria de 1888. Daí resultaram novos melhoramentos, mas logo no ano seguinte se pensou em construir novo teatro, por se achar aquele condenado”<sup>104</sup>.*

Nos finais do século XIX é divulgada a notícia da construção de um novo teatro sendo para o efeito adquirido um terreno à Câmara de Coimbra: tratava-se do Teatro-Circo Príncipe Real, mais tarde denominado Teatro Avenida, e que atualmente também já não existe.

---

<sup>104</sup> GAMBINI, Lúcia Inês, *ibidem*, pp.26-27.

O surgimento do Teatro-Circo Príncipe Real, e a enorme debilidade das estruturas do Teatro D. Luís, fariam com que a sua existência, fosse marcada ao longo do tempo pelo fracasso e insucesso.

*“As más condições do teatro D. Luiz (“defeituoso, desprovido de elegância, e suas dependências são muito acanhadas.”<sup>105</sup>), juntamente com a concorrência do Teatro Príncipe Real e as sucessivas interdições, pedidos de obra e vistorias, não lhe possibilitaram uma maior longevidade. Sousa Bastos – nem imaginando que daria mais tarde o nome ao teatro sucessor do velho D. Luiz I – dizia que<sup>106</sup> “era um bom teatro bastante bem frequentado (...). Nunca foi restaurado e foi mandado fechar pelas autoridades por perigoso à segurança Pública”<sup>107</sup>.*

Apesar da grave situação de instabilidade arquitetónica e financeira que o teatro atravessava, em 1895 e 1896 ainda foram apresentadas duas óperas, pelo Grupo de Amadores ligados à área musical, constando desta forma, nas últimas exhibições que o teatro receberia e presentaria a sua assistência, uma vez que a 27 de Outubro de 1898 através de ação camarária, o D. Luís declarava ruína.

*“Novo theatro – Das ruinas do antigo theatro de D. Luiz consta que vae surgir, graças aos reiterados esforços de alguns cavalheiros d’esta cidade, um theatro elegante, construido segundo as exigencias modernas, prehenchendo assim uma grande lacuna que se fazia sentir nesta cidade. O capital necessario para a realização de tão importante melhoramento será formado por uma subscripção mediante acções de 5\$000 réis cada uma”<sup>108</sup>.*

Apesar de ter entrado em ruína, o Teatro D. Luís preparava-se para receber obras de restauro para que pudesse continuar em funcionamento.

---

<sup>105</sup> FIGUEIREDO, A. C. Borges de, *Coimbra Antiga e Moderna*, Coimbra, Almedina, 1996, p.120.

<sup>106</sup> FERREIRA, Rui, *Sousa Bastos Recuperação e Reversão do Antigo Teatro*, Coimbra, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011, p.10.

<sup>107</sup> BASTOS, António de Sousa, *Dicionário de Teatro Português*, Coimbra, Minerva, 1994, p.332.

<sup>108</sup> Carvalho, Francisco Augusto Martins de, “Novo Theatro”, in *O Conimbricense*, 22 de Junho de 1907, p.3.



Entre as obras projetadas surgia como crucial a criação de instalações sanitárias para a plateia, 1ª e 2ª ordens de camarotes, camarins e empregados de palco; um lanternim ventilador na sala de espetáculos e outro no palco; a disposição das portas para o exterior do edifício; introdução de argolões na fachada, com a finalidade de auxiliar a ação dos bombeiros em caso de incêndio ou outra calamidade que pudesse ocorrer no espaço<sup>109</sup>.

Estava igualmente prevista a colocação de 48 camarotes segundo duas ordens, uma galeria na 3ª ordem com lotação para 400 pessoas, 500 lugares na plateia, situada por debaixo da primeira série de camarotes<sup>110</sup>. Contudo, estes seriam aumentados para cerca de 60.

A capacidade do edifício estava prevista para 1200 lugares, havendo inclusive alguns camarotes a preços mais económicos<sup>111</sup>, como os lugares de varanda, mais baratos que os lugares de plateia. Sobre a plateia acresciam-se três andares de camarotes e varandas que ficavam anexadas ao teto a uma distância de 50 metros de altura.

A disposição interior do imóvel era visível igualmente ao nível da disposição da fachada externa, com a existência de três pisos mais o andar térreo<sup>112</sup>. A planta e a requalificação do imóvel ficaram a cargo de Monteiro de Figueiredo, o qual se ocupava da direção das obras públicas que eram necessárias realizar.

*“Mais adiante, em 1909, chegou a pensar-se na aplicação do terreno à construção de um clube; e antes disso já nas ruínas funcionava um barracão em que durante algum tempo se fez razoável teatro, e que na imprensa periódica aparecia algumas vezes pomposamente tratado por Teatro de D. Luís. O terreno foi, depois disso, transitando obscuramente de mão em mão, até que por deliberação da Câmara Municipal, de 2-II-1911, foi autorizada a reconstrução do antigo teatro de D. Luís, erguendo-se no mesmo local o Teatro Sousa Bastos, que mais tarde foi reconstruído e ainda agora existe”<sup>113</sup>.*

---

<sup>109</sup> Acta da Sessão Ordinária de 2/02/1911, Arquivo Histórico da CMC, livro 119, fl.77 v.-78.

<sup>110</sup> *Gazeta de Coimbra*, 3/09/1910.

<sup>111</sup> *Gazeta de Coimbra*, 26/02/1913.

<sup>112</sup> GAMBINI, Lígia Inês, *ibidem*, p.32.

<sup>113</sup> LOUREIRO, José Pinto, *ibidem*, p.113.

Após as escrituras, José Guilherme dos Santos pedia licença à Câmara para dar início ao processo de reconstrução, em nome da empresa denominada Theatro Central, e que só teria parecer favorável a 2 de Fevereiro de 1911, por ação da Comissão Delegada do Conselho dos Melhoramentos Sanitários.

Em Dezembro de 1912 esperava-se poder fazer a sua inauguração para a época teatral, o que não se verificou, ficando agendada a sua reabertura para o ano de 1913 com o nome original de Teatro D. Luís, porém Manuel Francisco Esteves anunciava que o imóvel passaria a designar-se oficialmente Teatro Sousa Bastos, e que se manteve até hoje, em honra do dramaturgo e empresário Sousa Bastos que era tio do novo proprietário, como forma de lhe dar uma nova vida e rosto.

No mês de Outubro de 1913, o imóvel é pintado em tons de branco e dourado no interior e de rosa no exterior.

Ao nível da fachada, sobressaiam os volumes curvos que finalizavam as bandas verticais que eram decoradas por máscaras teatrais em estilo grego, e por fitas pendentes atadas entre si através de um friso de arcarias que rematavam o pano da frontaria.

As bandas emolduravam as paredes com janelas localizadas pelos três andares existentes, que igualmente flanqueavam um vasto corpo central de acabamento curvo composto por três janelões vidrados.

Sobre o vão, sobressaia um frontão circular inserido no remate mistilíneo, que ostentava emboto num aro a data em numeração romana do começo das obras, MCMX (1910), embora estas se prolongassem pelo ano de 1913<sup>114</sup>.

---

<sup>114</sup> GAMBINI, Lúcia Inês, *ibidem*, pp.31-38.

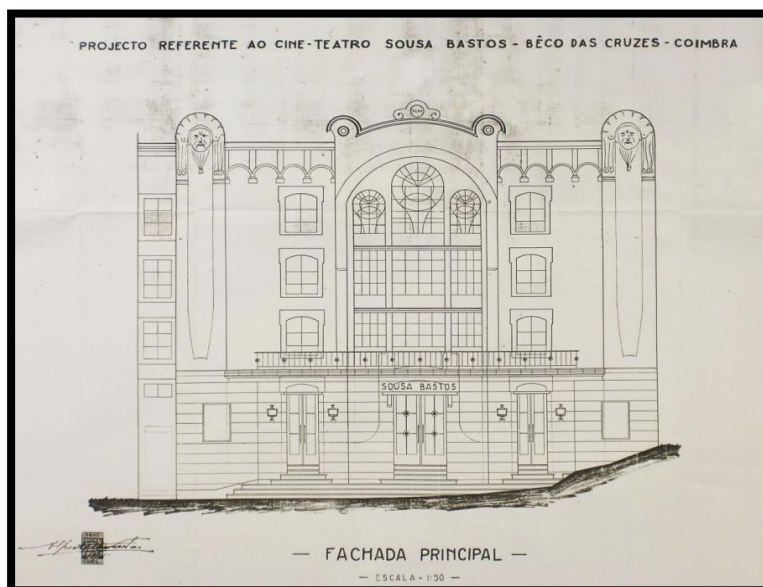


Fig. 26 - Planta do Cineteatro Sousa Bastos, referente às obras ocorridas durante 1913, com o pormenor das máscaras teatrais na fachada principal<sup>115</sup>.

A realização das obras estendia-se já por mais de três anos, ultrapassando o orçamento inicialmente acordado.

O teatro possuía ainda um WC e saídas de público, por forma a facilitar a rápida evacuação, em caso de combustão, iluminação elétrica, substituindo a anterior que era a gás, tetos em madeira pintada e mobiliário oriundo da região do Porto<sup>116</sup>.

A abertura do Sousa Bastos decorreu a 15 de Junho de 1914, tendo sido realizada pela companhia do Teatro Avenida de Lisboa<sup>117</sup>.

A razão da preferência por esta companhia deve-se essencialmente ao facto de ser de Lisboa, capital do país, e por integrar atores de grande importância e projeção nacional; ter como figura primordial a viúva do dramaturgo Sousa Bastos, Palmira Bastos e porque os espetáculos que esta companhia oferecia ao público eram de grande qualidade, dando ao teatro um novo ar, diferenciando assim os espetáculos artísticos que decorriam em finais do século XIX e que tinham vindo alterar as representações

<sup>115</sup> Plantas provenientes da Câmara Municipal de Coimbra, referentes ao processo do imóvel Teatro Sousa Bastos (Processo nº. 2139/32).

<sup>116</sup> GAMBINI, Lígia Inês, *ibidem*, pp.35-36.

<sup>117</sup> Ver Anexos, Fig. 59, pp.135-136.

dramáticas por outras como ilusionismo, acrobacia ou mímica, apresentadas em lugares intitulados de Teatro-Circo<sup>118</sup>.

Em 1914 o novo teatro era inaugurado mostrando agora uma face diferente e renovada, rivalizando culturalmente com o Teatro Avenida de Coimbra. A Empresa do Teatro Sousa Bastos/Empresa do cinematógrafo ou Carvalho e C<sup>a</sup>. – composta por Juvenal Paiva e Manuel Ferreira de Carvalho, não olharia a questões económicas para trazer à cidade a maior diversidade de oferta cultural possível, desde música, filmes conceituados, até mesmo matinées-concerto, destinadas a um público mais intelectual<sup>119</sup>.

Todavia, esta política não foi suficiente, não sendo eficaz a nível dos preços reduzidos, em virtude da concorrência do Avenida. Os baixos lucros que o Sousa Bastos arrecadava, ditou a dissolução da empresa em 1915, voltando a programação do teatro a ser a original, aquando da sua inauguração.

Neste mesmo ano, por vários motivos (a localização geográfica do imóvel, os condicionalismos económicos provocados pela 1<sup>a</sup> Guerra, e pela expansão urbana verificada na zona em que o Teatro Avenida se encontrava situado), o teatro acabaria por encerrar ao público.

Em 1916 o teatro passaria a ser propriedade do sócio de Manuel Francisco Esteves, José Guilherme dos Santos, que acabaria por entregar o teatro a uma nova gerência, a Luís Lomas, em Novembro do mesmo ano.

Contudo, a estratégia de conquistar público ao teatro não surtiria grande êxito, pois apesar da política de publicidade para atrair as massas, os espetáculos culturais de variedades (companhias internacionais) associado aos baixos preços dos bilhetes, levaria o teatro a encerrar portas, situação que se tornava recorrente. A constante mudança de gerência do Teatro Sousa Bastos ao longo dos tempos não vinha favorecer em nada a situação económico-financeira que constantemente sucumbia às dívidas.

---

<sup>118</sup> GAMBINI, Lígia Inês, *ibidem*, p.39.

<sup>119</sup> Ver Anexos, Fig. 50, p.126; Fig. 51, p.127 e Fig. 52, p.128.

Após estar nas mãos de Manuel Gonçalves Lemos, que afinal também trabalhava para o Teatro Avenida, este passaria, em 1917, para a gerência de Abreu, Cabral & Lemos.

A realização de espetáculos tornou-se bastante esporádica, situação que se manteve ao longo de 1918-1919, criando-se neste ano a Sociedade de Concertos, que teria lugar no respetivo teatro.

Já nos anos 20 com a morte de José Guilherme dos Santos, a propriedade do imóvel seria repartida pelos herdeiros, ficando metade para a sua viúva Emília Augusta dos Santos e cerca de dois quartos para os seus filhos. Todavia, em 1921, Emília Augusta dos Santos tornava-se a única proprietária do imóvel.

Entre os anos de 1922-1923 é comprovada a impossibilidade de se realizarem concertos no teatro, e o possível aparecimento de uma terceira casa de espetáculos culturais na cidade não melhorou em nada a situação.

Nos finais de 1923, a conjuntura financeira do teatro continuava a declinar, não conseguindo competir com os restantes espaços, e havendo uma constante queda da atividade cultural e artística. Em 1924 o imóvel passava a ser utilizado para teatro amador através do Grupo Benemérito de Beneficência.

Com a extinção da Sociedade de Concertos e a Sociedade de Música de Câmara, o Teatro Sousa Bastos passa a ser aproveitado para a organização de comícios e saraus de beneficência, promovidos pela classe operária<sup>120</sup>.

Em 1926 era anunciada a venda do Teatro Sousa Bastos ao Instituto Operário Católico, passando o imóvel a dar importância aos valores sociais, caritativos e de solidariedade. Em 1927 era inaugurado o Parque da Cidade (Ínsua dos Bentos) e em 1928 comemorava-se a fundação da União Operária de Coimbra<sup>121</sup>.

O Sousa Bastos tornava-se agora palco para a organização de festas de beneficência e solidariedade, enquanto o Parque da Cidade acolhia no coreto a população que se

---

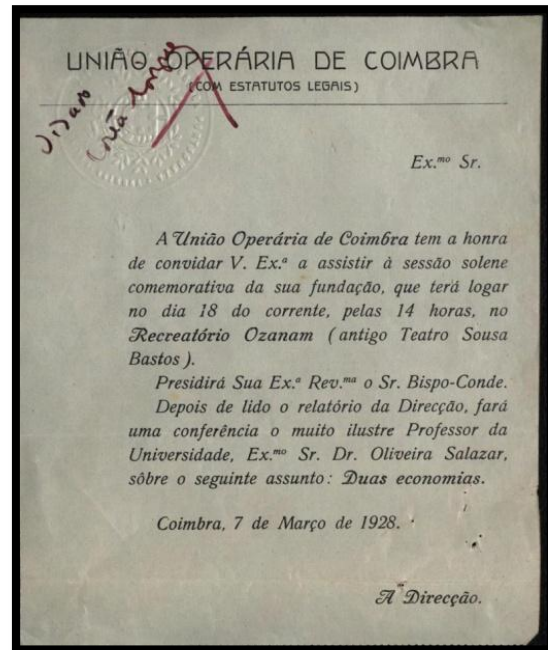
<sup>120</sup> Ver Anexos, Fig. 53 e Fig. 54, p.129.

<sup>121</sup> GAMBINI, Lígia Inês, *ibidem*, pp.39-101.

deslocava para ir assistir aos serões musicais. Já o Coliseu de Coimbra e o Teatro Avenida enchiam para as sessões de animatógrafo<sup>122</sup>.

### 2.3. O Cineteatro Sousa Bastos

Fig. 27 - Convite realizado pela União Operária de Coimbra, a funcionar no Recreatório Ozanam, correspondente ao antigo Teatro Sousa Bastos, em 1928<sup>123</sup>.



Em 1929 surgia a Coimbra-Films uma sociedade que estava relacionada com algumas produtoras estrangeiras, bem como o Salão Tivoli, aumentando ainda mais a concorrência existente na cidade ao nível das casas de espetáculos.

A Coimbra-Films vinha trazer um novo ar ao teatro, promovendo sessões cinematográficas e cuja inauguração ocorreu a 8 de Dezembro de 1929. Sem dúvida, contribuiu em parte para uma renovação interna do Sousa Bastos, com a apresentação de palestras, filmes educativos. Um dos grandes êxitos transmitidos foi o filme «Capas Negras», que contava com a participação de figuras ilustres de âmbito nacional como a fadista Amália Rodrigues, numa época em que o cinema mudo ainda vigorava.

Em 1930-1932 o teatro é adquirido pela Coimbra-Films à Sociedade Instrutiva Ozanam (através de uma escritura de sublocação) e que devolveria ao Teatro Sousa Bastos a sua antiga qualidade enquanto centro cultural<sup>124</sup>.

<sup>122</sup> GAMBINI, Lúcia Inês, *ibidem*, p.121.

<sup>123</sup> Programas de Teatro de 1927-1928, in AUC/GCC/ILFS/ES/17.

<sup>124</sup> GAMBINI, Lúcia Inês, *ibidem*, pp.125-127.

Durante a Segunda Guerra Mundial encerrou portas, porém, ainda nos anos 40 o edifício acabaria por sofrer grandes alterações, no sentido de servir para novas funções, enquanto sala de cinema<sup>125</sup>.

*“A 24 de Janeiro de 1946 a sociedade proprietária do Teatro Sousa Bastos pede licença para fazer obras de modernização naquela sala de espectáculos e, a 21 de Novembro, para fazer alterações ao projecto que havia apresentado. Esta reforma é dirigida pelo arquitecto alemão Willi Braun, e tem como objectivo modernizar o edifício, actualizar o seu formulário estético e adaptar a sua sala de cinema”<sup>126</sup>.*

Toda a estrutura do edifício sofreu obras de remodelação e reestruturação, alterando em parte os seus antigos traços, conferindo-lhe um aspeto de *Art Déco*, visíveis ao nível da fachada<sup>127</sup>.

Em relação à decoração, embora as alterações não fossem muitas, importa sublinhar as diferenças registadas: a fachada viu as suas máscaras teatrais desaparecerem, tal como a indicação da data romana; a platibanda curva e os vãos centrais de modulação radial e curva tornam-se retos; no rés-do-chão, a porta que dava acesso ao café do lado esquerdo foi removida.

O interior tornou-se estruturalmente mais amplo, ficando o edifício composto por plateia, balcão, e somente alguns camarotes, desaparecendo assim a série de três que outrora apresentava; as paredes das escadas de comunicação com o balcão são trocadas por umas grades de ferro, as instalações sanitárias masculinas são realocizadas; a plateia passa a ter uma distância mais acentuada relativamente às filas, o teto da cabine de projecção também sofre modificações; por último, no bar do primeiro piso, desaparecem as escadas de serviço, permitindo um espaço mais amplo, entre outros aspetos<sup>128</sup>.

---

<sup>125</sup> Ver Anexos, Fig. 55, pp.130-131; Fig. 58, pp.133-134.

<sup>126</sup> FERREIRA, Rui, *ibidem*, p.26.

<sup>127</sup> Ver Anexos, Fig. 60, Fig. 61 e Fig. 62, pp.137-138.

<sup>128</sup> FERREIRA, Rui, *ibidem*, p.26.

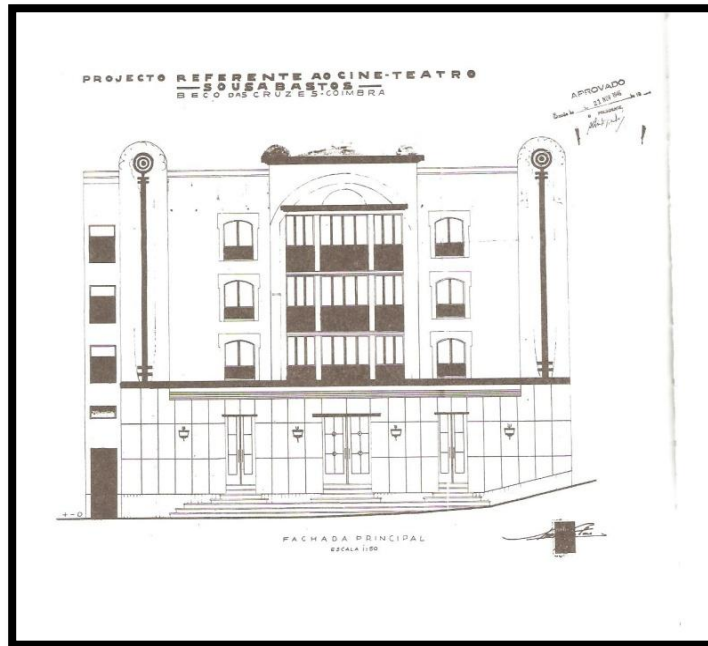


Fig. 28 - Planta referente às alterações ocorridas durante a década de 40 do século XX, com especial atenção, para o desaparecimento das mascaras teatrais<sup>129</sup>.

Algumas, poucas, destas alterações ainda hoje se conseguem visualizar, apesar do estado de degradação que o imóvel atualmente apresenta: *“Esta renovação estética trouxe de novo o Sousa Bastos a um estatuto de sala de luxo e assim permaneceu por mais uns vinte anos, incluindo o período em que dominavam as películas de feição neo-realista das décadas de 60 e 70”*<sup>130</sup>.



Fig. 29 - “O Bando dos Máscaras Negras”, cartaz de cinema de 1942, em exibição no Sousa Bastos<sup>131</sup>.

<sup>129</sup> Plantas provenientes da Câmara Municipal de Coimbra, referentes ao processo do imóvel Teatro Sousa Bastos (Processo nº. 1883/45).

<sup>130</sup> FORTUNA, Carlos; MENEGUELLO, Cristina, *Escombros da Cultura*, in XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 7-10 de Agosto de 2011, p.11.

<sup>131</sup> Programas de Teatro de 1942, in AUC/GCC/ILFS/T5/36.



#### 2.4. *A Ruína Total*

Na década de 70 o teatro atravessava a sua pior e mais decadente fase, passando a exhibir apenas cinema considerado de baixa qualidade, porém lucrativo: “*Posteriormente a 1974, o Teatro Sousa Bastos entrou numa fase em que apenas exhibia cinema, nomeadamente filmes considerados de baixa qualidade mas altamente lucrativos (westerns e filmes pornográficos) (...)*”<sup>132</sup>.

Nos anos 70, sobretudo a partir de 1974, atravessa uma fase de grande decadência: “*Tendo perdido a sua vocação para as artes de palco, dedicava-se à passagem de filmes de baixa qualidade (...). Foi a fase que abriu caminho à atual crise e conduziria ao estado de total abandono em que se encontra nos nossos dias*”<sup>133</sup>.

Na década de 80, verifica-se um esforço para reviver o teatro, para que este recuperasse a credibilidade que outrora detivera, por ação d’ A Bonifrates, Companhia de Produções Teatrais e Realizações Culturais, em nome do fundador da companhia, o Dr. José Oliveira Barata.

No entanto, em 1984 o imóvel encerraria novamente portas, em virtude de vários tipos de problemas, maioritariamente financeiros, para além do facto do teatro necessitar de obras de restauro e manutenção que A Bonifrates não podia suportar.

Surgiu então a ideia de se criar um espaço cultural que pudesse ser alcançável por toda a população e cidade, e não apenas pela Companhia Bonifrates, contudo, não passaria apenas de uma tentativa para dar vida ao imóvel, pois a aquisição do teatro pela Bonifrates continuava por resolver, agravando-se igualmente o seu estado de conservação e as dificuldades em que se encontrava.

Em 1985 a hipótese de ser transformado em teatro municipal, não foi avante.

“*CÂMARA DE COIMBRA ADMITE HIPÓTESE*

*Sousa Bastos poderá tornar-se Teatro Municipal*

---

<sup>132</sup> FERREIRA, Rui, *ibidem*, p.28.

<sup>133</sup> FORTUNA, Carlos; MENEGUELLO, Cristina, *ibidem*, p.11.

*O Teatro Sousa Bastos, casa de espetáculos actualmente gerida pela Cooperativa Bonifrates, poderá vir a passar para as mãos da Câmara Municipal de Coimbra e tornar-se Teatro Municipal*<sup>134</sup>.

Em 1989 negociava-se o trespasse da Cooperativa Bonifrates para o Teatro Avenida, em troca da cedência e apetrechamento de um espaço para que aí se pudesse expandir a sua atividade.

Relativamente ao Teatro Avenida, este acabaria demolido para aí se criar um novo centro comercial, levando o Sousa Bastos a uma diferente situação, convertido numa espécie de armazém para guarda dos equipamentos do velho e desaparecido Avenida e que ainda hoje lá se encontram, misturados no meio da ruína visível do edifício<sup>135</sup>.

Na década de 90, a sala de espetáculos é adquirida por Joaquim Pereira Órfão e Mendes da Silva, presidente da Câmara Municipal de Coimbra (1983-1986), cujo objetivo era tornar o espaço num empreendimento comercial e imobiliário, situação que acabou por desencadear um movimento cívico de defesa da recuperação do teatro como antigo espaço cultural que era e não como zona habitacional, o «SOS – Salvem o Sousa Bastos».

Entre os anos de 90-2000-2005, discutiu-se a falta de espaços culturais em Coimbra, apesar do projeto para o Teatro Pátio da Inquisição que decorria, a situação do Teatro Sousa Bastos continuava sem qualquer tipo de solução.

No âmbito da *Coimbra Capital Nacional da Cultura 2003*, iniciava-se uma nova luta pela preservação do Teatro Sousa Bastos com o apoio do «Movimento Sousa Bastos Vivo», sucessor do antigo movimento «SOS», que lançava uma temporada 2004/2005 de espetáculos semanais constituídos por música, dança, teatro e também fotografia pela zona do Centro Histórico (Alta), e que terminaria com uma espécie de ritual, em que os participantes deixavam as suas mãos marcadas/estampadas na estrutura do teatro, uma espécie de protesto pelo estado ruinoso em que Coimbra tinha deixado cair este tão

---

<sup>134</sup> Lucas, Adriano, “Sousa Bastos poderá tornar-se Teatro Municipal”, in *Diário de Coimbra*, 18 de Setembro de 1985, p.2.

<sup>135</sup> FORTUNA, Carlos; MENEGUELLO, Cristina, *ibidem*, pp.11-12.

importante imóvel, um imóvel que fazia e ainda faz parte da história e da cultura coimbrã, e que teve um grande impacto e relevância durante os séculos XIX e XX até à sua queda e descredibilização a partir dos anos 80<sup>136</sup>.

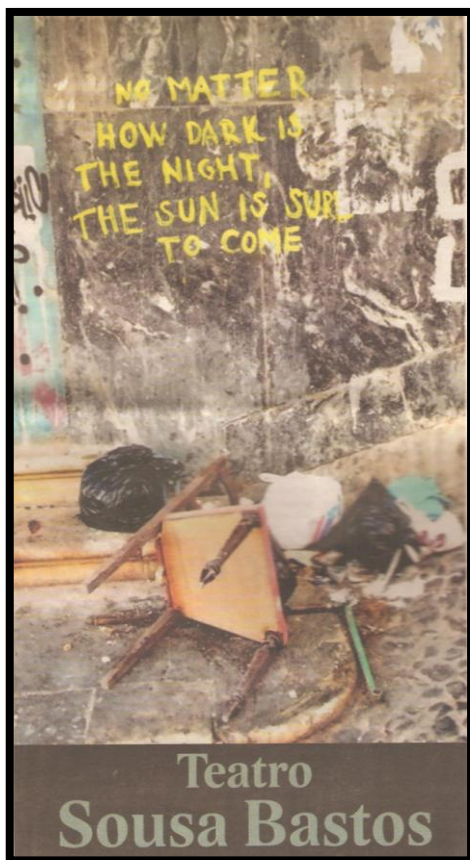


Fig. 30 - Perspetiva fotográfica do estado atual do imóvel Sousa Bastos, que se encontra totalmente devoluto e degradado, localizado junto à Casa da Nau, na Alta coimbrã, apresentado na capa do Jornal Universitário de Coimbra, a cabra, no ano de 2011<sup>137</sup>.

O imóvel Sousa Bastos embora se encontre atualmente em ruína continua a pertencer a Joaquim Pereira Órfão (promotor de Leiria) e ligado à gestão da EICLIS (Empreendimentos Imobiliários e Construções do Lis, Lda.), constituída em Outubro de 1990 e que ainda continua em funcionamento. Esta empresa é a responsável pelos cinco processos de reabilitação do Cineteatro de 2008 a 2011 que deram entrada no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Coimbra e que, apesar de terem obtido licenciamento, nunca chegaram a ser efetivamente aprovados e concretizados.

Até hoje não foi tomada qualquer decisão sobre o futuro do Teatro Sousa Bastos, a casa de espetáculos mais antiga da cidade, pelo que o imóvel continua abandonado, negligenciado, à beira da total derrocada<sup>138</sup>.

Os inúmeros fracassos por que passou ao longo do século XX culminam agora na ruína completa. Haverá ainda possibilidade de resgate?

É essa a ideia deste projeto.

<sup>136</sup> FERREIRA, Rui, *ibidem*, pp.30-32.

<sup>137</sup> Jornal Universitário de Coimbra, *a cabra*, 18 de Outubro de 2011, capa.

<sup>138</sup> Ver Anexos, Fig. 63, p.139; Fig. 64, p.140; Fig. 65, pp.141-143; Fig. 66, p.144; Fig. 67 e Fig. 68, p.145.

### *CAPÍTULO III*

#### *Um Novo Rumo*



Legenda: Fig. 31 - Fachada da Sé Velha de Coimbra.  
Fonte: Fotografia da autora.

### 3. Capítulo III: Um Novo Rumo

#### 3.1. As Várias Propostas de Requalificação do Cineteatro no Decorrer dos Anos

De acordo com as informações recolhidas para este estudo, através de bibliografia e fontes consultadas, descobriu-se um total de oito processos relativos ao imóvel:

Numa primeira fase, referente à documentação existente sobre o imóvel designado Sousa Bastos teve-se acesso a dois processos. O primeiro referente ao ano de 1932 (N.º processo: 2139/32) enquanto teatro e o segundo ao ano de 1945 (N.º processo: 1883/45), tendo como titular o Teatro Sousa Bastos, Lda., localizado entre a Rua Joaquim António de Aguiar e o Beco das Cruzes, já em modo de cineteatro.

Nos anos 90 do século XX (1992), dá entrada na câmara um projeto com o intuito de o transformar num empreendimento comercial e residencial<sup>139</sup>.

Numa segunda fase, existem outros cinco processos alusivos aos anos de 2008 a 2012, período em que o Dr. Carlos Manuel de Sousa Encarnação era presidente da Câmara Municipal de Coimbra, com a finalidade de o adaptar a edifício habitacional, destinado a universitários, sendo uma parte do imóvel cedida à autarquia, onde seriam edificados quatro pisos para o desempenho de funções ligadas às sedes de associações culturais e uma outra ala para a realização de diferentes atividades<sup>140</sup>.

Segundo uma notícia do site *Sapo Notícias* de 1 de Fevereiro de 2012, o processo relativo ao Teatro Sousa Bastos, deixado ao abandono e à degradação, encontraria possivelmente uma solução, ao ser transformado num empreendimento residencial, formado por 32 apartamentos T0, intervenção que custaria mais de 2,5 milhões de euros<sup>141</sup>.

---

<sup>139</sup> FERREIRA, Rui, *ibidem*, p.30.

<sup>140</sup> Informação obtida através do Gabinete do Centro Histórico de Coimbra, na pessoa da arquiteta Ana Faria.

<sup>141</sup> Notícia proveniente da Sapo Notícias datada de 1 de Fevereiro de 2012.  
Consultar: <http://noticias.sapo.pt/infolocal/artigo/1218415>

No Município de Coimbra – Departamento de Gestão Urbanística, deram entrada um conjunto de vários processos que decorreram desde os anos de 2008 a 2012, dos quais destacamos algumas das informações consideradas mais relevantes para este estudo:

- Processo nº 01/2008/1541 – Registo nº 01/2008/9677 – Data de Registo: 09/07/2008 – Requerente: Eiclis – Empreendimentos Imobil. Do Lis, Lda. – Morada: Rua do Carmo, 74 – 1º - Fr. AQ – Especificação do pedido: Projeto de Arquitetura – lic./aut. Obras edif. – Local da Pretensão: Rua Joaquim António de Aguiar, 26 – Freguesia: Coimbra (Sé Nova) – Gestora: Telma Almeida (Arquiteta) – «As obras pretendidas, de acordo com os elementos constantes no presente registo, são obras de demolição, alteração, reconstrução, entre outras, no edifício do antigo “Cinema Sousa Bastos de Coimbra”. O edifício objecto de intervenção encontra-se na zona de Protecção do Imóvel de Interesse Público – Casa da Nau, Servidão Administrativa do IGESPAR/DRCC, na Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra, na Zona Residencial R.4 e em Zona de Protecção de Grau I do Centro Histórico da cidade de Coimbra, nos termos do PDM»<sup>142</sup>.
- Processo nº 01/2008/2267 – Registo nº 01/2008/16505 – Data de Registo: 03/12/2008 – Requerente: Eiclis – Empreendimentos Imobil. Do Lis, Lda. – Morada: Rua do Carmo, 74 – 1º - Fr. AQ – Especificação do Pedido: Aditamento/Alterações – Local da Pretensão: Rua Joaquim António de Aguiar, 26, Freguesia: Coimbra (Almedina) – Gestora: Telma Almeida (Arquiteta) - «Proposta: Pretende-se a constituição do edifício em propriedade horizontal composto por 2 fracções designadas por: Fracção A – com uso de Alojamento Local com uma área bruta de 1888.80 m<sup>2</sup> composta por 36 unidades de alojamento (quartos duplos e simples) todas com i.s. privativas, circulações verticais e horizontais, recepção, sala de pessoal, balneários e i.s., rouparia, salão de atividades e compartimentos de arrumos distribuídos por todos os pisos do edifício, conforme plantas em anexo. Fracção B – com uso definido de serviços, a ceder à C.M.C. com uma área de 691.20 m<sup>2</sup> composta por um átrio de entrada, salão, compartimentos de arrumo no piso 0, circulação vertical, dois

---

<sup>142</sup> Gabinete do Centro Histórico, nº de referência: 1029/2008, data: 16/07/2008.

compartimentos de arrumos no entre – piso (correspondendo ao piso 1), mais três salas e duas instalações sanitárias no piso 2 com acesso à ligação da Escada/Pátio de S. Cristóvão»<sup>143</sup>.

- Processo nº 01/2011/1534 – Registo nº 01/2011/56430 – Data de Registo: 28-09-2011 - Requerente: Eiclis – Empreendimentos Imobil. Do Lis, Lda. – Morada: Rua do Carmo, 74 – 1º - Fr. – AQ – Especificação do Pedido: Projeto de Arquitetura (Prazo CPA – 2012/02/01) - Local de Pretensão: Rua Joaquim António de Aguiar, 26 – Freguesia: Coimbra (Sé Nova) – Gestora: Telma Almeida (Arquiteta) - «A presente operação urbanística, de acordo com os elementos que instruem o presente pedido de licenciamento, são caracterizadas como obras de demolição, alteração, reconstrução, entre outras, sujeitas a licença administrativa nos termos da alínea d) do nº 2 do art. 4º do Dec.-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 26/2010 de 30 de Março (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação RJUE), pretendendo o requerente a alteração do anterior uso existente, Teatro – “Teatro Sousa Bastos” para o uso “habitacional” e “serviços”, com 32 fracções habitacionais de tipologia T0 e ainda uma fracção destinada a serviços, com 691, 20 m<sup>2</sup>, a ceder à Câmara Municipal de Coimbra o edifício objecto de intervenção encontra-se na Zona de Protecção do Imóvel de Interesse Público – Casa da Nau e ainda na Zona Tampão da Área candidata a Património Mundial da Unesco, Servidões Administrativas do IGESPAR/DRCC, assim como na Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico da cidade de Coimbra»<sup>144</sup>.

Apesar de algumas componentes dos processos terem sido aprovadas, os processos referentes ao último projeto apresentado, obtiveram sempre a resposta de indeferimento, caso contrário, tinham recebido o avale por parte da Câmara e sido aplicados, o que não se verificou.

---

<sup>143</sup> Reconstrução com Preservação da Fachada do Edifício Teatro Sousa Bastos em Coimbra por Luís S. Neto – Arquiteto e Associado, Lda., 2/Dez./2008.

<sup>144</sup> Proposta de Indeferimento – nº 2094/2011/ Deu o parecer do IGESPAR, para efeitos do artigo 100º e seguintes do CPA (Código do Procedimento Administrativo).

O edifício pertence ao empresário Joaquim Pereira Órfão, proprietário da empresa EICLIS (Empreendimentos Imobiliários e Construções do Lis, Lda.), responsável por intervenções realizadas no passado e pelas tentativas recentes de o transformar num empreendimento imobiliário, todas elas goradas.

A razão pela qual o projeto, apesar de ter recebido parecer favorável condicionado por parte da DRCC, não ter sido portanto aplicado, deveu-se a que a caixa do elevador obrigatoriamente se materializasse acima do nível da cobertura e porque a empresa responsável, EICLIS, estar a atravessar uma fase de graves dificuldades financeiras, pelo que apesar de existir interesse em reabilitar o espaço onde o Teatro Sousa Bastos se encontra instalado, de momento não existe nenhum prazo estipulado para o início das obras de acordo com os interesses estipulados no projeto ou por ventura a possível venda do imóvel a outra entidade<sup>145</sup>.

O presidente da Câmara, Dr. Manuel Machado afirma que caso o edifício não venha a ser aproveitado para núcleo habitacional, poderá equacionar-se, em seu lugar, a construção de uma praça<sup>146</sup>.

A par destas propostas de requalificação, o edifício foi alvo de um processo de eventual classificação como Imóvel de Interesse Municipal, no ano de 2009. Mas também este processo não iria para a frente, sendo a sua rejeição justificada, entre outros fatores, pelo estado de avançada degradação a que chegara.

Vejamos um pouco melhor a proposta efetuada, a partir da documentação recolhida<sup>147</sup>:

«Assunto: Eventual classificação do edifício Teatro Sousa Bastos, sito em Coimbra, na Rua Joaquim António de Aguiar, freguesia de Almedina, concelho e distrito de Coimbra.

Requerente: N.º. Proc.º.: 03/06-03-02 (XVIII); Data: 2009.10.19; Inf. N.º. 1019 – DRCC/2009; Servidão Administrativa: Direção Regional da Cultura do Centro.

---

<sup>145</sup> Informações cedidas pelo Eng.º. Sidónio Simões, Chefe de Divisão de Reabilitação Urbana, Gabinete do Centro Histórico de Coimbra.

<sup>146</sup> Consultar: <http://coimbratv.net/2014/06/centro-habitacional-vai-nascer-no-teatro-sousa-bastos/>

<sup>147</sup> Processo de Eventual Classificação do Imóvel Sousa Bastos, n.º 03/06-03-02 (XVIII), de 2009.10.19 – Direção Regional da Cultura do Centro.



Tendo em consideração o despacho de 2009.10.12 da Ex.<sup>a</sup>. Senhora Directora de Serviços de Bens Culturais, referente à eventual classificação do edifício do Teatro Sousa Bastos, sito em Coimbra, na Rua Joaquim António de Aguiar, freguesia de Almedina, concelho e distrito de Coimbra, informa-se V. Ex.<sup>a</sup>. que:

- 1- Pela informação n.º. 321/DRC/DS/04 de 2004.03.15, foi efectuada a resenha histórico-artística e arquitetónica do imóvel em causa, no sentido de propor a sua eventual classificação como imóvel de Interesse Municipal;
- 2- Na mesma informação são levantadas conjuntamente uma série de questões do âmbito patrimonial, nomeadamente a possível classificação do edificado da Alta e da Baixa de Coimbra como Imóvel de Interesse Público, com vista à futura candidatura a Património Mundial. Estas questões, contudo, já se encontram a ser consideradas em processo autónomo, concretamente a definição de uma zona Especial de Protecção do Centro Histórico de Coimbra, que englobará também esta área, a coincidir com as Áreas Candidatas a Património Mundial da UNESCO;
- 3- Entretanto, visto que o imóvel em causa fica situado ao lado esquerdo de um imóvel classificado, a Casa da Nau, classificado como Imóvel de Interesse Público, por Decreto n.º. 43073 de 14-07-1960, foi iniciado em 2005 e tem vindo a ser apreciado primeiro na ex-Direcção Regional de Coimbra do IPPAR, e agora na Direcção Regional da Cultura do Centro, um projecto de arquitetura tendo em vista a reconstrução do imóvel, com preservação da fachada, para estabelecimento de hospedagem;
- 4- Compulsados os diversos dossiers que constituem o referido projeto, conforme cópias que se anexam, pode verificar-se que foi inicialmente apresentado o plano de trabalhos arqueológicos, alvo de parecer favorável condicionado, tendo sido efectuadas as sondagens arqueológicas com apresentação de relatório final, que em 2007.12.03, foi realizada uma vistoria técnica, face ao estado de degradação extrema do edifício, e efectuada a identificação dos riscos e de obras de emergência, também alvo de parecer favorável condicionado, e que finalmente, foi apresentado o referido projeto de reconstrução, por informação n.º. 58 –

DRCC/2009, alvo de parecer favorável condicionado e assim aprovado superiormente em 2009.02.02;

- 5- No que concerne especificamente à proposta de eventual classificação do imóvel, consideramos que, não obstante a sua importância em termos sócio-culturais na cidade de Coimbra, como teatro inaugurado já em 1914, a que se acresce ainda o valor imaterial, visto que veio a ser depois a primeira sala de cinema da cidade, e mais tarde ainda sede cooperativa do Teatro Bonifrates, que o pretendia transformar num Centro Cultural, em termos arquitetónicos e artísticos possui hoje um valor relativo;
- 6- Na verdade, este imóvel foi inicialmente construído ao gosto do estilo “Arte Nova”, sendo depois transformado em 1946, intervenção de que resultou a modificação para a fachada “Art Déco” que hoje apresenta;
- 7- Ou seja, muito embora não se questione o interesse do imóvel, se atendermos aos elementos essenciais para a fundamentação de um processo de classificação de um bem imóvel, nomeadamente os critérios gerais, de carácter histórico-cultural, estético-social e técnico-científico, e os critérios complementares, de integridade, autenticidade e exemplaridade, cremos que este imóvel corresponde aos primeiros mas já não inteiramente aos segundos;
- 8- Pelos motivos expostos, parece-nos que a proposta de eventual classificação como Interesse Municipal se encontra perfeitamente adequada;
- 9- Por outro lado, em virtude do imóvel se encontrar na zona de proteção de um imóvel classificado, encontra-se devidamente salvaguardado em termos patrimoniais, sendo que qualquer intervenção a ocorrer tem que ser alvo de parecer prévio;
- 10- Mais se informa que, para além das intervenções arqueológicas efectuadas, e de algumas obras devido ao estado de degradação e perigo apresentado, a situação do imóvel é exatamente a mesma da altura em que foi efectuada a informação nº. 321/DRC/DS/04».

A proposta de classificação do imóvel foi enviada para o presidente da Câmara Municipal de Coimbra ficando a cargo do Município emitir um parecer em respeito a tal processo:

«Assunto: Proposta de eventual classificação do edifício do Teatro Sousa Bastos, sito em Coimbra, na Rua Joaquim António de Aguiar, freguesia de Almedina, concelho e distrito de Coimbra.

Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se V. Ex.<sup>a</sup> que, por despacho de 2009.10.27 do Ex.<sup>o</sup> Senhor Diretor do IGESPAR, I.P., foi encerrado o processo, que, consequentemente, não prosseguirá no âmbito desse Instituto, conforme cópias que se anexam, correspondentes ao parecer referido no n.º 2 do artigo 94.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. Considerando o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e o n.º 1 do artigo 94.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, o processo poderá então prosseguir por essa Autarquia, no sentido da sua eventual prossecução em sede municipal, como imóvel de Interesse Municipal, caso assim seja entendido, visto que a competência para a classificação de imóveis como Interesse Municipal é dos órgãos municipais (...)»<sup>148</sup>.

É este o único processo de eventual classificação referente ao Sousa Bastos não estando prevista qualquer outra tentativa. O processo não só não obteve parecer positivo, como, ao que tudo indica, nem terá merecido resposta da Autarquia. Na realidade, caso esta tivesse emitido algum parecer, este teria dado entrada na DRCC, o que não se verificou, sendo o processo arquivado (*Apêndice N.º 4 – II Série – N.º 5 – 7 de Janeiro de 2003 – Edital N.º 14/2003 (2.ª Série) – AP. – Câmara Municipal de Coimbra*).

### **3.2. Balanço Crítico**

Transversal a este estudo encontra-se subjacente uma questão fundamental: a do nosso património. Como devemos encará-lo, lidar com ele, continuar a mantê-lo e a preservá-lo, para que se conserve não só útil e funcional para a comunidade que o acolhe, mas igualmente como fator representante da nossa memória, do nosso passado e da nossa história?

---

<sup>148</sup> Proposta enviada pelo Diretor Regional ao Ex.<sup>o</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra – Referência: 03/06-03-02 (XVIII) – Ofício n.º. 3928/09.

Os nossos monumentos são uma representação da nossa cultura e cada nação faz-se também das suas próprias edificações, pois não há história sem monumentos, tal como não há história sem memória. Como poderá uma nação divulgar a sua cultura, a sua história, a sua identidade se não existirem monumentos ou outro património que a possam caracterizar?

Os monumentos são um veículo privilegiado para retratar e expressar a memória humana, em uso desde as primeiras civilizações.

Uma memória particularmente evidente na cidade, organismo em permanente evolução, sobrepondo e adicionando registos de diferentes épocas, sofrendo mutações sociais, culturais e identitárias.

Uma construção permanente e ininterrupta que cria a sua individualidade histórica e patrimonial, tal como aconteceu com a cidade de Coimbra até atingir o seu aspeto atual, construindo uma malha urbana que a distingue de todas as outras.

Cada património, cada monumento corresponde a um ínfimo pedacinho da nossa história, quer do ponto de vista global, quer local. Coimbra é disso exemplo congregando monumentos que constituem verdadeiros marcos da história da cidade e do país.

É o caso, por exemplo, da Sé Velha convocando na sua cronologia, forma e significado todo o movimento de reconquista, ou da atual Universidade, velho alcácer islâmico, até hoje em contínua transformação.

Ora essa importância não parece encontrar eco na forma como o património é tratado.

Se encaramos o modo como Portugal e neste caso específico a própria “Cidade do Conhecimento” cuida dos seus monumentos, chegamos a uma conclusão lamentável, porém reveladora da realidade que vivemos atualmente: uma cidade que negligencia e abandona o seu património e identidade cultural e arquitetónica, ao ponto de encarmos o desmoronamento dos nossos monumentos como uma hipótese viável em detrimento da sua contínua e essencial manutenção, sendo prova disso o próprio Teatro Sousa

Bastos ou o exemplo da Casa da Nau, para nos mantermos na mesma área geográfica, classificada, mas igualmente em avançado estado de degradação.

O Património devoluto se não for combatido tornar-se-á uma praga incontrolável e prova disso são os vários monumentos e edifícios espalhados pelo país a precisarem de cuidado.

Para além dos monumentos propriamente ditos, importa igualmente perceber o estado do património urbanístico, o conjunto de imóveis particulares que embora não classificados individualmente conformam essa Coimbra Património da Humanidade, Alta e Sofia.

Por outro lado, atente-se no património industrial, caso das fábricas da Cerveja e da Triunfo que tiveram um papel importante durante o século XX, e que neste momento estão totalmente devolutas, sem que sejam tomadas quaisquer medidas para a sua preservação e requalificação, por exemplo no âmbito da eventual criação de um Museu Industrial, inexistente na cidade.

Deixar ruir o património não pode ser equacionado como solução. Os valores de cidadania, a corresponsabilidade no processo de conservação e manutenção do património, a capacidade de usufruir de forma sustentável obrigam a rever todo um posicionamento recente, de desresponsabilização e indiferença. Coimbra deve ser consequente com o estatuto de cidade classificada pela Unesco.

Se quisermos competir com outras cidades europeias detentoras de igual estatuto, teremos que encarar a problemática da conservação patrimonial como sendo algo urgente e imperativo.

Consentir que imóveis desabitados ou em ruína possam recuperar a sua antiga grandeza, embora executando outro tipo de funções que não as primitivas, faz com que de facto, embora preservando em parte o seu passado, consigam obter uma nova oportunidade, ligada à área turística, como motor de dinamização, expansão financeira e cultural, como é exemplo o antigo Palácio dos Almadas (Distrito de Coimbra, Conselho de Condeixa-a-Nova), edifício arquitetónico do século XVI, transformado em Pousada de

Santa Cristina, uma pousada de charme que contribuiu para o bom desenvolvimento local, não sendo este o único caso de sucesso ao nível da recuperação patrimonial.

O aproveitamento turístico e cultural, equilibrado e sem resvalar num produto artificial e falso, é uma opção viável no sentido de evitar a contínua deterioração e esquecimento a que parte fundamental do património tem sido sujeita.

### ***3.3. Estatuto da Propriedade Privada***

Importa desde já esclarecer que o imóvel Teatro/Cineteatro Sousa Bastos é *Propriedade Privada*. Ora *Propriedade Privada*, antes de mais é um conceito jurídico que assegura ao titular vastos poderes, respetivamente os poderes de usar, gozar e dispor de algo, a princípio de modo absoluto, exclusivo e perpétuo.

Porém, estes não poderão ser praticados de forma ilimitada, em virtude de colidirem com direitos alheios de natureza idêntica, e por existirem interesses de âmbito público, como interesses coletivos, que podem limitá-la e cuja tutela recai sobre o Poder Público<sup>149</sup>.

Tendo em conta que o objetivo deste projeto é dar vida a uma estrutura devoluta, e por isso pensado ao pormenor, de modo a ter credibilidade e, acima de tudo, viabilidade no futuro, não nos podemos esquecer que o edifício em questão teria de ser submetido a profundas obras de intervenção e restauro, de forma a poder ser reaproveitado para novas funções.

Com a autorização concedida pelo proprietário, poderíamos então começar a realizar o plano de recuperação para colocar em funcionamento o referido imóvel.

Em primeiro lugar temos o projeto de restauro (realizado por uma equipa de profissionais especializada na área), que seria entregue na Câmara Municipal do Concelho onde se localiza o imóvel, que neste caso é em Coimbra e que só após ser

---

<sup>149</sup> *Diário da República, 1ª. Série - A – N.º155, Lei Constitucional n.º1/2005, art.º 62.º, 12 de Agosto de 2005, p.4652.*

analisado e aprovado pela Assembleia Camarária, poderia passar às etapas jurídicas seguintes:

Licença de construção: Documento emitido pela Câmara Municipal do Concelho que atesta o cumprimento das condições normais de construção de imóveis estipuladas e exigidas por lei, com prazo para a execução das obras.

Vistoria após a intervenção realizada para corrigir alguma falha existente (obrigatória ou não): Exame visual realizado num edifício para coleta de dados sobre a ocorrência (passado, presente e futuro), de manifestações consideradas danosas tanto ao próprio edifício, aos seus ocupantes, como a terceiros. Numa vistoria não há interferência, nem modificações da disposição do local, objeto e dispositivos existentes, como geralmente acontece numa inspeção. A vistoria tem a função de verificar se o projeto se mantém original, isto é, não tenha sofrido alterações.

Autorização de utilização: Licença emitida pela Câmara Municipal do Concelho onde o edifício se localiza, tem como intuito atestar a função/uso a que se destina o imóvel ou fração deste, se está apto e em condições para o desempenho das funções a que se destina, sendo posteriormente emitido o título com o qual é possível adquirir o alvará.

Certificado Energético e de qualidade do Ar Interior (CE) de um edifício ou fração autónoma: Documento emitido no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Energética (SCE) que classifica cada imóvel em termos do seu desempenho energético segundo uma escala de 7+2 classes (**A+**, **A**, **B**, **B-**, **C**, **D**, **E**, **F** e **G**), em que a classe **A+** corresponde a um edifício com melhor desempenho energético que a classe **G**. Este documento emite ainda um conjunto de Medidas de Melhoria que poderão ser aplicadas ao nível do Desempenho Energético e Conforto Térmico. A avaliação energética e a emissão do certificado fica a cargo de profissionais qualificados e formados na área de arquitetura e engenharia que realizam uma vistoria ao imóvel, por forma a efetuar o diagnóstico necessário, reconhecendo as oportunidades de melhoria do desempenho energético do imóvel.

Alvará de licença de utilização do imóvel: Documento/declaração que garante a autorização de funcionamento para qualquer tipo de empresa, comércio e até mesmo a

realização de eventos. Pode ser emitido pelo município, ao qual é cobrada uma taxa, tendo em atenção o seu prazo de vigência/validade. É através do alvará que é possível o imóvel abrir portas ao público.

Convém salientar que as etapas referidas consistem nos cinco principais elementos de um vastíssimo conjunto de documentos essenciais para que este projeto possa ser aplicado de forma legal, sem lacunas e sem os quais seria inexecutável, pelo que em anexo seguem os artigos correspondentes às várias fases do processo<sup>150</sup>.

### ***3.4. Critérios de Escolha***

Mas porquê o Cineteatro Sousa Bastos para a aplicação deste projeto?

A resposta é muito simples, contudo bastante lógica, tendo em conta seis pontos:

1. Porque para o tipo de projeto em questão, o Sousa Bastos encaixa-se na totalidade, mediante os objetivos que se pretendem empreender;
2. Em virtude do Teatro Sousa Bastos estar completamente devoluto, praticamente em risco de derrocada, situação que se prolonga há vários anos;
3. Por se localizar na zona da Alta, próximo da Igreja da Sé Velha e também da própria Universidade que como já se referiu enquadra a área classificada como sendo Património Mundial da Unesco;
4. Ser um edifício assente em raízes históricas, devido às suas memórias passadas, que embora degradado, ainda consegue preservar pelo papel que outrora representou para a cidade e pelo facto de ter sido erguido sobre as ruínas da Igreja de São Cristóvão;
5. Situa-se num ponto de passagem de importantes estruturas arquitetónicas ligadas à Arte Românica, caso da Igreja da Sé Velha ou da Igreja de São Salvador e pela própria Igreja de São Cristóvão ter sido também uma igreja românica;

---

<sup>150</sup> Ver Anexo, Legislação - *Diário da República*, 1.ª Série – N.º50, Portaria n.º232/2008, art.º 11.º, 15.º e Anexos 1 e 3, 11 de Março de 2008, pp.149-153; *Diário da República*, 1.ª Série – N.º62, Decreto-Lei n.º26/2010, art.º 4.º, 30 de Março de 2010, pp.153-155.



6. Contribuiria ainda, para dinamizar turisticamente a Alta da cidade, sobretudo o triângulo que atrás definimos balizado pela Sé Velha, Casa Ângelo da Fonseca, antigo Governo Civil e Torre de Almedina, área com um dinamismo crescente e percurso obrigatório de cidadãos e turistas; além disso, a zona em questão ligando a Alta e a Baixa é dotada de um conjunto de monumentos que ganhariam sentido com a implementação a meio percurso de um Fórum Cultural - Centro Interpretativo do Românico de Coimbra, uma vez que a atração turística, reside essencialmente em dois pontos, por um lado o Museu Nacional Machado de Castro e Sé Velha, por outro São Tiago e Santa Cruz.

Foi com base em todos estes aspetos que se desenvolveu este projeto no âmbito do mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, tendo como objetivo recuperar o Sousa Bastos conferindo-lhe de novo um papel ativo na cidade, quer para os que aqui residem, quer para os muitos que a visitam.

A proposta enquadra-se justamente nas três grandes áreas do saber do referido curso de mestrado promovendo a recuperação do património; dando a conhecer uma das principais expressões artísticas da cidade, “o românico coimbrão” e, finalmente, ancorando a sua viabilidade e sustentabilidade na dinamização do sector do turismo cultural a partir da oferta de um serviço útil nas vertentes lúdica, cultural e científica.

### ***3.5. Uma Nova Proposta: Fórum Cultural Sousa Bastos – Centro Interpretativo do Românico de Coimbra***

Cada imóvel possui componentes próprias e a sua orgânica não é de todo igual, tendo em conta certos fatores como o modelo de edifício, a condição da infraestrutura, as propriedades físicas e geomorfológicas do solo, o escoamento das águas residuais, bem como o grau de sismicidade existente na zona da Alta. A requalificação de um imóvel exige primeiro que tudo, um estudo e uma análise das condições existentes para que se possa realizar uma boa e correta intervenção no terreno e na respetiva estrutura.

O edifício objeto deste projeto caracteriza-se por ser um imóvel de grande porte, atualmente entaipado e interditado. Assim, o que podemos observar é apenas o que se vê a partir da rua e da fotografia aérea.

A nota dominante é a derrocada total do interior restando praticamente apenas as 4 paredes do perímetro.

Tudo o que o caracterizava como teatro desapareceu irremediavelmente. Valerá a pena enunciar aqui a sua organização interna feita a partir da descrição de Rui Ferreira<sup>151</sup>, que de resto se torna mais perceptível a partir da consulta das plantas em anexo:

- Estava integrado num lote retangular de 17,30 metros de largura por 27,40 metros de espessura, em que a largura correspondendo à parte que está anexa à via principal, mede cerca de 20 metros;
- O complexo teatral era composto por três pisos mais a cobertura, além da plateia e do balcão, com sanitários atrás, e uma cabine de projeção no cimo;
- O volume lateral, situado no lado esquerdo do palco, compreendia cerca de 6,70 metros de largura, localizado acima do piso central, onde se instalava também o bar;
- Na entrada principal (pela Rua Joaquim António Aguiar) apresentava um átrio de 1,50 metros bem como o foyer e a bilheteira. Era através do átrio que se tinha passagem para a plateia e às escadas laterais que conduziam ao balcão sito no piso superior;
- No último piso, existia ainda uma área a toda a largura da fachada, que presumivelmente terá servido enquanto loja.

Para além da destruição patrimonial, importa destacar o risco que o edifício representa na atualidade para a saúde pública.

Não proponho que seja requalificado novamente para teatro/cineteatro, que foi a função que outrora desempenhou, uma vez que enquanto instituição de espetáculos não teve grande sucesso, como o seu historial bem o demonstra.

---

<sup>151</sup> FERREIRA, Rui, *ibidem*, p.70.

Por sua vez, existem em Coimbra outras salas de espetáculo maiores e melhores, mais bem localizadas na malha urbana da cidade, que facilitam a deslocação da população residente, como é o caso do TAGV – Teatro Académico Gil Vicente, o Teatro da Cerca/Teatro de São Bernardo e o Teatrão, além das salas de Cinema que existem nos centros comerciais Dolce Vita Coimbra ou Fórum Coimbra, tendo em conta que o cinema em relação ao teatro, consiste recentemente num dos entretenimentos preferidos do público.

Uma vez que a Alta coimbrã embora classificada pela UNESCO, possui poucos mecanismos lúdicos, dinâmicos e ativos em promover um maior fluxo turístico a esta zona histórica, mas degradada da cidade, surge este projeto, como motor de ligação entre os habitantes locais e os turistas estrangeiros que nos visitam, como forma de criar mais um ponto de contacto capaz de promover o património e a história de Coimbra, através de um espaço de cariz cultural.

Por outro, reabilitar um imóvel deteriorado, como o Sousa Bastos, aproveitando a infraestrutura existente para a integração de um Fórum Cultural com um Centro Interpretativo do Românico de Coimbra é oferecer ao Centro Histórico um novo mecanismo de dinamização local, tendo em conta que é um ponto aglutinador de vários monumentos representativos do estilo românico.

A designação de Sousa Bastos seria mantida preservando-se ao mesmo tempo tanto a sua identidade como as suas memórias. Assim sendo, o edifício passaria a designar-se Fórum Cultural Sousa Bastos, de acordo com os vários espaços que este passaria a incorporar.

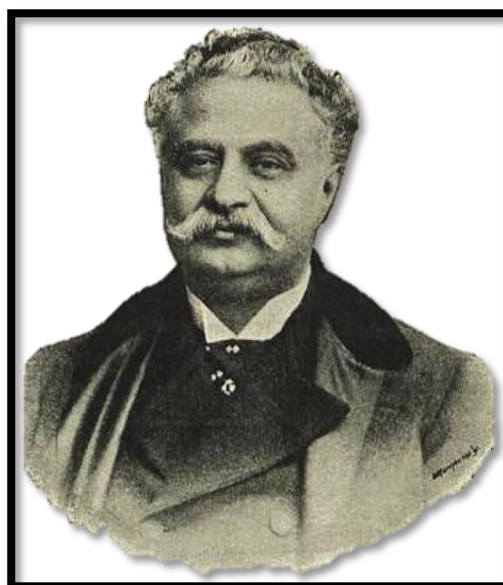
Este plano baseia-se nos seguintes pontos, não esquecendo o facto de se encontrar na área de Proteção do Imóvel de Interesse Público – Casa da Nau, na zona tampão da área classificada pela UNESCO enquanto Património Mundial, Servidões Administrativas do IGESPAR/DRCC, tal como na Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico de Coimbra:

- Proceder ao restauro exterior do edifício, preservando a sua fachada;
- Requalificar o imóvel para o desempenho de novas funções ligadas a aspetos culturais:

## ORGANIZAÇÃO INTERNA<sup>152</sup>:

- **PISO O-R/C:** Centro Interpretativo do Românico de Coimbra (espaço amplo), dividido por seções temáticas:
  - ♣ História do edifício: A partir de um conjunto de elementos gráficos (Mapa de Coimbra; desenho da igreja em grande dimensão; plantas e alçados do Teatro; fotografias antigas<sup>153</sup>; cópia de cartazes de cinema; fotografias de atores que aí atuaram; notícias de jornal, etc.) e de textos sucintos (em painéis) onde seria exposta a evolução do edifício, desde a antiga Igreja Românica do século XII ao Cineteatro Sousa Bastos.

Fig. 32 - Fotografia do empresário teatral António de Sousa Bastos, cujo nome foi atribuído ao Cineteatro Sousa Bastos, em Coimbra<sup>154</sup>.



- ♣ Centro Interpretativo do Românico: O centro terá por objetivo explicar detalhadamente o românico de Coimbra e o seu contexto. Assim, a partir de quadros explicativos acompanhados de fotografias de grande formato (atuais e antigas) das diversas igrejas — Sé Velha, São Salvador, São Tiago, vestígios de São Pedro — nos seus vários momentos de evolução e restauros, e de materiais originais que possam eventualmente vir a ser protocolados com o Museu Nacional de Machado de Castro, com destaque para os capitéis; réplicas de pormenores escultóricos; maquetas; expondo um mapa de localização ancorando toda a explicação contextual

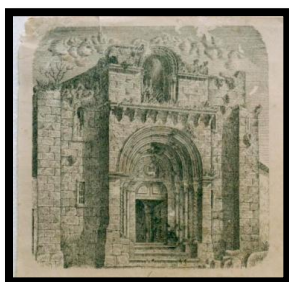
<sup>152</sup> Ver Anexos, Fig. 69 à Fig. 75, pp.146-148.

<sup>153</sup> Ver Anexos, Fig. 56 e Fig. 57, p.132.

<sup>154</sup> Consultar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_de\\_Sousa\\_Bastos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Sousa_Bastos)

Consultar: GAMBINI, Lúcia Inês, *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999, p.34.

(Coimbra como capital afonsina, a cidade no âmbito da Reconquista e concretamente no momento em que o Mondego funciona como fronteira, etc.) em materiais digitais (filmes, documentários, reconstituições das igrejas desaparecidas); os diversos públicos poderão aceder a conteúdos vários, cientificamente rigorosos e que enquanto conjunto não existem disponíveis em nenhum outro local da cidade. Acresce ainda a recolha, com possibilidade de consulta, de toda a bibliografia especializada sobre a temática.



Fachada da Igreja de São Cristóvão<sup>155</sup>



Fachada do Teatro Sousa Bastos (fotografia da autora).

Neste espaço ficará instalada ainda uma loja, onde serão vendidos produtos como os seguintes (todo um complexo de logística; franchising; merchandising e marketing de informação, de apresentação e difusão dos vários tipos de produtos a comercializar):

- ♣ Marcadores de Livros com descrição (elementos românicos: capitéis/columnas);
- ♣ Íman com a representação das fachadas das igrejas românicas de Coimbra: Sé Velha/São Tiago/São Cristóvão;
- ♣ Peças miniatura em barro dos vários monumentos da cidade, com especial incidência nas igrejas românicas e seus pormenores;
- ♣ Pratos de parede pintados alusivos a Coimbra; canecas; taças, etc.;
- ♣ Polos/t-shirts com motivos alusivos à temática do Românico Coimbrão (pormenores dos portais, capiteis, sereias, etc.);
- ♣ Porta-chaves/canetas/porta-moedas/blocos/sacos/mochilas.

---

<sup>155</sup> Imagem cedida pelo Museu Nacional Machado de Castro, na pessoa da Dr.ª. Virgínia Gomes.

- **PISO 1:** sala de conferências, adequada igualmente a projeções multimédia e artística);
- **PISO 2:** Sala polivalente embora especialmente vocacionada para Galeria de Arte (exposições de fotografia/pintura/escultura, ateliers), e instalações logísticas do próprio edifício (escritório, arrumos);
- **PISO 3 e COBERTURA:** Cafeteria-Livraria-Biblioteca com ligação a uma esplanada localizada no terraço na zona da cobertura, com vista sobre a cidade de Coimbra:

Na cafeteria serão comercializados:

- ♣ Produtos Regionais e Conventuais: Doçaria: Queijadas de Coimbra/Arrufadas de Coimbra/Pastéis de Santa Clara/Manjar Branco/Amêndoa Mole de Coimbra (amêndoa de açúcar)/Talhadadas de Príncipe/Barriga de Freira/Suspiros/Encharcada/Pão-de-Ló/Capelos/Sopa Dourada/Queijadas de Pereira/Tentúgal; Salgados (geral);

Na Livraria/Biblioteca:

- ♣ Estarão disponíveis para venda/consulta literatura sobre História de Arte/Teatro/Cinema/Cultura/Património/Turismo.

**Proposta de temática decorativa das áreas lúdicas, adequada aos objetivos do Fórum Cultural:**

O Piso 1 e 2 serão espaços sóbrios, flexíveis e moldáveis, por forma a receberem iniciativas de diferente natureza.

O Piso 3 e Cobertura será uma área reservada ao lazer, à cultura e ao conhecimento, uma vez que incorpora uma Cafeteria-Livraria/Biblioteca. É para este espaço particularmente que se dirige a nossa proposta por forma manter uma lógica adequada à história do edifício. Elegemos a vivência do quotidiano da cidade de Coimbra durante os anos 30-50, época áurea do cinetatro Sousa Bastos. Para além da componente “Coimbra urbana”, e no que toca ao teatro propriamente dito, não existindo fotografias que ilustrem o seu funcionamento, propõe-se a reprodução de temas afins tais como de

atores dos anos 40-50 ou de forma genérica, de arte portuguesa modernista (Almada Negreiros, Sousa Cardoso, Mário Eloy, etc.).



Fig. 33 - Autorretrato num grupo (Painel realizado para o café “A Brasileira”)<sup>156</sup>.



Fig. 34 - Revista ABC, número 31, ano I, 10 de Fevereiro de 1921. Capa de Stuart Carvalhais (1887-1961)<sup>157</sup>.

<sup>156</sup> Almada Negreiros, 1925, óleo sobre tela 130 x 197 cm, Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian.

Consultar: <http://www.arqnet.pt/portugal/imagensemamnal/abril01.html>

<sup>157</sup> Consultar: <http://www.tipografos.net/magazines/abc-revista-portugal.html>



Fig. 35 - Dois exemplos de decoração de espaços interiores, que seguem as linhas modernas do estilo *Art Déco*<sup>158</sup>.

### 3.6. Programa, Espólio e Atividades

Pese embora o enorme protagonismo da Universidade nos circuitos culturais e turísticos da cidade há muito mais para usufruir sendo apenas necessário um esforço de dinamização do potencial existente.

A aplicação de roteiros turísticos históricos devidamente organizados e estruturados, bem como a realização de exposições e palestras temáticas, são apenas algumas sugestões que o Fórum pode dinamizar.

Da mesma forma, a criação de um programa museológico atrativo é uma mais-valia para cativar público, fluxos turísticos e imprimir ao mesmo tempo um maior dinamismo

<sup>158</sup> Consultar: <http://www.decoist.com/2013-01-20/art-deco-interior-design-furniture/>



à área do Fórum, desenvolvendo o terceiro lado do triângulo, em articulação com os novos equipamentos de restauração e, sobretudo, com o edifício do antigo Governo Civil, atualmente explorado também com fins culturais, embora de forma intermitente.

No planeamento do projeto museológico há que ter em conta todo um conjunto de fatores fulcrais, começando obviamente pelo tipo, estrutura, missão, explicação dos programas de atividade, prioridades e interesses, predominando como mecanismo tático de conexão e de apreciação entre a estrutura espacial e os recursos sociais, culturais, patrimoniais, históricos, turísticos e económicos, neste caso dizendo respeito à prospeção de um possível e futuro Fórum Cultural.

Desta forma, o programa deve respeitar seis pontos de organização e orientação, respetivamente<sup>159</sup>:

- Programação social e cultural museológica (destinada a um vasto público, facilitando a sua intervenção);
- Programação científica (investigação: escolas, universidades);
- Programação de conservação (defesa e preservação do património histórico e arquitetónico);
- Programação urbana e arquitetónica do ambiente envolvente (cuidado com os espaços, recuperação, requalificação urbana, arquitetónica e museológica dos centros existentes/introduzidos em protótipos de administração dividida com os municípios/instituições culturais);
- Programação de valorização económica, social e cultural dos recursos museológicos e patrimoniais (uso eficaz de valores e recursos financeiros, humanos, culturais e turísticos empregados para a orientação e desenvolvimento do futuro fórum cultural);

---

<sup>159</sup> MACHADO, Armando Ginestal, *Linhas Gerais Para o Programa Museológico*, Entroncamento, Complexo Ferroviário do Entroncamento, Fundação Museu Nacional Ferroviário, 2005, pp.1-2.

- Programação funcional e planeamento a curto, médio e longo prazo destinado à implementação de um núcleo museológico (aplicação do projeto de evolução do centro interpretativo/fórum cultural relativamente ao espólio, ordenamento das áreas expositivas e dos seus recursos por um ciclo correspondente a dez anos).

De acordo com estes princípios, apresentamos um esquema de programação possível para este núcleo museológico/fórum cultural:

**Programa:**

Saídas de Campo pela cidade de Coimbra

Conhecer o Centro Histórico de Coimbra: da Universidade à Rua da Sofia;  
O Românico de Coimbra: São Salvador, Museu Nacional Machado de Castro, Sé Velha e São Tiago. A visita termina no Centro Interpretativo do Românico.

No Centro Interpretativo do Românico

Da Antiga Igreja Românica de São Cristóvão do séc. XII ao Cineteatro Sousa Bastos;  
Da Ruína ao Resgate;  
O Centro Interpretativo do Românico de Coimbra.

**Espólio:**

Coleções Fotográficas;  
Multimédia;  
Plantas e Alçados;  
Réplicas de Capitéis;  
Bibliografia sobre a Igreja, a Arte Românica e o Cineteatro.

**Atividades:**

Promover Roteiros Turísticos por Coimbra;  
Visitas a Museus e Monumentos (com marcação);  
Palestras sobre a importância da Preservação Patrimonial e da Valorização do Passado Histórico, Artístico e Cultural;  
Palestras sobre a História do Teatro, do Cinema e da Música;  
Cursos Livres de Arte Românica; Teatro e Cinema;  
Projeções Cinematográficas;

Ateliers de Pintura ou Olaria;  
Workshop de Fotografia;  
Exposições de Arte.

Não nos podemos ainda esquecer que, tratando-se de um Fórum Cultural, a realização de acordos é crucial na diversificação das atividades e programas a apresentar ao público, como por exemplo um protocolo com os Cursos de História da Arte e Estudos Artísticos da Faculdade de Letras da Universidade; com o Museu Nacional de Machado de Castro; com as Instituições Teatrais da Cidade, etc.

A realização de um vídeo multimédia sobre a história do Sousa Bastos transformado em Fórum Cultural com um Centro Interpretativo do Românico de Coimbra, bem como a criação de um site/página/blogue seriam dois mecanismos basilares e indispensáveis na propagação do que a nossa cidade tem de melhor para oferecer aos vários públicos que acolhe.

Através destas duas ferramentas aliadas à ação publicitária estaríamos a contribuir para a difusão da razão pela qual consiste este trabalho.

Por último, não podemos deixar de mencionar, que apesar de ser um projeto de grande envergadura, consiste sem dúvida numa excelente proposta de revitalização não só de um imóvel em risco de derrocada, mas também na divulgação de uma imagem mais dinâmica, apelativa e desenvolvida quer da própria cidade de Coimbra quer do seu Centro Histórico, devendo ser aplicada por parte de um particular, tendo em conta o forte investimento necessário, pela Câmara ou em último caso a hipótese de se recorrer ao Mecenato.

Na página seguinte poderemos visualizar através de um protótipo de cartaz, a eventual programação a decorrer no possível Fórum Cultural.

## FÓRUM CULTURAL SOUSA BASTOS - CENTRO INTERPRETATIVO DO ROMÂNICO DE COIMBRA

### Programa

#### Centro Interpretativo do Românico

- *A Igreja de São Cristóvão: Da Antiga Igreja Românica do séc. XII ao Devoluto Cineteatro Sousa Bastos*
  - *Da Ruína ao Resgate*

#### Coimbra Românica (Saída de Campo)

- *A Presença do Românico: Sé Velha/ São Tiago/ São Salvador/ Museu Nacional Machado de Castro*



### Atividades

- *Conhecer o Centro Histórico: Da Universidade à Rua da Sofia*
  - *Visitas a Museus e Monumentos (com marcação)*
- *Palestras sobre a importância da Preservação Patrimonial e da Valorização do Passado Histórico, Artístico e Cultural*
  - *Palestras sobre a História do Teatro, do Cinema e da Música*
    - *Cursos Livres de Arte Românica, Teatro e Cinema*
      - *Projeções Cinematográficas*
      - *Workshop de Fotografia*
      - *Ateliers de Pintura ou Olaria*
        - *Exposições de Arte*

### *Conclusão*

Como podemos valorizar a nossa história e cultura, se deixamos parte fundamental do nosso património arquitetónico entregue à ruína?

O património que nos rodeia possui uma História muito mais antiga do que aquela que possamos imaginar.

Não podemos simplesmente descaracterizá-lo ou destruí-lo, pois estaremos a condenar a nossa identidade e conseqüentemente as nossas origens ancestrais, tendo em conta que faz parte da nossa herança, um legado cultural que foi sendo transmitido pelos nossos antepassados ao longo de séculos, cabendo-nos portanto legá-lo às futuras gerações, saber mantê-lo, preservá-lo e conservá-lo.

Uma alteração pouco conscienciosa, destituída sobretudo de uma base de conhecimento sólida, colocará sempre em causa a génese estrutural, morfológica e arquitetónica de qualquer monumento. Se individualmente cada edifício parece passar despercebido, a verdade é que uma política generalizada de falta de interesse pelo património, sem as devidas ações de salvaguarda, colocará em risco todo um centro histórico. Trata-se de uma questão de cultura e, em última análise, de cidadania. É um problema que tem de nos preocupar a todos enquanto comunidade.

Realizando uma reflexão sobre esta questão, deparamo-nos com vários problemas, alguns ainda sem solução aparente, como verificaremos adiante. É verdade que todo o património é a materialização da nossa história, uma projeção física de acontecimentos e momentos marcantes do nosso passado cultural, imbuída de uma narrativa própria que cada coletividade sabe descodificar.

Atualmente, embora o património seja uma bandeira hasteada por todos, na verdade são ainda muito poucos os casos de boas práticas e de sucesso sustentado. Algo que exceda o festejo fugaz mas que, pelo contrário, inclua toda a comunidade despertando uma salvaguarda contínua e um orgulho ou sentimento de pertença generalizado, aspeto em que Guimarães tem sido paradigmático. No geral a decadência ou simplesmente abandono do património edificado parece ser ainda o panorama mais comum devido à

não atuação e aplicação de medidas cruciais à sua conservação, quer por parte do Estado, quer por parte de entidades e particulares.

As dificuldades económicas que Portugal atravessa não são de todo uma desculpa para a negligência que o património arquitetónico tem sofrido com o passar do tempo, embora o estado financeiro de um país contribua numa perspetiva positiva ou negativa ao nível da manutenção e do restauro dos nossos edifícios, tendo em conta os elevados custos que uma política de preservação e requalificação arquitetónica pode provocar.

Coimbra não é exceção. Uma cidade ligada à cultura e que faz do “conhecimento” a sua marca devia pois olhar o seu património com uma maior preocupação e cuidado. Não significa isto que nada seja feito. Dou como exemplo o Mosteiro gótico de Santa Clara-a-Velha onde, para além de se manterem todas as suas especificidades, foi acrescentado um «Centro Interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha», permitindo um conhecimento e divulgação, e com isso uma maior projeção turística da zona de Santa Clara e do próprio património cultural da cidade. Na mesma zona da cidade importa referir o Convento de São Francisco da Ponte ainda que a intervenção não esteja totalmente acabada<sup>160</sup>. Neste caso, uma fração do complexo arquitetónico religioso foi aproveitado para fins culturais, ligados à produção de eventos, reuniões, entre outros.

Defendemos apenas que não é ainda o suficiente ou mesmo que as realizações sejam conduzidas segundo as vias mais indicadas, muito menos no caso do Teatro Sousa Bastos.

Coimbra tem revelado um forte desleixo em relação a este assunto, pese embora a importância crescente da Alta na dinâmica urbana ou mesmo a sua recente inclusão na lista de bens do Património Mundial da Unesco.

São vários, aliás, os edifícios marcantes, de várias épocas e vocações, abandonados na cidade de Coimbra: a Quinta da Várzea, solar do século XVII; os complexos industriais da Fábrica de Cerveja ou da Triunfo, património industrial de relevo histórico e enorme

---

<sup>160</sup> De facto, esta requalificação a meu ver trouxe alguns aspetos positivos como a dinamização da zona de Santa Clara, permitindo atrair uma maior afluência de turistas e facilitando a própria projeção cultural do imóvel, porém é de ressaltar que em parte, a fachada perdeu a sua génese clerical que é comum encontrar em edifícios de características religiosas, não fosse o imóvel um antigo Convento Franciscano.

potencial urbano que estão em profundo abandono; ou finalmente na Avenida Fernão de Magalhães, um conjunto de infraestruturas, desde armazéns a Grémios ligados ao setor industrial e comercial, que estão completamente decrépitos e em ruína.

Urge tomar medidas. E esse é também o papel de cada cidadão.

É neste contexto que entra a importância da requalificação urbana, por forma a dar uma nova vida, uma nova oportunidade a imóveis cujo destino parece à partida estar totalmente condenado. É nesse sentido que o Cineteatro Sousa Bastos surge como caso de estudo, como proposta a refletir.

Para além da longa história que importa estudar e recuperar, torna-se urgente conferir-lhe um novo uso que possa justamente contar esse passado: enquanto Igreja de São Cristóvão, enquanto teatro, enquanto ruína.

O grande objetivo deste projeto é portanto reaproveitá-lo para aspetos culturais, estreitamente ligados à história da cidade e implicando na sua gestão, em rede, outros monumentos e dinâmicas, no sentido de o revitalizar e reaproveitar para bem da comunidade local e do desenvolvimento turístico e económico da própria cidade do Mondego. Dar-se-ia assim, um sinal de novas perspectivas, construindo um futuro dinâmico na promoção de atividades culturais e interativas, apelativo aos olhos dos turistas que a visitam, mas também e sobretudo dos próprios habitantes.

***FONTES E  
BIBLIOGRAFIA***



#### **4. Fontes e Bibliografia**

##### ***4.1. Fontes Impressas e Manuscritas***

###### **Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Coimbra**

Plantas provenientes da Câmara Municipal de Coimbra, referentes ao processo do imóvel Teatro Sousa Bastos (Processo n.º. 2139/32).

Plantas provenientes da Câmara Municipal de Coimbra, referentes ao processo do imóvel Teatro Sousa Bastos (Processo n.º. 1883/45).

Processo n.º. 01/2008/1541 (Projeto de Arquitetura – lic./auto. Obras edif.).

Processo n.º. 01/2008/2267 (Aditamento/Alterações/Projeto de Arquitetura – lic./auto. Obras edif./Projetos de Especialidades-infraestruturas/Junção de Elementos/Projeto de ITED e de Segurança/Projeto Elétrico/Engenharia).

Processo n.º. 01/2011/1534 (Projeto de Arquitetura/Junção de Elementos).

###### **Arquivo Histórico da Casa da Cultura**

Acta da sessão ordinária de 2/02/1911, Arquivo Histórico da CMC, livro 119, fl. 77 v e 78.

SILVA, Armando Carneiro da, *Anais do Município de Coimbra 1840-1869, Nota Preambular, Síntese e Índices*, Coimbra, Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Biblioteca Municipal, 1972-1973.

###### **Arquivo da Universidade de Coimbra**

C.A.P.O.C.U.C./Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra – Inventário da Série Processos/Demolições – 1943-1948.

Informações Paroquiais de 1721.

Livro de Mistos 1 de São Cristóvão (1614-1652), in PT/AUC/PAR/CBR38/001/0001.

Livro de Óbitos 1 de São Cristóvão (1651-1732), in PT/AUC/PAR/CBR38/004/0001.

Programas de Teatro de 1927-1928, in AUC/GCC/ILFS/ES/17.

Programas de Teatro de 1942, in AUC/GCC/ILFS/T5/36.

### **Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

Acervos provenientes do Instituto de Estudos Teatrais Dr. Jorge Faria

Álbum: Eduardo Brazão

Inventário: nº 27230

Cota: J. F. 23-8-2.

Álbum: Artistas Vários<sup>161</sup>

Inventário: nº 27231

Cota: J. F. 23-8-3.

Álbum: Palmira Bastos

Inventário: nº 27239

Cota: J. F. 23-8-11.

### **Biblioteca Municipal da Casa da Cultura**

*O Conimbricense*, 22/06/1907.

*Gazeta de Coimbra*, 3/09/1910.

*Gazeta de Coimbra*, 26/02/1913.

*Gazeta de Coimbra*, 29/11/1913.

*Gazeta de Coimbra*, 25/03/1914.

*Gazeta de Coimbra*, 28/03/1914.

---

<sup>161</sup> Desconhece-se o nome de identificação do Álbum, pelo que esta designação foi criada pela autora de forma a se poder fazer a distinção dos Álbuns consultados e selecionados para a complementação do projeto.

*Gazeta de Coimbra*, 24/02/1917.

*Gazeta de Coimbra*, 3/03/1917.

*Gazeta de Coimbra*, 10/03/1917.

*Gazeta de Coimbra*, 14/03/1917.

*Gazeta de Coimbra*, 17/03/1917.

*Gazeta de Coimbra*, 20/01/1921.

*Diário de Coimbra*, 18/09/1985.

*Diário de Coimbra*, 1/09/2010.

### **Outros Jornais**

*O Despertar*, 19/07/00.

Jornal Universitário de Coimbra, *a cabra*, 18 de Outubro de 2011.

*Diário de Coimbra*, 15 de Junho de 2014.

### **Coleções Particulares**

Anais do Município de Coimbra 1870-1889, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal – MCMXXXVII.

ANDRADE, Carlos Santarém (dir.), Arquivo Coimbrão, Boletim da Biblioteca Municipal, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., volume XXXIII-XXXIV, 1990-1992.

CALADO, Rafael Salinas, *Memórias de um estudante de Direito*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1942.

FONSECA, Augusto d'Oliveira Cardoso, *Outros Tempos ou Velharias de Coimbra 1850 a 1880*, Lisboa, Oficinas Typographica e de Encadernação, 1911.

LOUREIRO, José Pinto, *O Teatro em Coimbra Elementos para a sua História 1526-1910*, IX Centenário da Reconquista Cristã de Coimbra, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1959, Coimbra Editora Limitada, 1964.

### **Legislação**

Apêndice N° 4 – II Série – N° 5 – 7 de Janeiro de 2003 – Edital N° 14/2003 (2ª Série) – AP. – Câmara Municipal de Coimbra.

Aviso n° 6562: Diário da República, 2.ª série — N.º 62 — 30 de Março de 2010.

Aviso n° 8252: Diário da República, 2.ª série — N.º 66 — 4 de Abril de 2011.

Aviso n° 10548: Diário da República, 2ª série – N.º 151 – 6 de Agosto de 2012.

Diário da República, I Série – A, N.º 285 – 6 de Dezembro de 2004.

Diário da República, 1ª. Série - A – N.º155, Lei Constitucional n.º1/2005, art.º 62.º, 12 de Agosto de 2005.

Lei n° 6/2006 – Novo Regime do Arrendamento Urbano, DR de 27/02/2006.

Diário da República, III Série – N.º 64 – 30 de Março de 2006.

Diário da República, 1.ª Série – N.º50, Portaria n.º232/2008, art.º 11.º, 15.º e Anexos 1 e 3, de 11 de Março de 2008.

Diário da República, 1.ª Série – N.º62, Decreto-Lei n.º26/2010, art.º 4.º, de 30 de Março de 2010.

Diário da República, 1.ª Série – N.º62, art.º 4.º, de 30 de Março de 2010.

Diário da República, 2.ª série — N.º 234 — 3 de Dezembro de 2010.

Diário da República, 2.ª série — N.º 33 — 15 de Fevereiro de 2012.

Diário da República, 2.ª série — N.º 231 — 29 de Novembro de 2012.

Diário da República, 2.ª série — N.º 124 — 1 de Julho de 2014.

Diário da República, N.º 124, 2.ª Série, Aviso N.º 7635/2014.

#### **4.2. Bibliografia**

ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra: A Montagem do Cenário Urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

ALMEIDA, José António Ferreira de, *Tesouros Artísticos de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, Novembro de 1976.

Armorial Lusitano Genealogia e Heráldica, Lisboa, Editora Enciclopédia, Lda., 1961.

*A Velha Alta... Desaparecida*, Álbum Comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra, Coimbra, Livraria Almedina, 1984.

BASTOS, António de Sousa, *Dicionário de Teatro Português*, Coimbra, Minerva, 1994.

BORGES, Nelson Correia, *Coimbra e Região*, Lisboa, Presença, 1987.

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

CASTRO, Mário de, *À Margem da Questão Sebástica*, Coimbra, Ed. da Universidade Livre, 1925.

Código Civil, Coimbra, Almedina, 16ª Edição, 2012.

CORREIA, Virgílio; GONÇALVES, Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal, Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *A Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, Direcção Regional de Cultura do Centro, Ministério da Cultura, 2011.

DIAS, Pedro, *Coimbra Arte e História*, Coimbra, Livraria Minerva, 1988.

DIAS, Pedro, “Duas breves reflexões sobre a política de salvaguarda do património”, in CEFA (org.), *I curso de gestão do património cultural – Comunicações*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992.

DGOTDU, Vocabulário Urbanístico, 1994.

DOMINGUES, José Garcia, Estradas romanas e árabes, in “O Garb extremo do Ândalus e «Bortuqal» nos historiadores e geógrafos árabes”, in *Portugal e o Al-Andalus*, Lisboa, Hugin, 1997. Edição original em separata do “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa”, Julho-Dezembro, 1960.

ESPINOSA, Fernanda, *Antologia de textos históricos medievais*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1981.

FIGUEIREDO, A. C. Borges de, *Coimbra Antiga e Moderna*, Coimbra, Almedina, 1996.

FORTUNA, Carlos; GOMES, Carina; FERREIRA, Claudino; ABREU, Paula; PEIXOTO, Paulo, *A Cidade e o Turismo: Dinâmicas e Desafios do Turismo Urbano em Coimbra*, Coimbra, Almedina, 2012.

GAMBINI, Lígia Inês, *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999.

LOBO, Manuel da Costa, *Zonas de protecção aos monumentos*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983.

MATTOSO, José (dir./coord.), *Antes de Portugal*, in *História de Portugal*, vol.1, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

MATTOSO, José (dir./coord.), *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, in *História de Portugal*, vol.2, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

MATTOSO, José (dir./coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, in *História de Portugal*, vol.7, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária Salazarista 1926-1939*, Lisboa, Presença, 1978.

Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, *Os Colégios da Alta Coimbrã – Episódios da Vida Académica*, Coimbra, Exposição Documental, 1987.

REAL, Manuel Luís Campos de Sousa, *A Arte Românica de Coimbra: novos dados – novas hipóteses*, Porto, M. Real, 1974.

REAL, Manuel Luís Campos de Sousa, Congresso Internacional *Coimbra, Cidade Aberta. Celebrar 950 Anos do Tempo De D. Sesnando*. Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra. 23 e 24 de Outubro de 2014.

RODRIGUES, Jorge, *O Modo Românico*, Porto, Fubu Editores, cop. 2009.

ROSMANINHO, Nuno, “O Estado Novo e a Arte: A Cidade Universitária de Coimbra”, in *A História Tal Qual se Faz*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

SANTOS, Lusitano dos, *Alta de Coimbra - Que Futuro Para o Passado?*, in Actas do 2º Encontro sobre a Alta de Coimbra, realizado em 22 e 23 de Outubro de 1994, Coimbra, GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1995.

VASCONCELOS, Flórido de, *A Arte em Portugal*, Lisboa, Verbo Juvenil, 1975.

#### 4.3. Webgrafia

##### **Artigos em Formato Digital:**

BISCAIA, José Afonso, *A Reabilitação dos Centros Históricos*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2008.

Consultar: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2008003.pdf>

*Breve Evolução Histórica do Sistema Educativo*, in Sistema Educativo Nacional de Portugal, Ministério da Educação de Portugal.

Consultar: <http://www.oei.es/quipu/portugal/historia.pdf>

CRUZ, Nuno, 2ª Unidade de Intervenção (Proposta), *Bases para Intervenção/Documento Estratégico*, Coimbra Viva – Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), Dezembro de 2006.

Consultar: [http://www.coimbravivasru.pt/pdf/bases\\_para\\_intervencao\\_2unidade.pdf](http://www.coimbravivasru.pt/pdf/bases_para_intervencao_2unidade.pdf)

FERREIRA, Rui, *Sousa Bastos Recuperação e Reconversão do Antigo Teatro*, Coimbra, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011.

Consultar: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18404>

FORTUNA, Carlos, *Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 2006.

Consultar: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/254.pdf>

FORTUNA, Carlos; MENEGUELLO, Cristina, *Escombros da Cultura*, in XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 7-10 de Agosto de 2011.

Consultar:

[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307133841\\_ARQUIVO\\_EscombrosdaCulturaLUSOAFROBRASversaox.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307133841_ARQUIVO_EscombrosdaCulturaLUSOAFROBRASversaox.pdf)

MACHADO, Armando Ginestal, *Linhas Gerais Para o Programa Museológico*, Entroncamento, Complexo Ferroviário do Entroncamento, Fundação Museu Nacional Ferroviário, 2005.

Consultar: <http://www.fmnf.pt/Upload/Cms/Archive/Linhas%20gerais%20plano%20museologico.pdf>

MADEIRA, Sérgio; SILVA, Maria Antónia Lucas da, *Vestígios Arqueológicos na Alta de Coimbra: Redescobrir a Igreja de S. Cristóvão*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2006-2007.

Consultar: <http://gch.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2012/06/Vestigios-Arqueologicos-na-Alta-de-Coimbra-Redescobrir-a-Igreja-de-S-Cristovao.pdf>

MARTINS, Armando Alberto, *Dois Bispos Portugueses da Segunda Metade do Século XII*, Lisboa, Revista de História de Arte (nº7), Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

Consultar: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1171.pdf>

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João, *A Revitalização Urbana – Contributos para a Definição de um Conceito Operativo*, Cidades - Comunidades e Territórios, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, 2006.

Consultar: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3428>



PEIXOTO, Paulo, *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

Consultar: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>

PÉREZ GONZÁLEZ, José María (dir.), *Arte Românica em Portugal* (coord. científica de Lúcia Rosas e Maria Leonor Botelho), Aguilar de Campoo, Fundación Santa María la Real, 2010.

Consultar: [http://sgfm.elcorteingles.es/SGFM/FRA/recursos/doc/Libros/879611670\\_1042012165947.pdf](http://sgfm.elcorteingles.es/SGFM/FRA/recursos/doc/Libros/879611670_1042012165947.pdf)

Rede Social Coimbra, *Diagnóstico Social Concelho de Coimbra*, Coimbra, Conselho Local de Acção Social de Coimbra, 2010.

Consultar: [https://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=161&Itemid=364](https://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=161&Itemid=364)

ROSSA, Walter, *Diversidade urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001.

Consultar:

[https://www.academia.edu/3110632/Diversidade\\_urbanografia\\_do\\_espa%C3%A7o\\_de\\_Coimbra\\_at%C3%A9\\_ao\\_estabelecimento\\_definitivo\\_da\\_Universidade](https://www.academia.edu/3110632/Diversidade_urbanografia_do_espa%C3%A7o_de_Coimbra_at%C3%A9_ao_estabelecimento_definitivo_da_Universidade)

ROSSA, Walter, “O Espaço de Coimbra da instalação da urbanidade ao fim do antigo regime”, in *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, Divisão de Informação Geográfica e Solos, 2006.

Consultar: [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/679\\_17.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/679_17.pdf)

SILVA, Armando Coelho Ferreira da, “A(s) Ciência(s) do Património: Notas para a fundamentação e enquadramento da conservação e restauro”, *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, vol.1, I Série, Porto, 2002.

Consultar: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3571.pdf>

TUNA, Catarina; TEIXEIRA, J., *O Novo Regime de Arrendamento Urbano e o seu Impacto na Reabilitação Urbana. Caso de Estudo.*, Coimbra, Congresso Construção – 3º Congresso Nacional, Universidade de Coimbra, 2007.

Consultar:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9048/2/O%20NOVO%20REGIME%20DE%20ARRENDAMENTO%20URBANO%20E%20O%20SEU.pdf>

**Sites de Imagem:** *(20:25h/6 de Setembro de 2015)*

[http://photos1.blogger.com/hello/10/9241/1024/Ponte%20do%20%20\(1\).jpg](http://photos1.blogger.com/hello/10/9241/1024/Ponte%20do%20%20(1).jpg) (fotografia da capa)

<https://marioruivo.files.wordpress.com/2013/06/046.jpg>

<http://historiageografiadeportugal.blogspot.pt/p/visitas-de-estudo.html>

<http://www.uc.pt/bguc/Documentos2011/745>

<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Coimbra1855.jpg>

<http://www.diariocoimbra.pt/noticias-edicao/2013-06-23>

<http://visao.sapo.pt/users/134/13415/1051v7coimbra-7464.jpg>

<http://www.metromondego.pt/Projecto/MapadeRede/tabid/64/Default.aspx>

<http://www.metromondego.pt/Projecto/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/%C3%81readeImplanta%C3%A7%C3%A3o/tabid/71/Default.aspx>

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1626](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1626)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_de\\_Sousa\\_Bastos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Sousa_Bastos)

<http://www.arqnet.pt/portal/imagensemamnal/abril01.html>

<http://www.tipografos.net/magazines/abc-revista-portugal.html>

<http://www.decoist.com/2013-01-20/art-deco-interior-design-furniture/>

[http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/CoimbraPostais/013\\_Coimbra.jpg](http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/CoimbraPostais/013_Coimbra.jpg)

<http://photos1.blogger.com/x/blogger/2431/3700/1600/455752/CoimbraAntiga-24-SNova.jpg>

<http://www.forumcoimbra.com/forum/viewtopic.php?f=36&t=2137&start=240>

[http://filatelica.aac.uc.pt/imagens/postal\\_igrejastacruz\\_car19080725.jpg](http://filatelica.aac.uc.pt/imagens/postal_igrejastacruz_car19080725.jpg)

<http://s39.photobucket.com/user/luisistico/media/P7051346.jpg.html>

<http://www.forumcoimbra.com/forum/viewtopic.php?f=31&t=16850>

[http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006\\_03\\_26\\_archive.html](http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006_03_26_archive.html)

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=499955210162620&set=gm.478071932359720&type=1&theater>

**Sites de Pesquisa:** *(20:25h/6 de Setembro de 2015)*

<http://www.publico.pt/local/noticia/reabilitacao-em-edificios-apagou-identidade-historica-da-alta-de-coimbra-1681305>

<http://www.coimbravivasru.pt/unesco.php>

<http://worldheritage.uc.pt/pt/>

<http://www.metromondego.pt/Projecto/OSMM/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/tabid/170/Default.aspx>

<http://www.metromondego.pt/Projecto/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/Vantagens/tabid/72/Default.aspx>

<http://www.metromondego.pt/Projecto/PontodeSitua%C3%A7%C3%A3o/tabid/180/Default.aspx>

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70502/>

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70529/>

<http://noticias.sapo.pt/infolocal/artigo/1218415>

<http://coimbratv.net/2014/06/centro-habitacional-vai-nascer-no-teatro-sousa-bastos/>

[https://www.facebook.com/groups/147950875371829/478071932359720/?comment\\_id=478086759024904&notif\\_t=like](https://www.facebook.com/groups/147950875371829/478071932359720/?comment_id=478086759024904&notif_t=like)



## 5. Anexos

### 5.1. Iconografia

#### Plantas

#### Centro Histórico de Coimbra

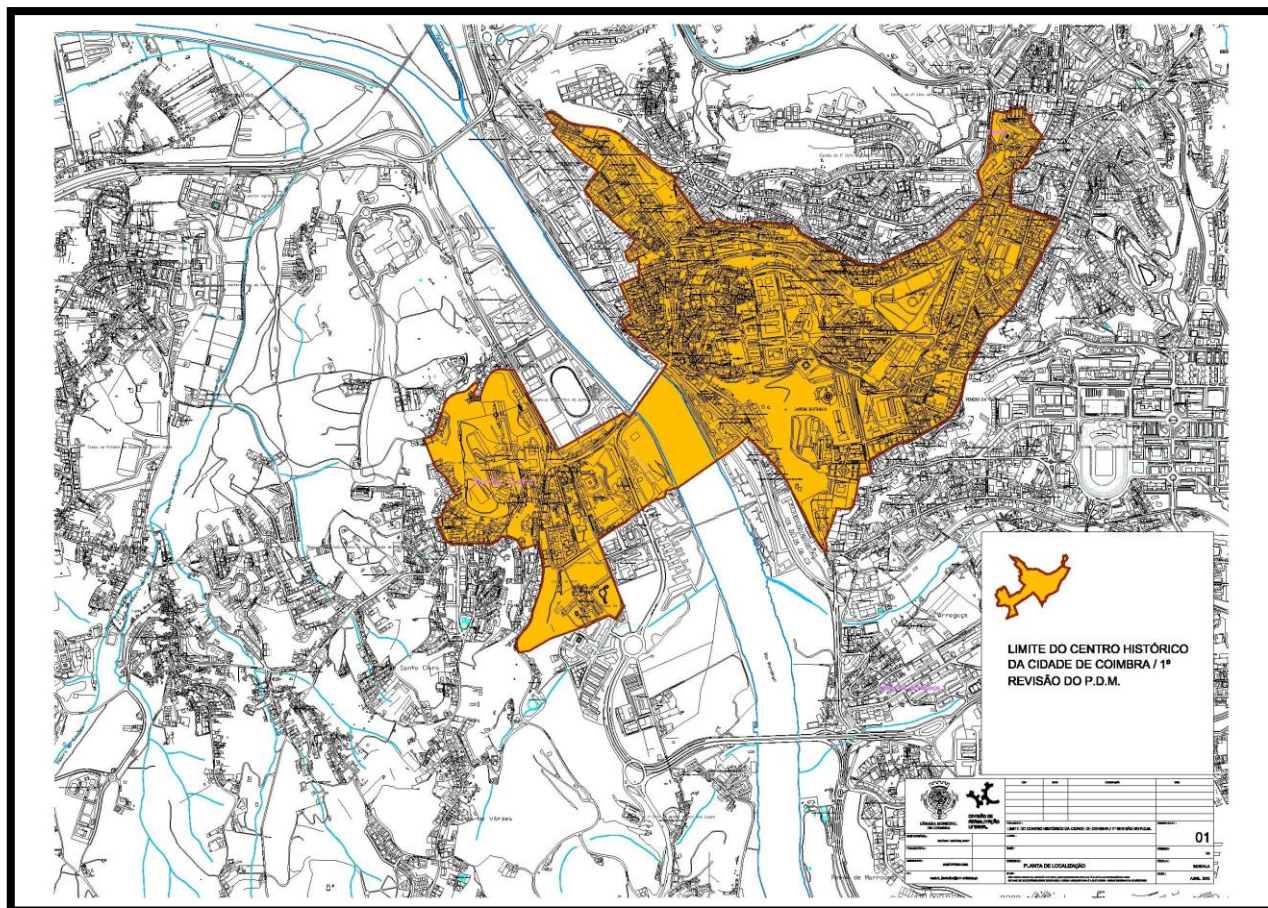


Fig. 37 - Limite do Centro Histórico da Cidade de Coimbra<sup>162</sup>.

<sup>162</sup> Imagem cedida pelo Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra.

**Fotografias de Época**

Alta Coimbra



Fig. 38 - Universidade de Coimbra, Via Latina, durante as primeiras décadas do século XX<sup>163</sup>.



Fig. 39 - Pormenor da fachada de São João de Almedina e da Sé Nova localizada na Alta coimbrã<sup>164</sup>.

<sup>163</sup> Consultar: [http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/CoimbraPostais/013\\_Coimbra.jpg](http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/CoimbraPostais/013_Coimbra.jpg)

<sup>164</sup> Consultar: <http://photos1.blogger.com/x/blogger/2431/3700/1600/455752/CoimbraAntiga-24-SNova.jpg>

Baixa Coimbrã



Fig. 40 - Rua Ferreira Borges

retratada durante o século XX. Esta rua, onde outrora existia o grande comércio tradicional, estende-se desde o Largo da Portagem até à Igreja de São Tiago. A partir desta igreja prolonga-se para a Rua Visconde da Luz que vai dar à Praça 8 de Maio, onde se encontra a Igreja de Santa Cruz<sup>165</sup>.

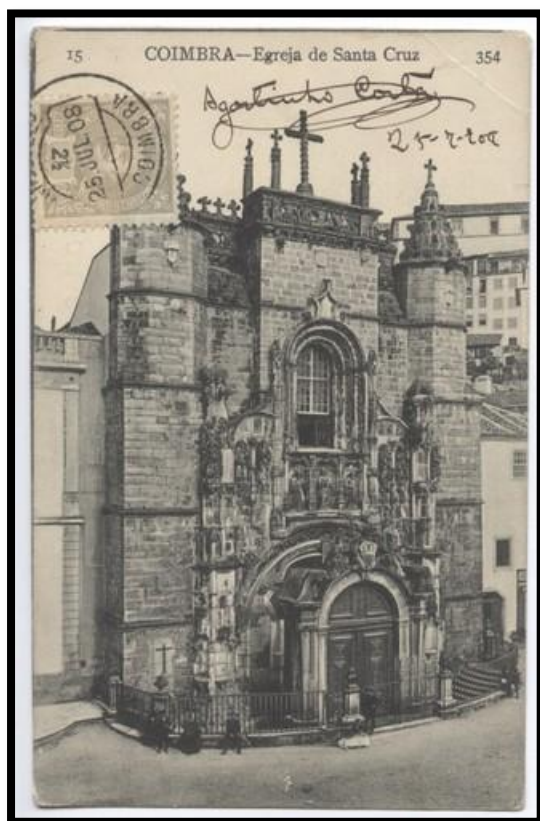


Fig. 41 - Igreja de Santa Cruz (1908), localizada na Praça 8 de Maio, na Baixa de Coimbra, com pormenor do gradeamento que a cercava<sup>166</sup>.

<sup>165</sup> Consultar: <http://www.forumcoimbra.com/forum/viewtopic.php?f=36&t=2137&start=240>

<sup>166</sup> Consultar: [http://filatelica.aac.uc.pt/imagens/postal\\_igrejastacruz\\_car19080725.jpg](http://filatelica.aac.uc.pt/imagens/postal_igrejastacruz_car19080725.jpg)

Santa Clara



Fig. 42 - Vista de Santa Clara, fotografia do início do século XX (1900)<sup>167</sup>.

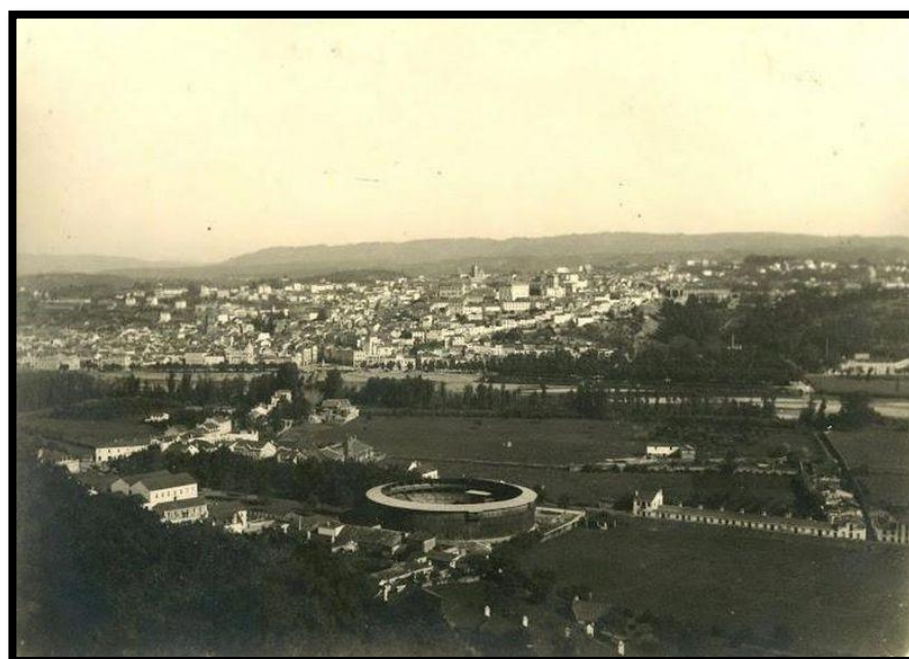


Fig. 43 - Coliseu de Coimbra, inaugurado a 26 de Julho de 1925, tendo albergado vários espetáculos, inclusive touradas, uma vez que se tratava de uma praça de touros, sendo a última corrida realizada a 17 de Julho de 1934<sup>168</sup>.

<sup>167</sup> Consultar: <http://s39.photobucket.com/user/luisistico/media/P7051346.jpg.html>

<sup>168</sup> Consultar: <http://www.forumcoimbra.com/forum/viewtopic.php?f=31&t=16850>



**O Românico do Centro Histórico de Coimbra**

Espólio Escultórico e Arquitetónico



Fig. 44 - Conjunto de dezassete capitéis em calcário do século XII referentes à extinta Igreja de São Pedro, localizada na Alta Coimbra, preservadas no Museu Nacional Machado de Castro<sup>169</sup>.

<sup>169</sup> Imagens cedidas pelo Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra, na pessoa do Dr. Pedro Miguel Ferrão.

**De Igreja de São Cristóvão a Cinetatro Sousa Bastos**

Espólio Escultórico e Arquitetónico



Fig. 45 - Conjunto de oito capitéis em calcário datado do século XII, preservados no Museu Nacional Machado de Castro referentes à extinta Igreja de São Cristóvão (Alta de Coimbra)<sup>170</sup>.

<sup>170</sup> Imagens cedidas pelo Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Virgínia Gomes.



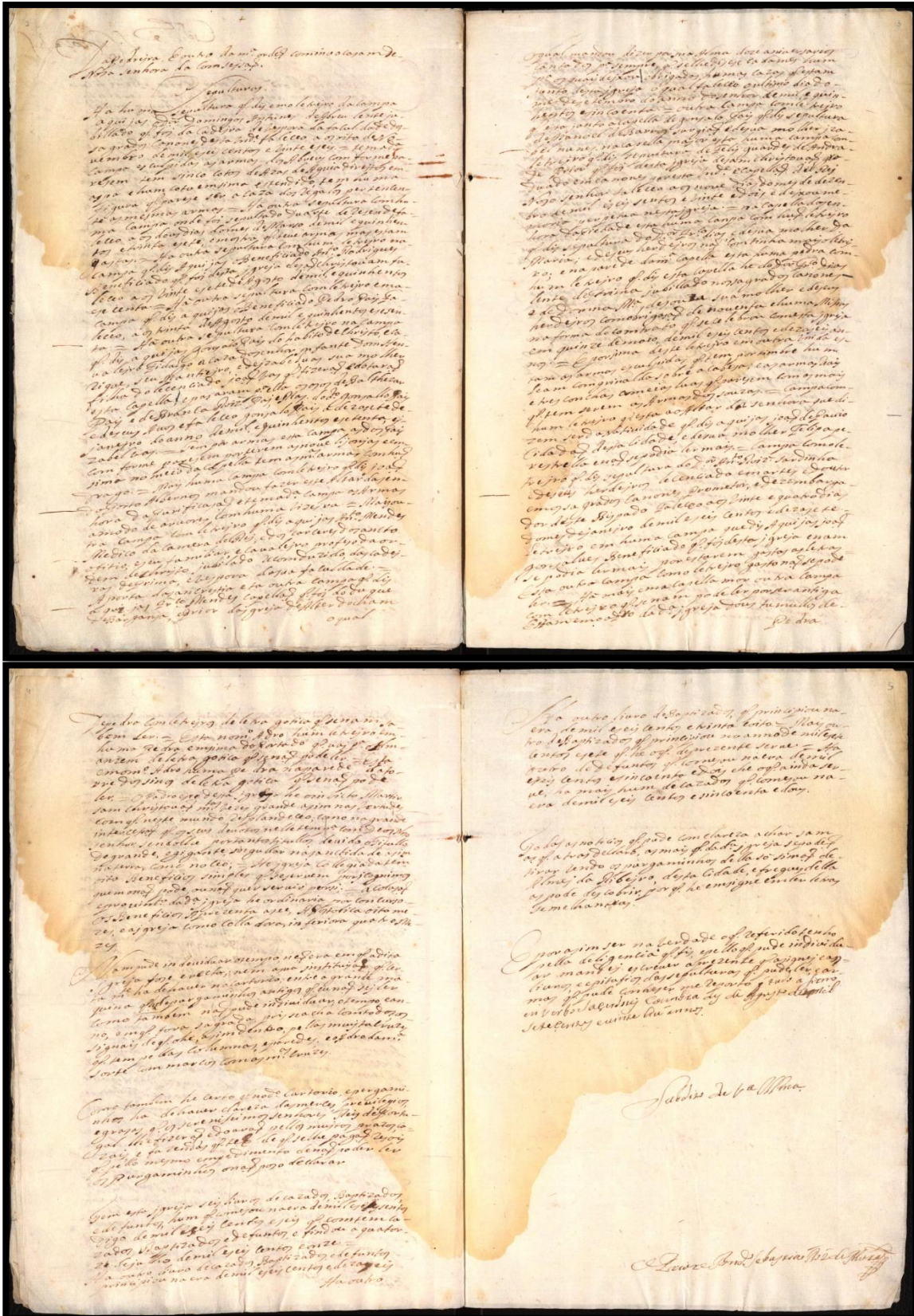


Fig. 46 - Paroquiais de 1721 referente à extinta Igreja de São Cristóvão<sup>171</sup>.

<sup>171</sup> Informações Paroquiais de 1721.

Plantas da Sé Velha e de São Cristóvão

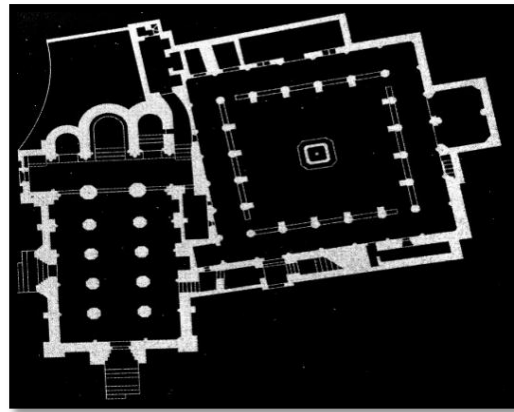
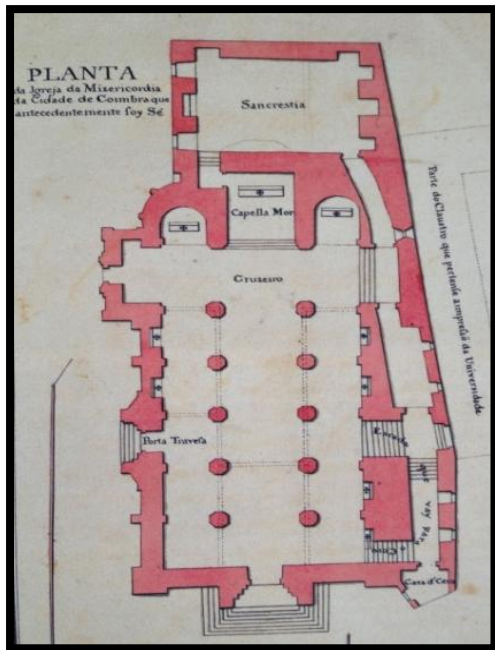
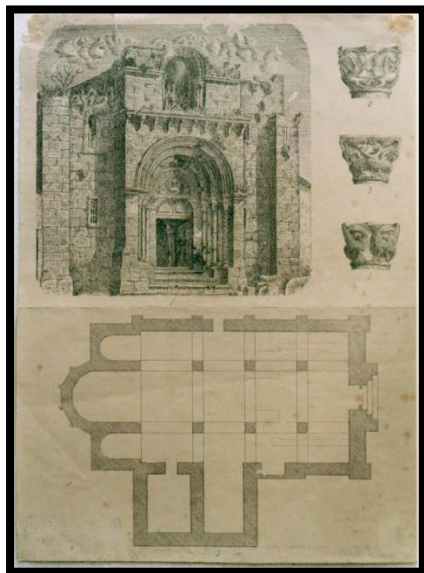
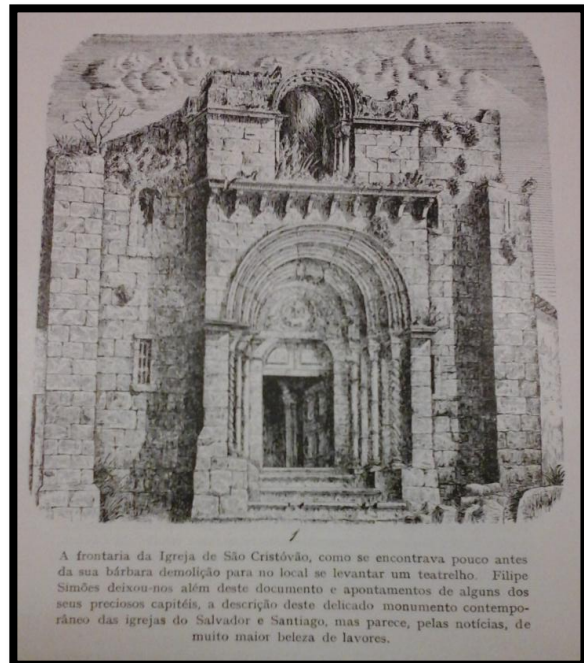


Fig. 47 - Plantas arquitetónicas da Igreja da Sé Velha, a do lado esquerdo remontando à Reforma Pombalina (século XVIII), e a outra referente à planta original<sup>172</sup>.

Fig. 48 - Antiga Igreja de São Cristóvão (século XII), localizada na Alta coimbrã, que deu lugar em 1860 ao Teatro D. Luís I, e em 1913 passou a ser designado por Teatro Sousa Bastos<sup>173</sup>.



A frontaria da Igreja de São Cristóvão, como se encontrava pouco antes da sua bárbara demolição para no local se levantar um teatrelho. Filipe Simões deixou-nos além deste documento e apontamentos de alguns dos seus preciosos capitéis, a descrição deste delicado monumento contemporâneo das igrejas do Salvador e Santiago, mas parece, pelas notícias, de muito maior beleza de labores.

Fig. 49 - Respetiva planta arquitetónica e alguns capitéis da extinta Igreja de São Cristóvão em Coimbra<sup>174</sup>.

<sup>172</sup> Imagem cedida pela Dr.<sup>a</sup> Luísa Trindade.

<sup>173</sup> SILVA, Armando Carneiro da, *Anais do Município de Coimbra 1840 – 1869, Nota Preambular, Síntese e Índices*, Coimbra, Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Biblioteca Municipal, 1972-1973, p.336.

<sup>174</sup> Imagem cedida pelo Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Virgínia Gomes.

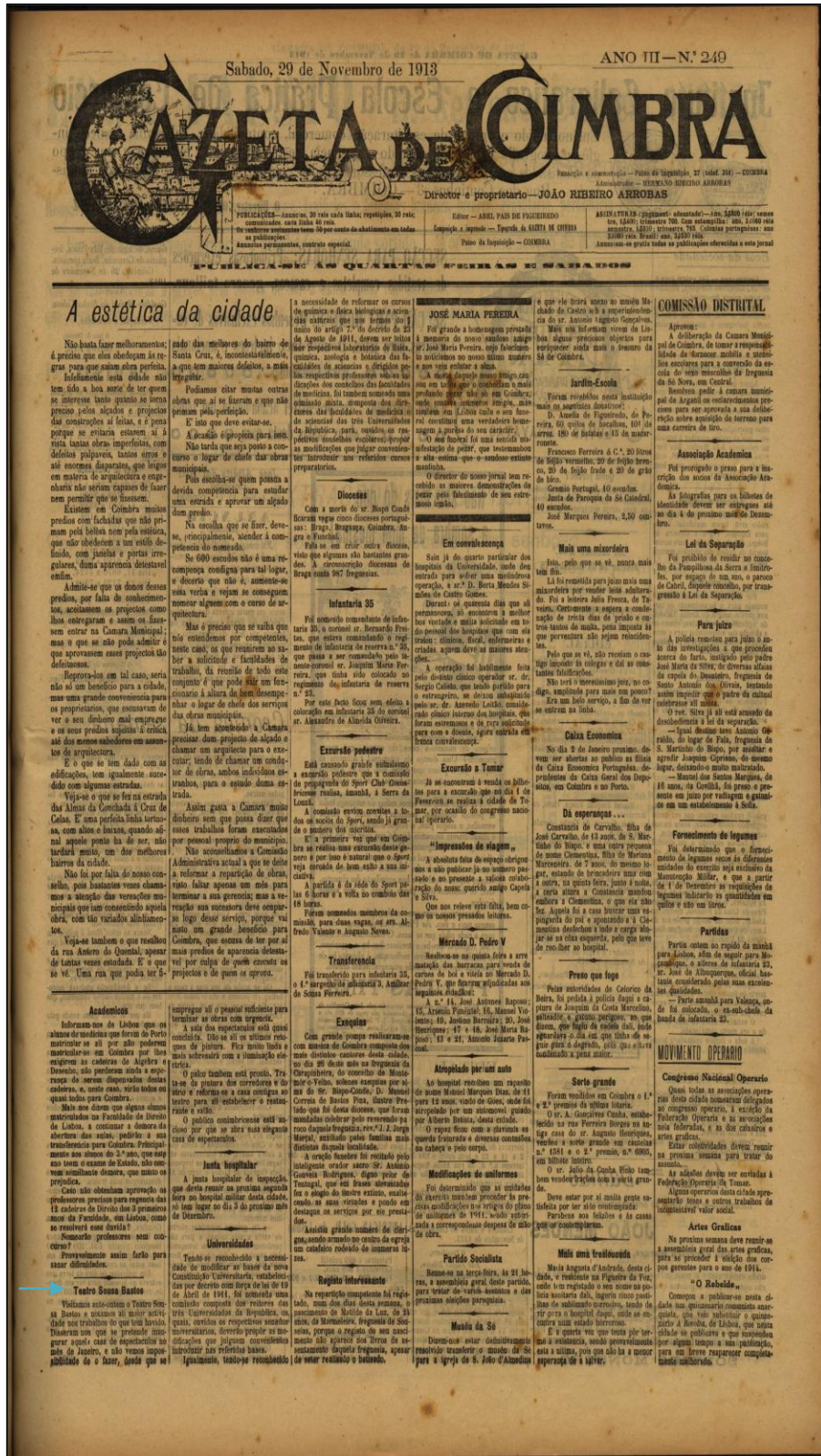


Fig. 50 - Gazeta de Coimbra de 29 de Novembro de 1913, com notícias sobre o Teatro

Sousa Bastos 175.

Sabado, 24 de Fevereiro de 1917

Camaras municipais

Poucos são as camaras municipais do país que não tenham a sua freguesia...

Os encargos, são de fazer, que sobre eles recaem, servem extraordinariamente...

Labores transformam-se em duas mais fontes de rendimento da freguesia...

Mr. Paul Mesplé O nome illustre correspondente de Paris realisa uma conferencia em Nice em homenagem a Portugal...

Temos presente dois dias de Nice. O Editor de Jornal e Le Figaro, que se referem a conferencia que ali se realizou...

Quem quiser ver o estado que se tem feito em Coimbra nos ultimos tres annos...

Mr. Paul Mesplé é um grande amigo de Portugal. Temos tratado todos os seus...

Os municipios costam obstar, com os seus empenhos proprios, mais não é raro o poderio efectivo e legislativo...

As suas conferencias são acompanhadas de projectos terminados que os terminos mais interessantes e curiosos.

Publicação mensal para a industria e commercio, mais de 1000 publicações...

Energia electrica Continuação hoje a publicar a proposta de E. L. S. a apresentação da Camara Municipal...

Uma nova fonte de energia A electricidade e a energia ligadas tem muita utilidade...

Justo pedido Os artigos distribuidos no supplemento da Gazeta de Coimbra...

PRISAO-VENTRE O Sr. Manoel de Fátima, proprietário da casa n.º 12 da rua de S. João...

Defesa e Propaganda Recomeçamos a publicação da Gazeta de Coimbra...

Preparativos para a recepção do illustre jornalista D. Alvaro Carreras No ultimo domingo...

Subsistencia Pelo Govern. Civil foi publicado um edital pelo qual se publicou...

Despacho de justiça Proveniente de 1.º Gabinete de Legacia de Coimbra...

Passa-se Um estabelecimento de negocios de Coimbra...

Escritorio lorense ALVARO AGUIAR, advogado...

Deposito de carvão e lenha serrada 26-RUA DA NOGUEIRA-32 Entrega nos domicilios sem aumento de preço...

Uma nova fonte de energia A electricidade e a energia ligadas tem muita utilidade...

Justo pedido Os artigos distribuidos no supplemento da Gazeta de Coimbra...

PRISAO-VENTRE O Sr. Manoel de Fátima, proprietário da casa n.º 12 da rua de S. João...

Defesa e Propaganda Recomeçamos a publicação da Gazeta de Coimbra...

Preparativos para a recepção do illustre jornalista D. Alvaro Carreras No ultimo domingo...

Subsistencia Pelo Govern. Civil foi publicado um edital pelo qual se publicou...

Despacho de justiça Proveniente de 1.º Gabinete de Legacia de Coimbra...

Passa-se Um estabelecimento de negocios de Coimbra...

Escritorio lorense ALVARO AGUIAR, advogado...

CRONICA DA SEMANA

O conselho de mesa da Junta de Freguesia de S. João de Coimbra...

Uma nova fonte de energia A electricidade e a energia ligadas tem muita utilidade...

Justo pedido Os artigos distribuidos no supplemento da Gazeta de Coimbra...

PRISAO-VENTRE O Sr. Manoel de Fátima, proprietário da casa n.º 12 da rua de S. João...

Defesa e Propaganda Recomeçamos a publicação da Gazeta de Coimbra...

Preparativos para a recepção do illustre jornalista D. Alvaro Carreras No ultimo domingo...

Subsistencia Pelo Govern. Civil foi publicado um edital pelo qual se publicou...

Despacho de justiça Proveniente de 1.º Gabinete de Legacia de Coimbra...

Passa-se Um estabelecimento de negocios de Coimbra...

Escritorio lorense ALVARO AGUIAR, advogado...

Fig. 51 - Gazeta de Coimbra de 24 de Fevereiro de 1917, com noticias sobre o Teatro Sousa Bastos 176





Documentação Impressa



Fig. 53 - Conferência realizada no Teatro Sousa Bastos, a convite da Universidade Livre, no dia 19 de Março de 1925<sup>178</sup>.

Fig. 54 - 2º Concerto Popular realizado pelo Sr. Dr. Câmara Leite, a decorrer em Coimbra, no Teatro Sousa Bastos, dia 9 de Maio de 1925<sup>179</sup>.

UNIVERSIDADE LIVRE  
COIMBRA

2.º CONCERTO POPULAR  
Organizado pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Câmara Leite

TEATRO SOUSA BASTOS  
Graciosamente cedido pela empresa Abreu & Cabral

Sábado, 9 de Maio de 1925

Às 20 e meia horas prefixas

PROGRAMA

Palestra sobre a música a executar e seus autores pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Constantino Cardoso

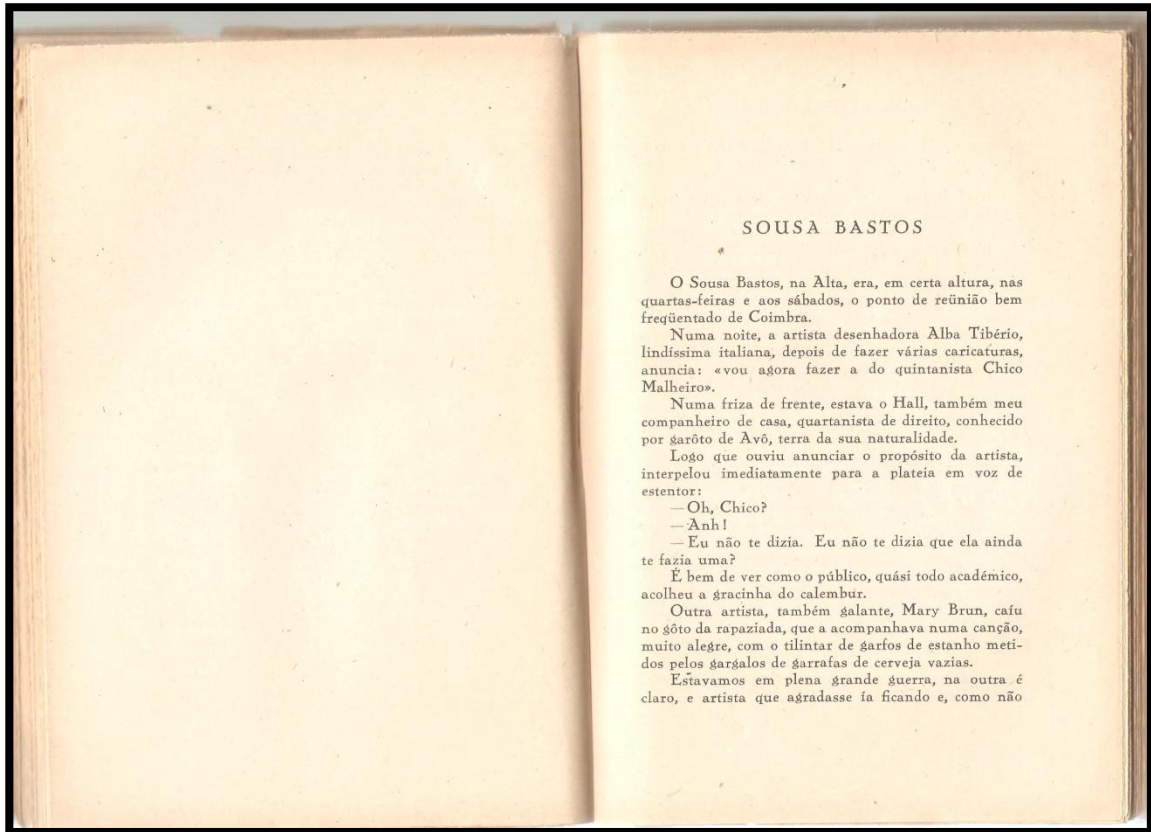
1.ª PARTE	2.ª PARTE
1) — Moment Musical — Schubert	5) — Sérénade — Schubert
2) — Réverie (solo de violino) — Pelo autor	6) — Sorenetta — Dvlla, solo de violino pelo académico Aníbal de Almeida.
3) — Murmúrios da floresta — Liszt, solo de piano pela Ex. <sup>ma</sup> Sr. <sup>a</sup> D. Luisa Figueira.	7) — Estudo de Paganini — Violino solo pelo Ex. <sup>mo</sup> sr. D. José Pais
4) — Menuet — Beethoven	8) — Réverie — Schuman
	9) — Menuet — Bocherini.

O piano é um bom **Rönisch** obsequiosamente cedido pela casa **Canto, Limitada** da Praça da República.

ENTRADA FRANCA

<sup>178</sup> CASTRO, Mário de, *À Margem da Questão Sebástica*, Coimbra, Ed. da Universidade Livre, 1925, capa.

<sup>179</sup> Consultar: [http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006\\_03\\_26\\_archive.html](http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006_03_26_archive.html)



SOUSA BASTOS

O Sousa Bastos, na Alta, era, em certa altura, nas quartas-feiras e aos sábados, o ponto de reunião bem frequentado de Coimbra.

Numa noite, a artista desenhadora Alba Tibério, lindíssima italiana, depois de fazer várias caricaturas, anuncia: «vou agora fazer a do quintanista Chico Malheiro».

Numa friza de frente, estava o Hall, também meu companheiro de casa, quartanista de direito, conhecido por garoto de Avô, terra da sua naturalidade.

Logo que ouviu anunciar o propósito da artista, interpelou imediatamente para a plateia em voz de estentor:

— Oh, Chico?

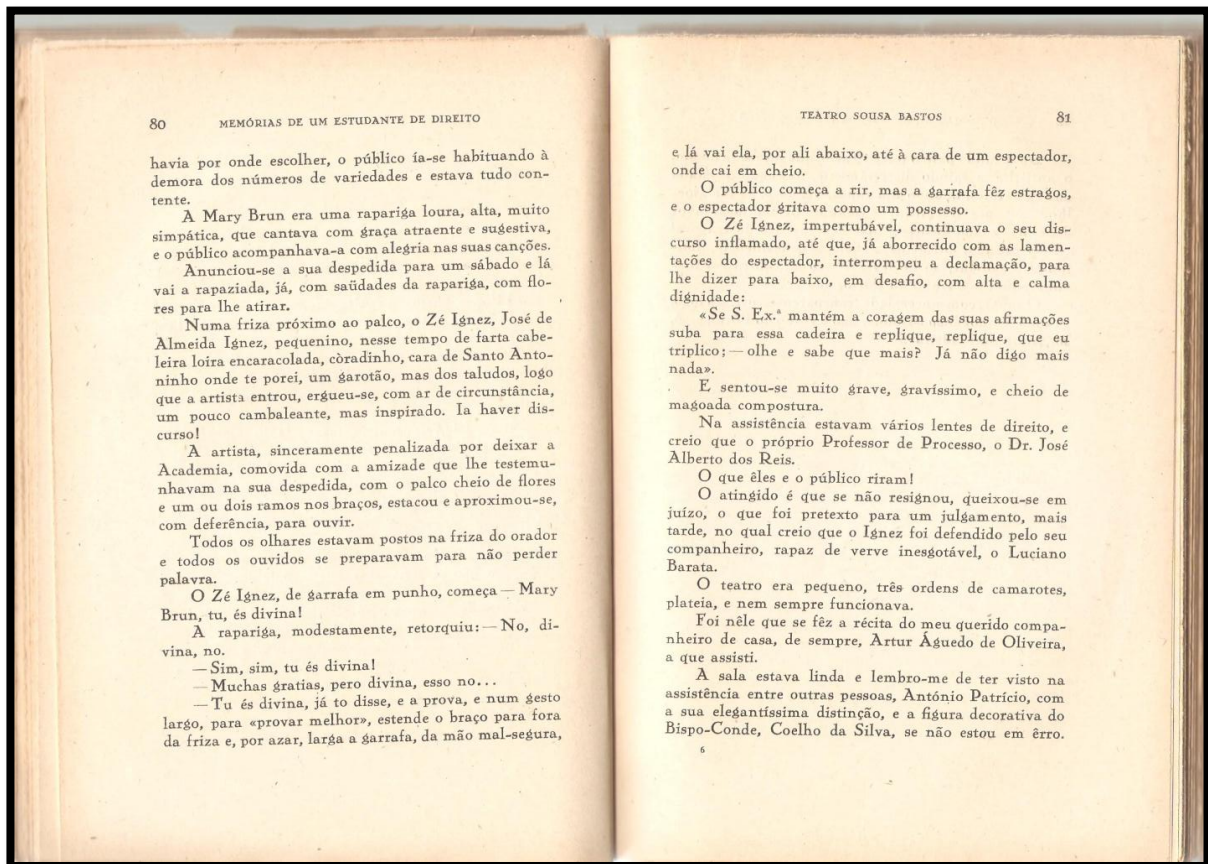
— Anh!

— Eu não te dizia. Eu não te dizia que ela ainda te fazia uma?

É bem de ver como o público, quasi todo académico, acolheu a gracinha do calembur.

Outra artista, também galante, Mary Brun, cafu no gôto da rapaziada, que a acompanhava numa canção, muito alegre, com o tilintar de garfos de estanho metidos pelos gargalos de garrafas de cerveja vazias.

Estavamos em plena grande guerra, na outra é claro, e artista que agradasse ia ficando e, como não



havia por onde escolher, o público ia-se habituando à demora dos números de variedades e estava tudo contente.

A Mary Brun era uma rapariga loura, alta, muito simpática, que cantava com graça atraente e sugestiva, e o público acompanhava-a com alegria nas suas canções.

Anunciou-se a sua despedida para um sábado e lá vai a rapaziada, já, com saudades da rapariga, com flores para lhe atirar.

Numa friza próximo ao palco, o Zé Ignez, José de Almeida Ignez, pequenino, nesse tempo de farta cabeleira loira encaracolada, coradinho, cara de Santo Antãozinho onde te porei, um garotão, mas dos taludos, logo que a artista entrou, ergueu-se, com ar de circunstância, um pouco cambaleante, mas inspirado. Ia haver discurso!

A artista, sinceramente penalizada por deixar a Academia, comovida com a amizade que lhe testemunhavam na sua despedida, com o palco cheio de flores e um ou dois ramos nos braços, estacou e aproximou-se, com deferência, para ouvir.

Todos os olhares estavam postos na friza do orador e todos os ouvidos se preparavam para não perder palavra.

O Zé Ignez, de garrafa em punho, começa — Mary Brun, tu, és divina!

A rapariga, modestamente, retorquiu: — No, divina, no.

— Sim, sim, tu és divina!

— Muchas graças, pero divina, esso no...

— Tu és divina, já to disse, e a prova, e num gesto largo, para «provar melhor», estende o braço para fora da friza e, por azar, larga a garrafa, da mão mal-segura,

e lá vai ela, por ali abaixo, até à cara de um espectador, onde cai em cheio.

O público começa a rir, mas a garrafa fez estragos, e o espectador gritava como um possesso.

O Zé Ignez, impertubável, continuava o seu discurso inflamado, até que, já aborrecido com as lamentações do espectador, interrompeu a declamação, para lhe dizer para baixo, em desafio, com alta e calma dignidade:

«Se S. Ex.<sup>a</sup> mantém a coragem das suas afirmações suba para essa cadeira e replique, replique, que eu triplico; — olhe e sabe que mais? Já não digo mais nada».

E sentou-se muito grave, gravíssimo, e cheio de magoada compostura.

Na assistência estavam vários lentes de direito, e creio que o próprio Professor de Processo, o Dr. José Alberto dos Reis.

O que eles e o público riram!

O atingido é que se não resignou, queixou-se em juízo, o que foi pretexto para um julgamento, mais tarde, no qual creio que o Ignez foi defendido pelo seu companheiro, rapaz de verve inesgotável, o Luciano Barata.

O teatro era pequeno, três ordens de camarotes, plateia, e nem sempre funcionava.

Foi nele que se fez a récita do meu querido companheiro de casa, de sempre, Artur Águedo de Oliveira, a que assisti.

A sala estava linda e lembro-me de ter visto na assistência entre outras pessoas, António Patrício, com a sua elegantíssima distinção, e a figura decorativa do Bispo-Conde, Coelho da Silva, se não estou em erro.

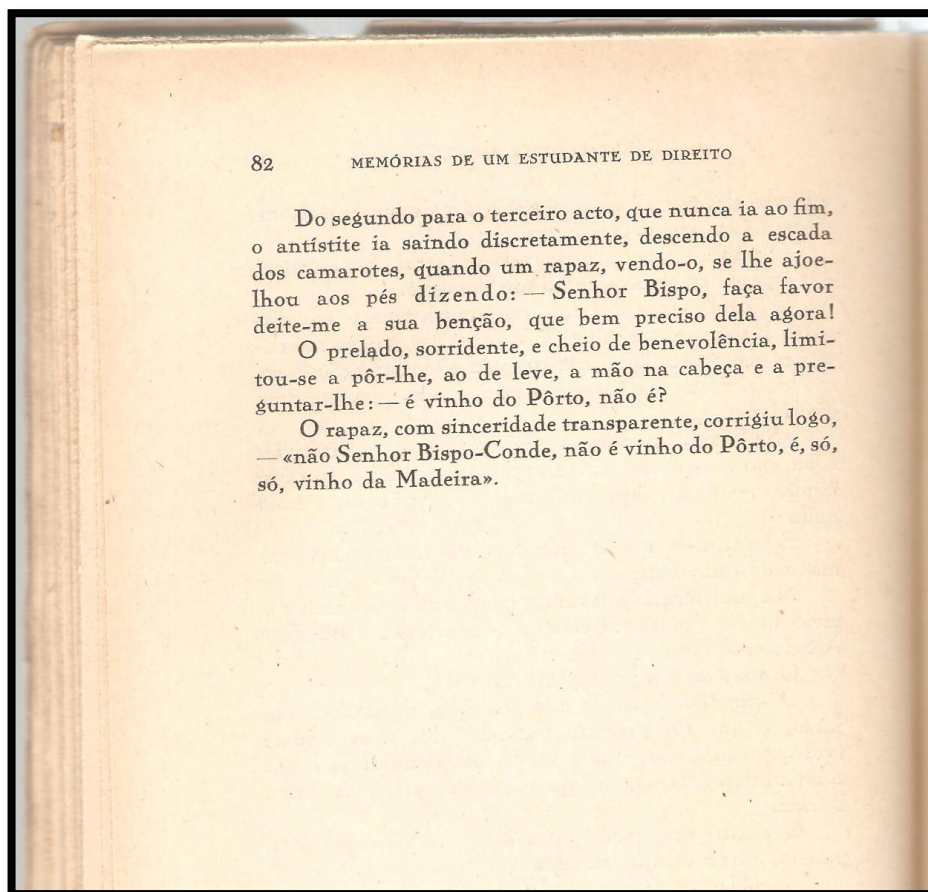


Fig. 55 - Pequenas referências sobre a vida social coimbrã e a atividade artística que o Teatro Sousa Bastos recebia e apresentava ao público<sup>180</sup>.

<sup>180</sup> CALADO, Rafael Salinas, *Memórias de um estudante de Direito*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1942, pp.79-82.

Artistas Portugueses dos Séculos XIX e XX



Fig. 56 - Conjunto de fotografias de Palmira Bastos, uma das atrizes portuguesas mais conhecidas, mulher do empresário teatral António de Sousa Bastos, celebrizada pela peça «*As Árvores Morrem de Pé*»<sup>181</sup>.



Fig. 57 - Conjunto de duas fotografias, nomeadamente do autor Eduardo Brazão e da atriz Augusta Cordeiro<sup>182</sup>.

<sup>181</sup> Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Teatrais Dr. Jorge Faria, in *Álbum de Palmira Bastos* (Inventário nº: 27239; Cota: J. F. 23-8-11).

<sup>182</sup> Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Teatrais Dr. Jorge Faria, in respetivamente *Álbum de Eduardo Brazão* (Inventário nº: 27230; Cota: J. F. 23-8-2) e *Álbum: Artistas Vários* (Inventário nº: 27231; Cota: J. F. 23-08-3).

Cartazes de Cinema do Sousa Bastos

**ESTREIA-COLOSSO!!!**  
 A continuação do célebre filme  
**TEIA DE ARANHA**  
 No maior assombro de séries  
**O PARCEIRO DO DIABO**  
 Um fenómeno de imaginação  
 Quem é o TERROR-INVISIVEL?  
 Quem o QUÍMICO-FANTASMA?

**Sousa Bastos**  
Emp. Sousa Bastos, Limitada  
 P. Joaquim A. de Aguiar - Coimbra - Telef 1082

**O filme que entusiasma as multidões!**

**HOJE**  
 Sábado, 17 de Janeiro  
 Saídas às 21 h.



Um prodígio fantástico

**WARREN HULL**  
 EPISÓDIOS

Uma sombra na parede  
 Uma armadilha de veneno  
 O Parceiro do Diabo  
 Jogando a vida

Uma morte invisível  
 as 8 horas  
 logo da traição

ORDEM DO ESPECTACULO		PREÇOS	
Abertura Musical	O Parceiro do Diabo	2.ª Plateia . . . .	1500
Documentário Português	INTERVALO	1.ª Plateia . . . .	3500
O Parceiro do Diabo	O Parceiro do Diabo	Balcão central . . .	3850
INTERVALO		Balcão lateral . . .	2500

Se por qualquer motivo imprevisto o espectáculo for interrompido depois de principiado, a Empresa não é obrigada a restituir a importância dos bilhetes.

1000 ex. - Coimbra, Casa Minerva, 10-11-1941

**Formidável Acontecimento**

**HOJE**  
 Quinta-feira,  
 1 de Janeiro

**Sousa Bastos**  
Emp. Sousa Bastos, Limitada  
 P. Joaquim A. de Aguiar - Coimbra - Telef 1082

**HOJE**  
 Matinée às 15 h. e 30  
 Saídas às 20 h. e 45

O MAIS EMPOLGANTE FILME DE AVENTURAS  
 A mais extraordinária produção de episódios

**A Legião dos Zorros**

Tudo nesta obra é valentia e emoção  
 Quem é o cavaleiro mascarado?  
 Quem é o terror dos criminosos?  
 Quem é o Zorro?  
 Um filme que não tem rival

Episódios fenomenais

O "Z.", de fogo	Inundação mortal
A ponte da morte	O carro misterioso
A armadilha	Faço a face!
Socorro!	Desmascarado

**Arrejo \* Justiça \* Mistério**

ORDEM DO ESPECTACULO		PREÇOS	
Abertura Musical	A Legião dos Zorros	2.ª Plateia . . . .	1500
Documentário Português	INTERVALO	1.ª Plateia . . . .	3500
A Legião dos Zorros	A Legião dos Zorros	Balcão central . . .	3850
INTERVALO		Balcão lateral . . .	2500

Se por qualquer motivo imprevisto o espectáculo for interrompido depois de principiado, a Empresa não é obrigada a restituir a importância dos bilhetes.

1000 ex. - Coimbra, Casa Minerva, 10-11-1941


**O MAIOR ASSOMBRO!**

HOJE **Sousa Bastos** HOJE  
Sabado, 3 de Janeiro Emp. Sousa Bastos, Limitada  
P. Joaquim A. de Aguiar - Colômbia - Telef 1082 Soirée ás 20 h. e 45

**ATENÇÃO!**  
Um filme de aventuras diferente dos outros!  
SOCIÉDADE DE AUTORES

**O Tigre Negro**

**QUEM SEPÁ O TIGRE NEGRO?**  
Uma quadrilha que pratica crimes horrendos!  
Homens que lutam corajosamente  
contra o império do crime



**"CLOUDS" FORMIDÁVEIS**  
A Sombra de um Tigre  
No Covil do Tigre  
A Sombra do Terror  
O Combolo da Morte

**Quem é a Sombra?**  
15 VIE

OS 300 PORTUGAL  
OS 2500 PORTUGAL  
OS 570 PORTUGAL

**PREÇOS**  
2.ª Plateia . . . . . 1,50  
1.ª Plateia . . . . . 2,00  
Balcão central . . . . . 3,50  
Balcão lateral . . . . . 2,00

Se por qualquer motivo imprevisto o espectáculo for interrompido depois de principado, a Empresa não é obrigada a restituir a importância dos bilhetes.

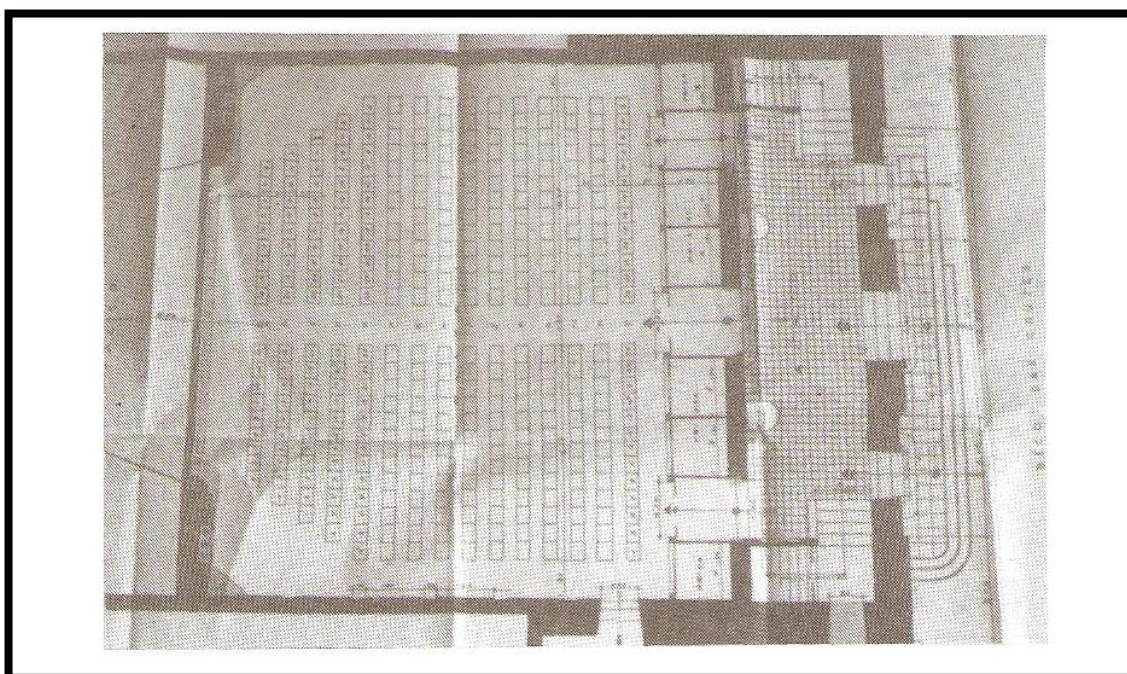
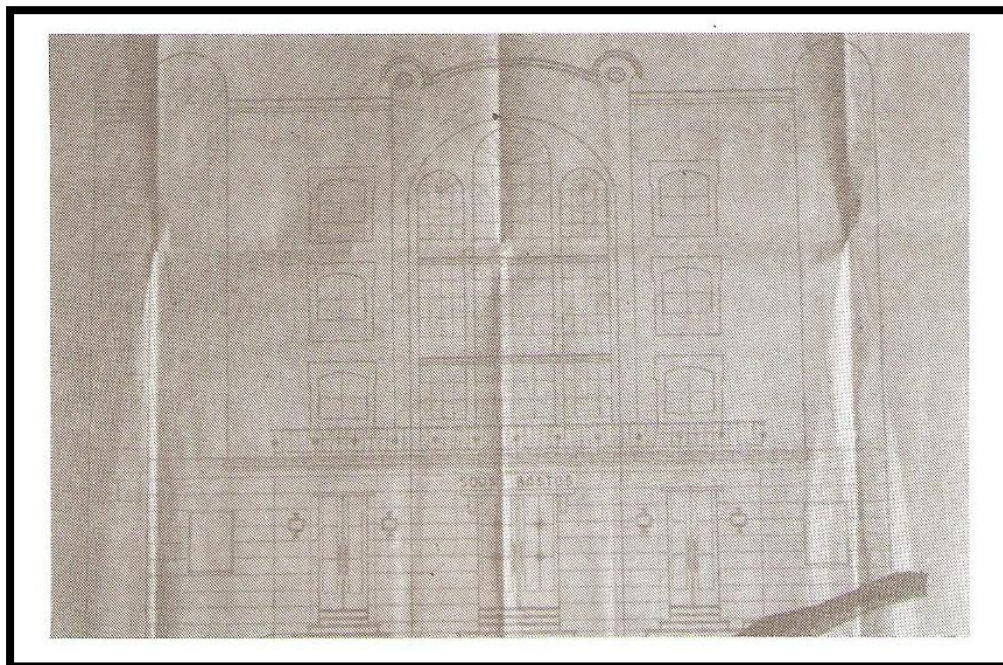
1000 st. - Colômbia, Casa Minerva. 0-2-1942

Fig. 58 - Conjunto de três cartazes de cinema que foram exibidos no Cineteatro Sousa Bastos no ano de 1942<sup>183</sup>.

<sup>183</sup> Programas de Teatro de 1942, in AUC/GCC/ILFS/T5/36.

Plantas Antigas do Teatro Sousa Bastos

Plantas primitivas do Cineteatro Sousa Bastos referentes à reforma realizada durante os anos de 1910 a 1913 do século XX.



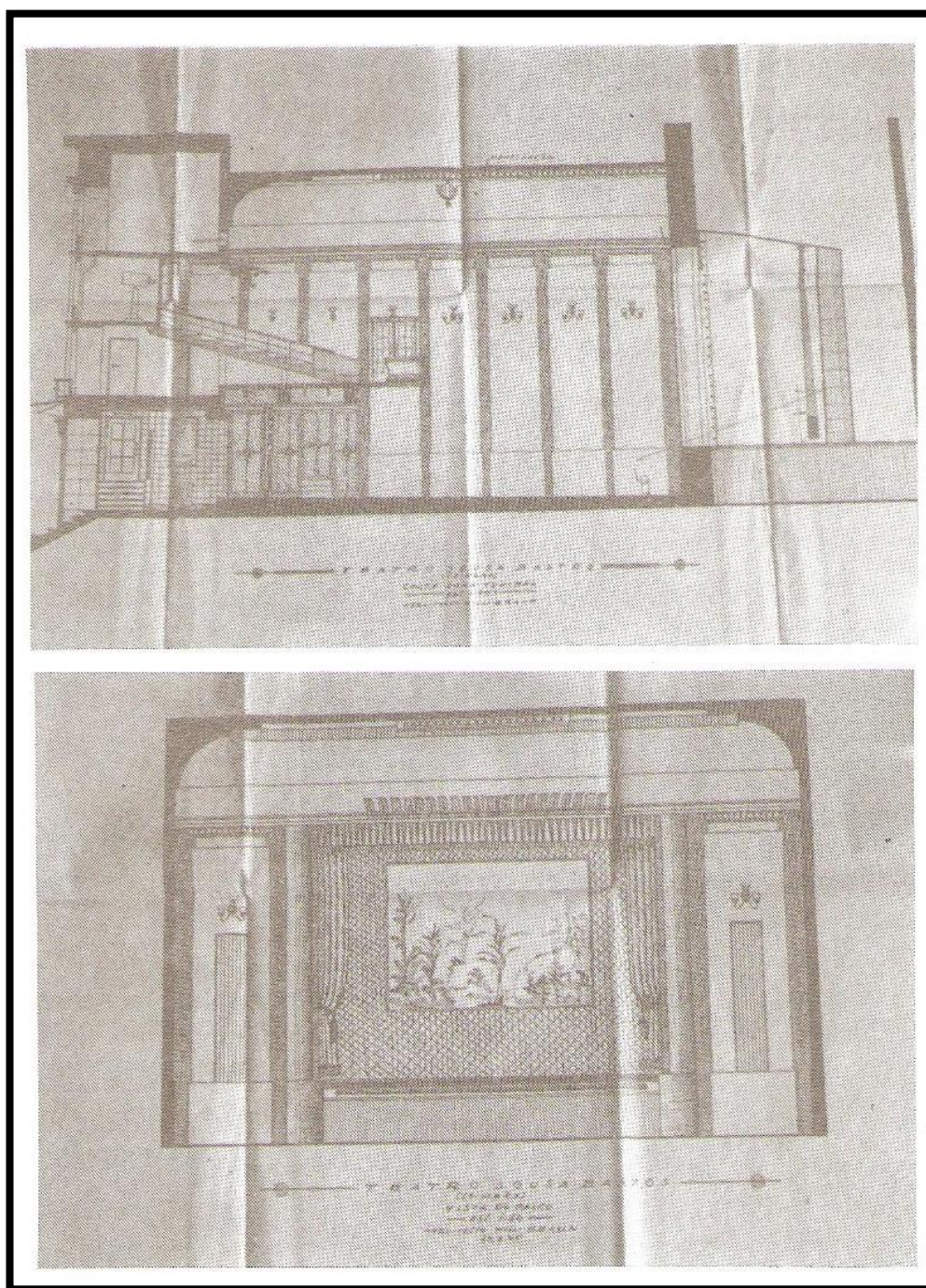


Fig. 59 - Plantas respetivamente da fachada, plateia, corte longitudinal e da vista do palco<sup>184</sup>.

<sup>184</sup> Plantas provenientes da Câmara Municipal de Coimbra, referentes ao processo do imóvel Teatro Sousa Bastos (Processo nº. 2139/32). Publicadas por/Consultar: GAMBINI, Lúcia Inês, *Teatro Sousa Bastos – As Primeiras Décadas de História*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999, pp.184-185.



Plantas do Cineteatro Sousa Bastos referentes à reforma realizada na segunda metade dos anos 40 do século XX, pelo arquiteto alemão Willi Braun.

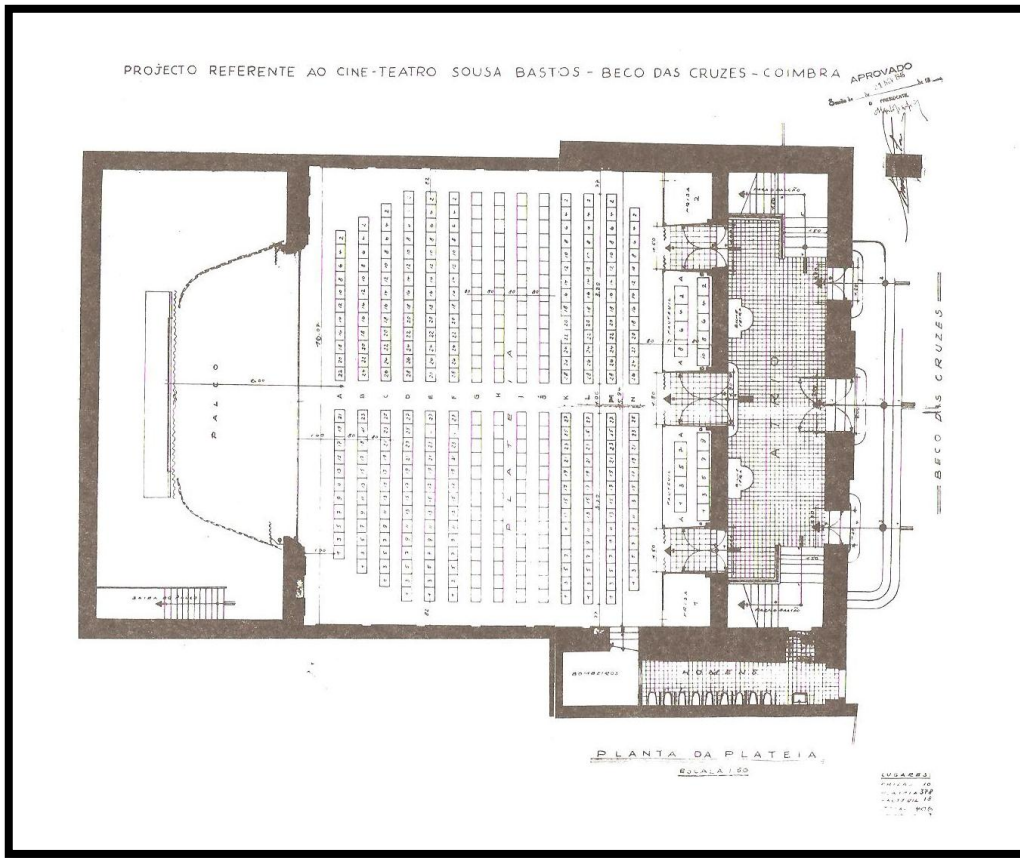


Fig. 60 - Planta da Plateia do Sousa Bastos.

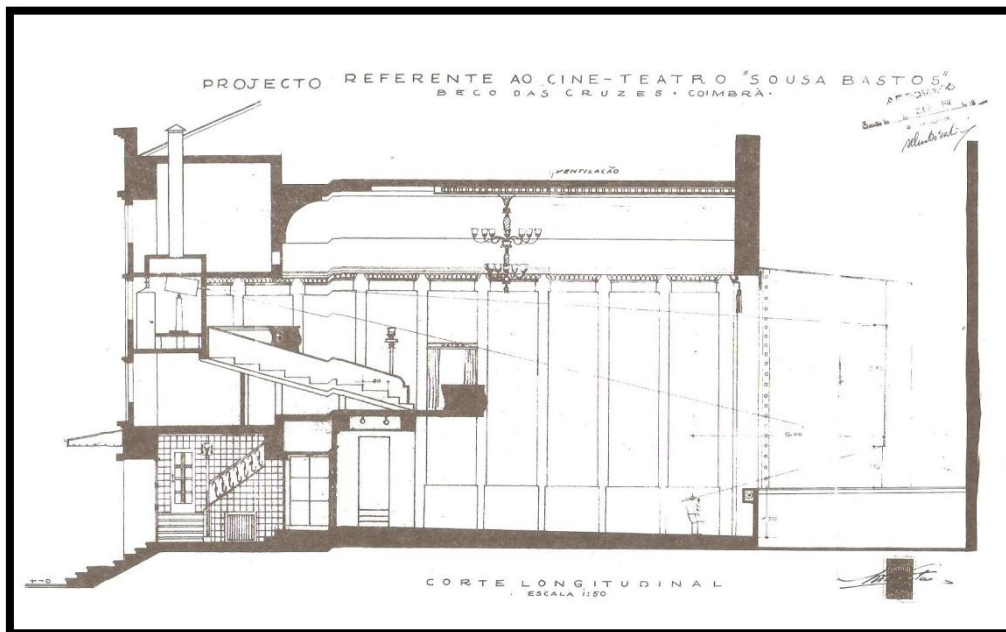


Fig. 61 - Corte Longitudinal – Planta do Sousa Bastos.



última página

## Antigo Teatro Sousa Bastos volta a dividir executivo municipal

*A reconversão do antigo Teatro de Sousa Bastos, em Coimbra, voltou antontem a dividir o executivo municipal, com o PSD e a CDU a pedirem um maior envolvimento da Câmara no processo.*

Em questão estava um pedido duma construtora — proprietária do imóvel, erguido outrora como Igreja de S. Cristóvão, ãa Alta de Coimbra — para que a autarquia reapreciasse um projecto de arquitectura para aquele espaço apresentado em 1995.

A Câmara Municipal decidiu na sua reunião semanal, comunicar à Eiclis — Empreendimentos Imobiliários e Construções do Lis, Lda que mantém a deliberação 3488/96, através da qual era indeferida a pretensão do requerente.

A Eiclis planeia transformar o antigo Teatro Sousa Bastos num edifício moderno incluindo habitação, área comercial e um espaço de café-concerto.

Os vereadores Francisco Rodeiro (PSD) e Jorge Gouveia Monteiro (CDU), ao absterem-se na deliberação, defenderam, respectivamente, a compra do edifício pela Câmara e “negociações com o proprietário com vista a uma associação futura, de meios e de ideias, com vista à recuperação do Sousa Bastos”.

Em Janeiro de 1996, após parecer do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), a Câmara notificou a empresa de que deverão ser esclarecidas várias questões para que o projecto de arquitectura possa ser aprovado em definitivo.

A autarquia responsabilizou, na altura, o particular pela realização de prospeções que permitam saber se existem ou

não no local “vestígios arqueológicos com interesse”.

Exigiu, também, uma “compatibilização dos referidos vestígios com o projecto” e que fossem cumpridos os “níveis de estacionamento público e privado para a habitação e de estacionamento privado para os espaços comerciais”.

Além de reafirmar o teor da decisão e há quatro anos, a Câmara de Coimbra recomendou à Eiclis que encare a hipótese de promover um concurso de ideias para definir “a solução arquitectónica mais adequada”.

O presidente da Câmara, Manuel Machado, e outros socialistas que integram o executivo alertaram para as dificuldades de a autarquia avançar com uma proposta de compra do edifício, designadamente para não submeter as “leis do mercado”, posição de que discordaram, em particular, os vereadores Francisco Rodeiro, Gouveia Monteiro e José Ri-

beiro (PSD), que também se absteve.

Manuel Machado, frisando que estava a emitir uma opinião pessoal, disse concordar com aqueles que vêem o Sousa Bastos como “um mamarracho que deve ser demolido”.

Esta solução permitiria, segundo o presidente, “criar um espaço amplo” naquela zona da Alta (próxima do Governo Civil e da Sé Velha) “que desse visibilidade à Casa da Nau”, um imóvel quincentista que alberga a República do Prá-kis-tão.

Luis Vilar (PS) recomendou respeito pelas “leis do mercado”, sublinhando que a antiga Igreja de S. Cristóvão (que há alguns anos gerou um movimento cívico na cidade pela sua preservação como espaço de fruição pública) “não está à venda”.

Manuel Machado, perante acusações de Gouveia Monteiro de que a Câmara, nos últimos quatro anos, se terá absteido de intervir junto do pro-

prietário, admitiu que, afinal, algumas negociações foram realizadas com a Eiclis.

“Não diga asciras. O senhor vereador não sabe. O que acaba de dizer não corresponde à prática”, retorquiu, em resposta ao autarca da CDU.

O socialista João Silva confirmou: “Se há alguém que teve ideias para aquele espaço, foi a Câmara. O promotor deixou correr, (mas) nunca rejeitou”.

Francisco Rodeiro defendeu a aquisição do imóvel pela autarquia “como meio de dinamização daquele espaço ou de instalação de serviços municipais”.

Por seu turno, Gouveia Monteiro propôs negociações que permitissem a sua adaptação a “funções culturais e de animação/informação sobre o centro histórico de Coimbra, compatíveis com as características do local”.

A Câmara de Coimbra também aprovou o cronograma financeiro das obras de remodelação e ampliação do Estádio Municipal, o âmbito da realização em Portugal do Euro 2004.

Os custos das obras ascendem a 3,5 milhões de contos. O projecto foi antontem adjudicado por ajuste directo”, à

“Plarq — Estudos de Arquitectura e Urbanismo”, pelo preço de 243.949 contos, mais IVA.

A autarquia adjudicou à Invesvita — serviços na área da Saúde, a organização da Expovita Ternal 2000, pelo valor de 40 mil contos, mais 6.800 contos de IVA.

O certame, que é segundo no âmbito do projecto “Coimbra, Capital da Saúde”, decorre entre 8 e 12 de Novembro.

No âmbito do denominado “Arranjo Urbano do Bota-Baixo” (empreendimento imobiliário que inclui um parque de estacionamento subterrâneo de grandes dimensões), a Câmara cedeu à empresa Bragapar-ques duas parcelas de terreno do domínio público.

“A empresa, como forma de compensação daquelas parcelas, concede, com carácter perpétuo, “avenças de lugares de estacionamento para viaturas da Câmara Municipal, em número de 12 por 24 horas e mais 12 no período nocturno”, refere a proposta aprovada pelo executivo.

Votaram contra Gouveia Monteiro (CDU) João Pardal e José Ribeiro, tendo-se absteído Cassiano Afonso e Francisco Rodeiro.

Fig. 63 - Jornal O Despertar referente ao ano 2000, sobre o Teatro Sousa Bastos em Coimbra<sup>186</sup>.



Há mais de duas décadas que o Teatro Sousa Bastos se encontra em ruínas. Nem os movimentos de artistas, nem a vontade do proprietário de fazer obras se sobrepõem aos constantes atrasos dos projetos que dão entrada na CMC. *Por Ana Moraes e João Valadão. Fotografia por Ana Filipa Silva*

**N**a Alta de Coimbra, entre um salão de cabeleireiro e uma república, resta apenas uma fachada daquele que em tempos foi um dos principais centros culturais da cidade. Cartazes de necrologia, mãos pintadas, gritos de revolta política, palavras soltas, lixo – são o que resta na parede do antigo Teatro Sousa Bastos. As portas cimentadas contrastam com as janelas abertas e sem vidros. Um plástico verde tenta esconder esta degradação. Ainda assim, deixa escapar vestígios do passar dos tempos, alguma vegetação.

Este abandono de mais de 20 anos explica-se com a não aprovação da Câmara Municipal de Coimbra (CMC) dos projetos que foram sendo propostos e acordados em conjunto com o atual proprietário, Joaquim Órfão, da empresa EICLIS. A questão da recuperação começou por se discutir com um primeiro parecer na Assembleia Municipal, em janeiro de 94. Por essa altura, a CMC terá licenciado o teatro a Mendes da Silva, promotor imobiliário. Tendo depois passado a propriedade de Joaquim Órfão, é com ele que, nos anos 2000, um primeiro projeto entra na CMC, aquando do mandato do socialista Manuel Machado.

O atual proprietário viu-se, no entanto, confrontado com alguns constrangimentos. Quando a área de

intervenção é superior a 1500 metros quadrados e a área de implantação superior a 600, obriga-se a que haja cedências ao município. O espaço teria de ser partilhado entre o proprietário e a CMC.

“Quando comprei o espaço, era com o intuito de fazer obras de imediato, senão nunca teria comprado. Nunca teria investido um cêntimo”, garante Órfão. Mendes da Silva, já falecido, havia garantido que “um projeto seria aprovado”, o que ainda não aconteceu - “desde a altura de

“Quando comprei o espaço, era com o intuito de fazer obras de imediato”, diz Joaquim Órfão

compra que entraram projetos na CMC e que nunca foram aprovados”. Já o responsável pelo Gabinete para o Centro Histórico da CMC, Sidónio Simões, assegura que houve “uma tentativa de expropriação do espaço e o privado veio não demonstrou interesse em ceder”. Pelo contrário, o atual proprietário afirma que não houve tentativa alguma, garantindo que “se houve, nunca ninguém me disse nada”.

Quanto ao projeto que está para

ser avaliado na CMC desde o mandato de Carlos Encarnação, todos concordam que estará para breve a sua aprovação. O vereador responsável pela administração e gestão urbanística, Paulo Leitão, avança que esta é apenas a segunda versão do projeto, que contempla “quartos, salas e espaços polivalentes”, para uso da CMC e a ser entregue a várias associações culturais locais. Já a parte que pertence ao proprietário será para apartamentos. Quanto a datas, ninguém avança prazos. Mas, o vereador assegura que o projeto será tratado “com a maior brevidade”.

#### Tentativas de recuperar o espaço cultural

Inaugurado em 1862, ainda com o nome de Teatro de D. Luís, passou a designar-se de Sousa Bastos com a instauração da Primeira República. Depois do 25 de abril de 74, a programação do Teatro começou a adquirir um cariz mais alternativo - segundo a historiadora e autora do livro “Teatro Sousa Bastos: as primeiras décadas da história”, Lígia Gambini, “até filmes pornográficos lá passavam”. Também José Moio, habitante local, confirma e pensa que foi a indole da programação que levou ao fecho do espaço, na década de 90. Facto que não agradou aos jovens artistas de então. Repúblicas,

estudantes e população local – juntos envolveram-se com o intuito de recuperar aquele espaço.

Um primeiro grupo denominado “SOS – Salvem o Sousa Bastos” funcionou entre 95 e 98, período em que foram apresentadas várias propostas às entidades responsáveis pela vida social e cultural da cidade, e que, segundo o arquiteto e elemento do movimento, Luís Sousa, “foram sucessivamente rejeitadas”. Luís Sousa conta que o pretendido “não era uma obra de reposição” do antigo teatro, mas sim a criação de um centro social e performativo, mas “a solução foi completamente recusada pela CMC”. Com os infrutíferos protestos, o movimento “foi esmorecendo com o conjunto de negas, até da Direção Regional de Cultura”.

Ainda assim, em 2001, nasce outro movimento, “Sousa Bastos Vivo”, que teve um papel interventivo nas eleições autárquicas daquele ano no sentido de pressionar os candidatos à resolução do problema. Contudo, a ideia de um novo teatro novamente se desvaneceu, aquando da realização de escavações arqueológicas no local, em 2005, devido à existência anterior da Igreja de São Cristóvão. Após sucessivos anúncios estereis de recuperações, que passavam pela construção de apartamentos, o movimento acabou por nunca mais reu-

nir. Luís Sousa confessa que “as pessoas vão sendo anestesiadas por contínuos avisos de coisas que acabam por não acontecer”.

#### Soluções de quem por lá vive

“Há dois meses caiu uma parede de mármore, está muito perigoso”, conta Ana Alves, da república Prá-Kistão, vizinha do edifício. José Moio não se inibe de críticas e demonstra o desagrado que estas e outras situações de inércia lhe causam. “A CMC podia ter feito tudo. Há outros projetos na Alta que estão previstos e não vão acontecer. As obras são sempre embargadas”, protesta.

No ano em que a Alta de Coimbra é candidata a património da UNESCO, muitos concordam que é o momento mais adequado para haver intervenções no local. Sidónio Simões garante que “a CMC tem feito um esforço enorme para reabilitar o edificado na Alta”. Quanto à necessidade de um espaço cultural nesta zona da cidade, Lígia Gambini confessa que “a partir do momento em que não se respeita a memória cultural do teatro, construir residências ou meter lá uma loja... vai dar ao mesmo”.

Com Paulo Sérgio Santos



Fig. 64 - Notícia do Jornal Universitário de Coimbra, *a cabra*, que relata a possibilidade de se efetuarem obras no Teatro Sousa Bastos, 20 anos passados<sup>187</sup>.

<sup>187</sup> Jornal Universitário de Coimbra, *a cabra*, 18 de Outubro de 2011, p.14.

15 DE JUNHO DE 2014 DOMINGO JORNAL REPUBLICANO ÓRGÃO REGIONALISTA DAS BEIRAS HA 84 ANOS A INFORMAR

0,80 EUROS

# Diário de Coimbra

Fundador: Adriano Lucas (1883-1950) | Director "in memoriam": Adriano Lucas (1925-2011) | Director: Adriano Callé Lucas

**Domingo**  
As fotos das marchas populares

**Projecto para travar absentismo e abandono escolar**  
Pombal | P9

TEMOS CONVITES  
PISCINAS  
DO MONDEGO  
COIMBRA

**APD Braga venceu Taça de Portugal em Cantanhede**  
Desporto adaptado | P15



## Impasse no futuro do Teatro Sousa Bastos

Antiga sala de espectáculos na Alta de Coimbra foi inaugurada faz hoje precisamente 100 anos **Página 5**

# Sousa Bastos conta 100 anos de história feita de “inconseguintos”

**Centenário** Futuro do teatro, inaugurado a 15 de Junho de 1914, mantém-se num impasse. Dono crê que reabilitação arranque em 2015. Manuel Machado diz que se não houver obra, ali nasce uma praça

Ana Margalho

2015 poderá ser um ano feliz para o Teatro Sousa Bastos. Depois de décadas de impasse e de anos de contestação contra o fim da actividade cultural no edifício, a necessidade de manter (o que resta) de pé faz com que se aceite transformá-lo num centro habitacional com apartamentos para estudantes, cumprindo-se o propósito de Joaquim Orfão e de Mendes Silva - presidente da autarquia nos anos 80 (já falecido) - quando o adquiriram, em 1992.

Longe vão os tempos das contestações, de espetáculos no exterior do edifício e de movimentos pela manutenção do seu uso cultural. Neste momento, com o edifício em perigo e em estado «muito degradado», e as intervenções a cingirem-se ao «necessário para garantir a segurança» de quem por ele passa, seria uma boa prenda dos 100 anos da inauguração do Sousa Bastos, que se assinalam hoje, que se confirmasse a vontade de Joaquim Orfão, actual proprietário, e 2015 fosse o ano em que as obras começam para que o edifício possa voltar a ter vida.

A crise no sector imobiliário não tem ajudado a dar um final feliz ao Teatro Sousa Bastos, que, como sublinhou Ma-



**Câmara** tem vindo a intervir no exterior do edifício “para salvaguardar a via pública”

nuel Machado, presidente da Câmara de Coimbra, tem «uma história feita de inconseguintos».

Joaquim Orfão confessa que a crise é a principal razão para que o projecto, anunciado em 2011, depois de alguns avanços

e recuos, ainda não tenha passado do papel e se tenha atrasado a recuperação do edifício onde, um dia, esteve o Sousa Bastos. Sim, porque neste momento, do teatro, inaugurado a 15 de Junho de 1914 em homenagem ao famoso dra-

maturo e empresário com o mesmo nome, resta apenas a parte da fachada e pouco mais do que escombros, fruto de um abandono de mais de 20 anos, que Joaquim Orfão admite que é «tempo demasiado».

«Aquilo é uma ruína», confirma Manuel Machado, considerando «urgente» uma intervenção no local por «uma questão de segurança». Há, aliás, intervenções da autarquia previstas no exterior do edifício «por perigo de derrocada», continua o autarca.

«O objectivo é salvaguardar a via pública», afirmou, adiantando - apesar da disponibilidade demonstrada por Joaquim Orfão para a venda - que «não é prioridade da câmara» a aquisição do edifício.

Se entretanto não surgirem interessados, o proprietário assumirá a obra e acredita que «para o ano a obra possa começar», sem, no entanto, dar certezas absolutas de que a crise o deixará concretizar este objectivo. Machado quer o problema do edifício resolvido: «é uma situação inadequada para o Centro Histórico da cidade», diz o autarca. Se o projecto do centro habitacional, que considera «interessante», não se concretizar, Machado diz que «ali poderá nascer uma praça». «Assim é que não faz sentido», remata.

**Proprietário está disponível para vender mas autarquia diz que compra “não é prioridade”**



Fig. 65 - Diário de Coimbra, referente ao ano de 2014, com a representação da fachada do Sousa Bastos e o relato de impasse que o imóvel tem sofrido ao longo dos anos, bem como a possibilidade de o transformar num empreendimento residencial<sup>188</sup>.

<sup>188</sup> *Diário de Coimbra*, 15 de Junho de 2014, capa e p.5.

Espólio Fotográfico do Sousa Bastos

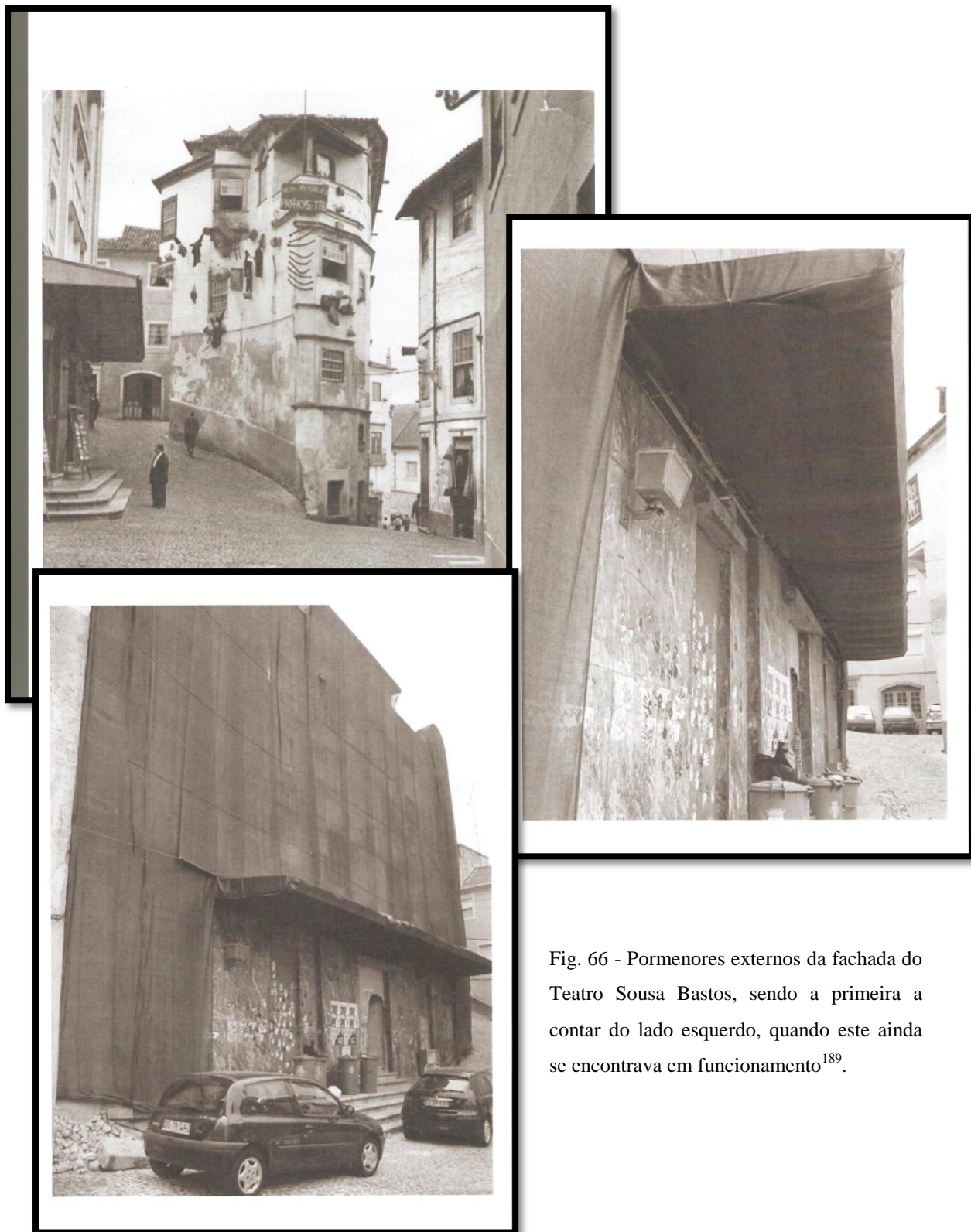


Fig. 66 - Pormenores externos da fachada do Teatro Sousa Bastos, sendo a primeira a contar do lado esquerdo, quando este ainda se encontrava em funcionamento<sup>189</sup>.

<sup>189</sup> Fotografias referentes ao Teatro Sousa Bastos cedidas por um particular, na pessoa de Álvaro dos Santos Oliveira.



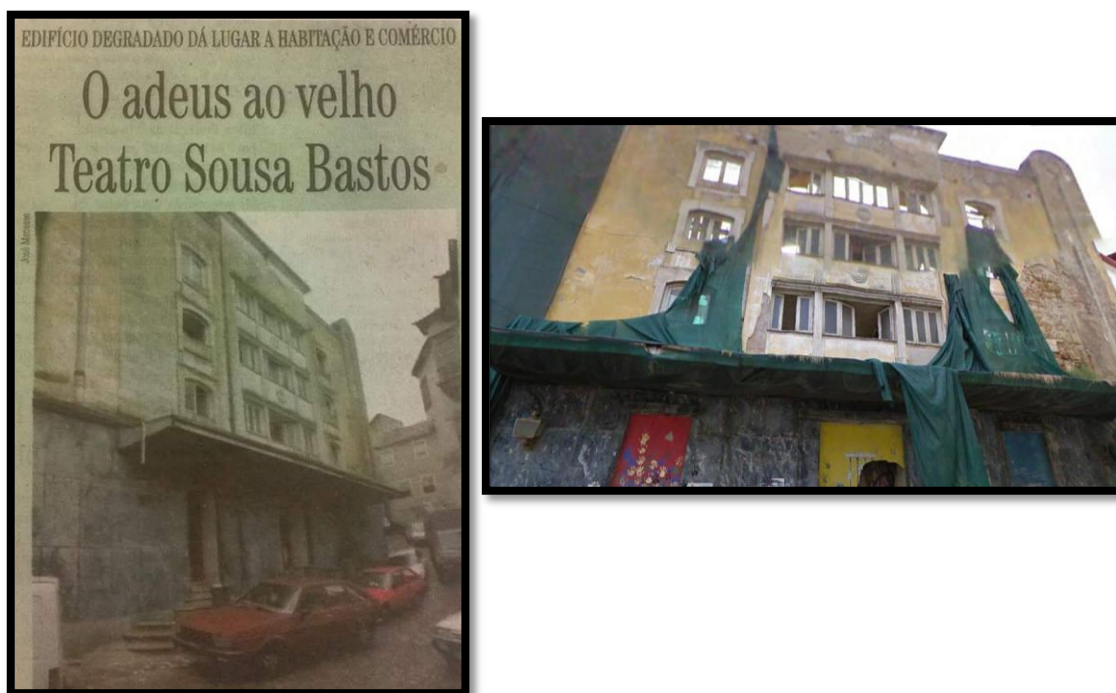


Fig. 67 - O antes e o depois da fachada principal, com o pormenor das janelas e das portas de entrada do imóvel, agora completamente degradadas<sup>190</sup>.



Fig. 68 - Vista aérea do Sousa Bastos na Alta coimbrã, com respetiva delimitação do terreno<sup>191</sup>.

**Legenda:**

**1** – Terreno correspondente ao Sousa Bastos.

<sup>190</sup> Consultar:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=499955210162620&set=gm.478071932359720&type=1&theater>

Fotografia da autora.

<sup>191</sup> Fotografia aérea através do Google Earth, pela autora.

**Proposta de Requalificação do antigo Cineteatro Sousa Bastos como Fórum Cultural Sousa Bastos**  
**– Centro Interpretativo do Românico de Coimbra<sup>192</sup>**

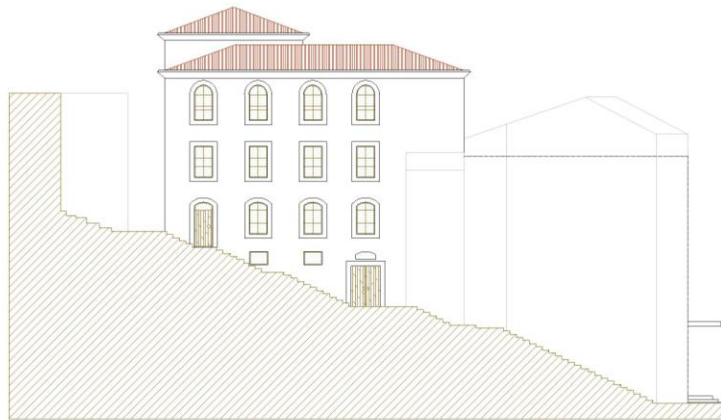


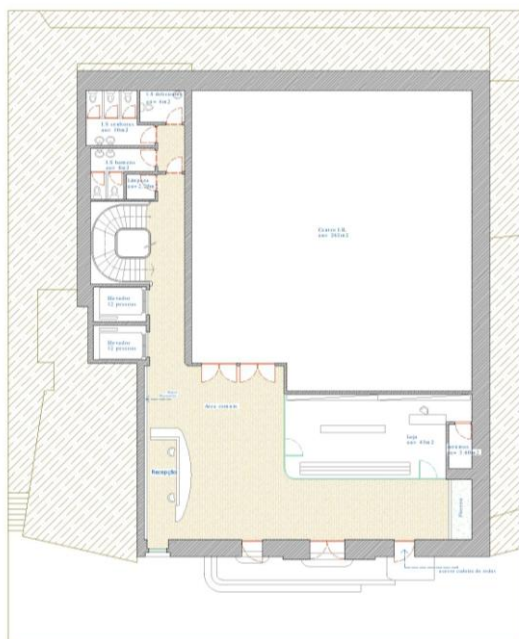
Fig. 69 - Alçado lateral sul do Sousa Bastos.

alçado lateral (sul)  
escala 1/150

Fig. 70 - Alçado principal oeste do Sousa Bastos.



alçado Principal (oeste)

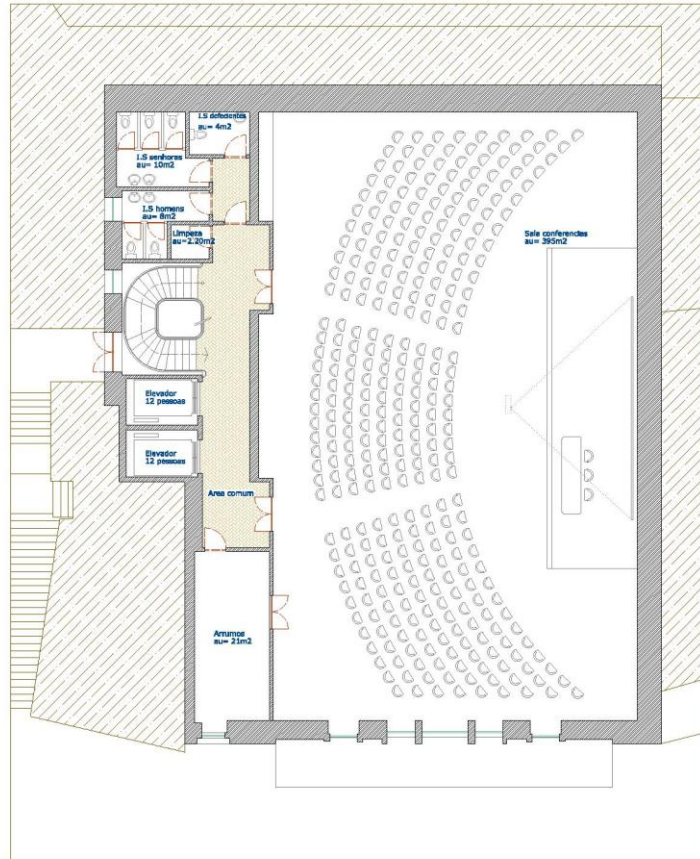


piso 0  
escala 1/150

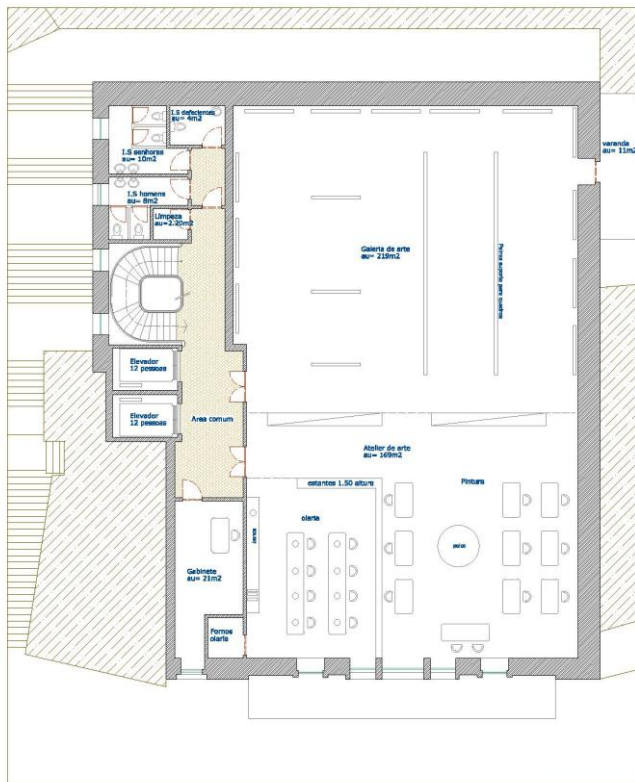
Fig. 71 - Piso correspondente ao R/C - Piso 0 do Sousa Bastos – Centro Interpretativo do Românico de Coimbra.

<sup>192</sup> Plantas/alçados elaborados conjuntamente pela autora e pelo Eng.º António Amaro da Luz, com base na informação bibliográfica existente nomeadamente: GAMBINI, Lúcia Inês, *Teatro Sousa Bastos – As Primeiras Décadas de História*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999; FERREIRA, Rui, *Sousa Bastos Recuperação e Reconversão do Antigo Teatro*, Coimbra, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011; e antigas plantas arquitetónicas do imóvel, consultadas na Câmara Municipal de Coimbra, cruciais na representação da proposta de reabilitação que se pretende apresentar neste trabalho de projeto para o antigo Cineteatro Sousa Bastos.

Fig. 72 - Piso 1 do Sousa Bastos  
– Sala de Conferências, que pode  
ser aproveitada para projeções  
multimédia e artística.



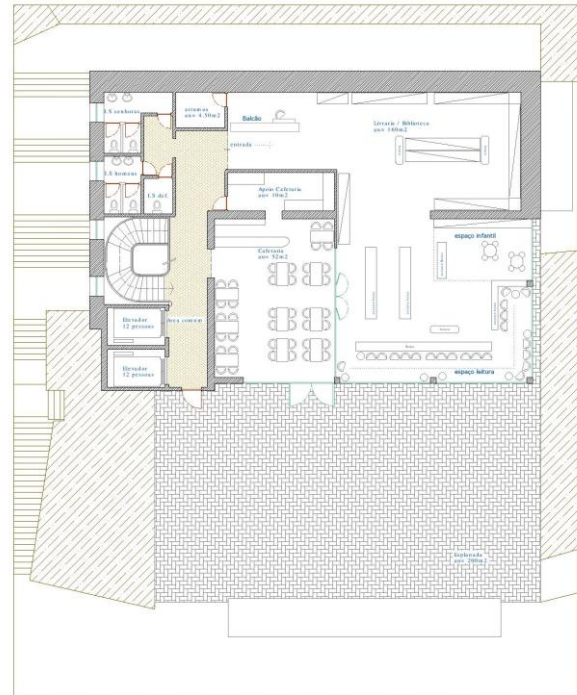
pisso 1  
escala 1/150



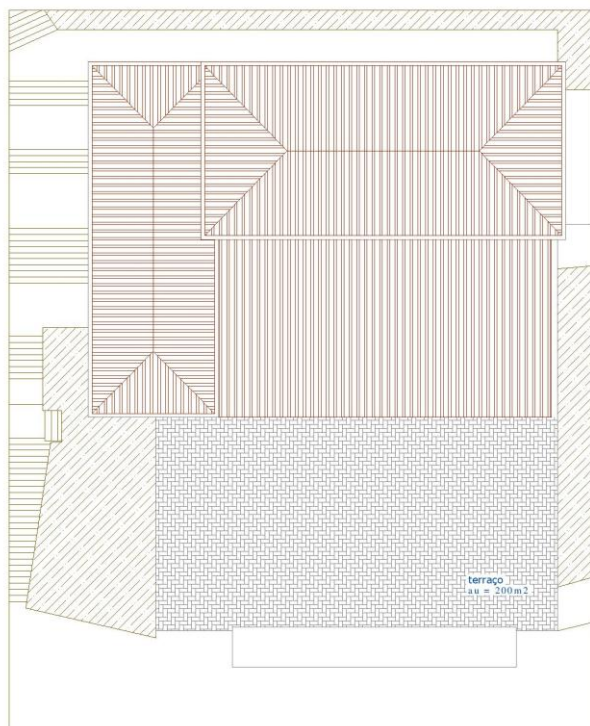
pisso 2  
escala 1/150

Fig. 73 - Piso 2 do Sousa Bastos –  
Galeria de Arte para exposições várias  
e com uma área destinada a ateliers.

Fig. 74 - Piso 3 do Sousa Bastos – Cafeteria –  
Livraria – Biblioteca, espaço de lazer e cultura,  
com ligação a uma esplanada localizada no terraço  
na zona da cobertura, com vista para a cidade.



pisso 3  
escala 1/150



cobertura  
escala 1/150

Fig. 75 - Cobertura do imóvel Sousa Bastos.

## 5.2. Legislação

### Etapas para a Aplicação do Processo de Requalificação de um Imóvel

*“Ministérios do Ambiente, Do Ordenamento do Território e Do Desenvolvimento Regional e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.*

*Portaria n.º 232/2008*

*11 de Março*

*11.º*

#### ***Licenciamento de obras de edificação***<sup>193</sup>

*1 – O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos:*

- a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;*
- b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;*
- c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;*
- d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;*
- e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente;*
- f) Projecto de arquitectura;*
- g) Memória descritiva e justificativa;*
- h) Estimativa do custo total da obra;*
- i) Calendarização da execução da obra;*
- j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel;*
- l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;*
- m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;*
- n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;*
- o) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;*
- p) Acessibilidades – desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2006.*

---

<sup>193</sup> Consultar: *Diário da República, 1.ª Série – N.º50, Portaria n.º232/2008, art.º 11.º, 11 de Março de 2008, pp.1548-1549.*

2 – O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas não abrangidas por plano municipal de ordenamento do território deve ser instruído com os elementos referidos nas alíneas a), b), d), a j) e m) a p) do n.º 1, planta à escala de 1:2500 ou superior e planta de síntese do loteamento, quando exista, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra e, sempre que não tiver havido lugar ao pedido de informação prévia ou esta não esteja em vigor ou não exista operação de loteamento, deverão, ainda, ser apresentados os seguintes elementos:

- a) Extracto da carta da Reserva Agrícola Nacional abrangendo os solos que se pretendem utilizar ou, quando esta não exista, parecer sobre a capacidade de uso, emitido pelos serviços competentes para o efeito;
- b) Extracto da carta da Reserva Ecológica Nacional com a delimitação da área objecto da pretensão ou, quando esta não existir, parecer emitido pelos serviços competentes.

3 – O projecto de arquitetura referido na alínea f) do n.º 1 deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:200 ou superior, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, áreas impermeabilizadas e respectivo material;
- b) Plantas à escala de 1:50 ou de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário;
- c) Alçados à escala de 1:50 ou de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam;
- d) Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:50 ou de 1:100 abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos;
- e) Pormenores de construção, à escala adequada, esclarecendo a solução construtiva adoptada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como com o pavimento exterior envolvente;
- f) Discriminação das partes do edifício correspondentes às várias fracções e partes comuns, valor relativo de cada fracção, expressa em percentagem ou permilagem, do valor total do prédio, caso se pretenda que o edifício fique sujeito ao regime da propriedade horizontal.

4 – A memória descritiva e justificativa referida na alínea g) do n.º 1 deve ser instruída com os seguintes elementos:

- a) Descrição e justificação da proposta para a edificação;
- b) Enquadramento da pretensão nos planos municipais e especiais de ordenamento do território vigentes e operação de loteamento, se existir;
- c) Adequação da edificação à utilização pretendida;
- d) Inserção urbana e paisagística da edificação referindo em especial a sua articulação com o edificado existente e o espaço público envolvente;
- e) Indicação da natureza e condições do terreno;
- f) Adequação às infra-estruturas e redes existentes;

- g) *Uso a que se destinam as fracções;*
- h) *Área de construção, volumetria, área de implantação, cêrcea e número de pisos acima e abaixo da cota de soleira, número de fogos e respectiva tipologia;*
- i) *Quando se trate de pedido inserido em área unicamente abrangida por plano director municipal, deve também referir-se a adequabilidade do projecto com a política de ordenamento do território contida naquele plano.*

5 – *Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes:*

- a) *Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica;*
- b) *Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei;*
- c) *Projecto de redes prediais de água e esgotos;*
- d) *Projecto de águas pluviais;*
- e) *Projecto de arranjos exteriores;*
- f) *Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações;*
- g) *Estudo de comportamento térmico;*
- h) *Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias;*
- i) *Projecto de segurança contra incêndios em edifícios;*
- j) *Projecto acústico.*

15.º

***Autorização de utilização e alteração de utilização***<sup>194</sup>

1 – *O pedido de autorização de utilização de edifícios ou suas fracções é instruído com os seguintes elementos:*

- a) *Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;*
- b) *Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;*
- c) *Termo de responsabilidade subscrito pelo director de fiscalização da obra, quando aplicável, e termo de responsabilidade subscrito conforme o disposto no n.º 2 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Março;*
- d) *Planta e corte do edifício ou da fracção com identificação do respectivo prédio;*
- e) *Telas finais, quando aplicável;*
- f) *Cópia do alvará de licença ou autorização de utilização anterior, quando exista;*
- g) *Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;*
- h) *Livro de obra, quando tenham sido realizadas obras;*

---

<sup>194</sup> Consultar: *Diário da República, 1.ª Série – N.º50, Portaria n.º232/2008, art.º 15.º, 11 de Março de 2008, p.1550.*

- i) *Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;*
- j) *Avaliação acústica.*

2 – *O pedido de autorização da alteração da utilização é, ainda, instruído com os seguintes elementos:*

- a) *Planta à escala de 1:2500, ou superior, e, quando existam planos municipais de ordenamento do território, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes, com a indicação precisa do local objecto da pretensão;*
- b) *Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25000, quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação.*

#### *Anexo I*

##### ***Termo de responsabilidade do autor do projecto de... (a)***<sup>195</sup>

*... (b), morador na..., contribuinte n.º..., inscrito na... (c) sob o n.º..., declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, que o projecto de... (a), de que é autor, relativo à obra de... (d), localizada em... (e), cujo... (f) foi requerido por... (g), observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente... (h).*

*... (data).*

*... (assinatura) (i).*

#### *Instruções de preenchimento*

- (a) Identificação de qual o tipo de operação urbanística, projecto de arquitectura ou de especialidade em questão.*
- (b) Nome e habilitação do autor do projecto.*
- (c) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso.*
- (d) Indicação da natureza da operação urbanística a realizar.*
- (e) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia).*
- (f) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia.*
- (g) Indicação do nome e morada do requerente.*
- (h) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.*
- (i) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade.*

---

<sup>195</sup> Consultar: *Diário da República, 1.ª Série – N.º50, Portaria n.º232/2008, Anexo 1, 11 de Março de 2008, p.1552.*



*Anexo III*

***Termo de responsabilidade do director técnico de obra/director de fiscalização da obra***<sup>196</sup>

... (a), morador na..., contribuinte n.º..., inscrito na... (b) sob o n.º..., declara, na qualidade de director de fiscalização das obras, que a obra localizada em... (c), à qual foi atribuído o alvará de licença ou autorização de obras de edificação n.º..., cujo titular é... (d), se encontra concluída desde... (e), em conformidade com o projecto aprovado, com as condicionantes da licença, com a utilização prevista no alvará de licença, e que as alterações efectuadas ao projecto estão em conformidade com normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis... (f)... (g), morador na..., contribuinte n.º..., inscrito na... (b) sob o n.º..., declara, na qualidade de... (h), que a obra localizada em... (c), à qual foi atribuído o alvará de licença ou autorização de obras de edificação n.º..., cujo titular é... (d), se encontra concluída em conformidade com o projecto aprovado, com as condicionantes da licença ou autorização, com a utilização prevista no alvará de licença, e que as alterações efectuadas ao projecto estão em conformidade com normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis...

... (data).

... (assinatura) (i).

*Instruções de preenchimento*

- (a) Nome e habilitação profissional do director técnico da obra ou director de fiscalização da obra.
- (b) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso.
- (c) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia).
- (d) Indicação do nome e morada do titular.
- (e) Data da conclusão da obra.
- (f) A preencher nos casos previstos no n.º 2 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Abril.
- (g) Nome e habilitação profissional.
- (h) Indicar se se trata de técnico autor do projecto ou de mandatário do dono da obra com a habilitação legalmente exigida para o efeito.
- (i) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade.

*Presidência do Conselho de Ministros*

*Decreto-Lei n.º 26/2010*

*De 30 de Março*

*Artigo 4.º*

***Licença, comunicação prévia e autorização de utilização***<sup>197</sup>

- 1- A realização de operações urbanísticas depende de controlo prévio, que pode revestir as modalidades de licença, comunicação prévia ou autorização de utilização, nos termos e com as excepções constantes da presente secção.

<sup>196</sup> Consultar: *Diário da República*, 1.ª Série – N.º50, Portaria n.º232/2008, Anexo 3, 11 de Março de 2008, pp.1552-1553.

<sup>197</sup> Consultar: *Diário da República*, 1.ª Série – N.º62, Decreto-Lei n.º26/2010, art.º 4.º, 30 de Março de 2010, pp.986-987.

- 2- .....
- a).....
- b).....
- c) *As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto –Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;*
- d) *As obras de reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de protecção de imóveis classificados ou em vias de classificação;*
- e).....
- f).....
- g) (Revogada.)
- 3- .....
- 4- *Estão sujeitas a comunicação prévia as seguintes operações urbanísticas:*
- a) *As obras de reconstrução com preservação das fachadas;*
- b) *As obras de urbanização e os telhados de remodelação de terrenos em área abrangida por operação de loteamento;*
- c) *As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área abrangida por operação de loteamento ou plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;*
- d) *As obras de construção, de alteração ou de ampliação em zona urbana consolidada que respeitam os planos municipais e das quais não resulte edificação com cêrcea superior à altura mais frequente das fachadas da frente edificada do lado do arruamento onde se integra a nova edificação, no troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e para outro lado;*
- e) *As obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis nas seguintes áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública:*
- i) *Zonas de protecção dos perímetros de protecção de águas minerais naturais, definidas nos termos do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de Março;*
- ii) *Zonas de protecção dos perímetros de protecção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público, definidas nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, e do Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio;*
- iii) *Áreas de pesquisa, estudo ou trabalhos de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, definidas nos termos do Decreto –Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944;*

- iv) Zonas terrestres de protecção das albufeiras, lagoas ou lagos de águas públicas, definidas nos termos do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio;*
- v) Zonas terrestres de protecção dos estuários, definidas nos termos do Decreto-Lei n.º 129/2008, de 21 de Julho;*
- vi) Áreas integradas no domínio hídrico, público ou privado, definidas nos termos das Leis n.º 54/2005, de 15 de Novembro, e 58/2005, de 29 de Novembro;*
- vii) Áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000 e as áreas protegidas classificadas, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho;*
- viii) Áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto;*
- ix) Áreas sujeitas a servidão militar, nos termos da Lei n.º 2078, de 11 de Julho de 1955, e do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de Outubro de 1964;*
  
- f) A edificação de piscinas associadas a edificação principal;*
- g) As alterações à utilização dos edifícios que envolvam a realização de obras não isentas de controlo prévio ou que careçam da realização de consultas externas;*
- h) As demais operações urbanísticas que não estejam isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.*

5 — (Anterior n.º 4.)”.